



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PR-29440V

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

REMETIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
NA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1966



112102
320.981
8823m
CASTELLO BRANCO
1966
cc.2

BRASÍLIA
BRASIL

Presidência da	
República	
BIBLIOTECA	
N.º	DATA
74871	17.4.67

SUMARIO

INTRODUÇÃO

PARTE I

A REVOLUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO EM 1965

ASPECTOS ECONÓMICOS

Combate à Inflação

Retomada do Desenvolvimento

A Política de Desenvolvimento Regional

A Política Económica Internacional

ASPECTOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS

As Reformas Económicas e Sociais

A Democratização de Oportunidades e o Novo Trabalhismo

Educação, Saúde, Previdência Social e Habitação

AS FÓRCAS ARMADAS

ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA

PARTE II

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO GOVERNAMENTAL EM 1966

NA ÁREA ECONÓMICA E SOCIAL

Combate à Inflação

Desenvolvimento e Reformas

Projeções de Balanço de Pagamentos

A AÇÃO DAS FÓRCAS ARMADAS

PARTE III

ASPECTOS SETORIAIS E REGIONAIS DO DESENVOLVIMENTO
EM 1965 E SUA PROGRAMAÇÃO PARA 1966

INFRA-ESTRUTURA: Energia, Transportes e Comunicações

AGRICULTURA

POLÍTICA CAFEJEIRA

INDÚSTRIA

MINERAÇÃO E PESQUISA MINERAL

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Senhores Congressistas:

Pela segunda vez, no momento em que se iniciam os trabalhos da sessão legislativa, tenho a honra de apresentar a Vossas Excelências uma súmula das realizações governamentais no ano findo, bem como apontar os objetivos a serem colimados em 1966.

Felizmente, graças ao apoio recebido de todos os setores do País, logrou o Governo prosseguir nas mesmas diretrizes que invariavelmente o inspiraram, com o decidido propósito de proporcionar aos brasileiros, no mais breve tempo possível, o bem-estar a que têm direito. Como seria de esperar, dada a natureza das medidas reclamadas para corrigir velhos erros e distorções, que ameaçaram lançar o País no caos político e financeiro, muitas resistências e dificuldades tiveram de ser enfrentadas e vencidas. No particular, entretanto, cumpre assinalar a magnífica compreensão do povo, que, na sua extraordinária maioria, jamais deixou de reiterar a confiança com que acompanha e prestigia a ação governamental. Daí haver podido o Governo, num ambiente de completa tranqüilidade, voltar-se para a consolidação dos ideais revolucionários, através da implantação de uma estrutura política, social e econômica que assegure ao País novos e elevados padrões em cada qual desses setores.

No campo político, o ano de 1965 será lembrado por importantes acontecimentos. Inicialmente, devemos assinalar as eleições efetuadas em onze Estados da Federação, para a escolha dos seus Governadores, e que representou o inequívoco propósito da Revolução em ver a Nação num clima de paz e de liberdade, retomar os sadios caminhos da democracia, que somente o 31 de março de 1964 impedira de desaparecer da vida política brasileira. Ninguém ignora, porém, o debate suscitado por essa deliberação governamental, especialmente por parte daqueles que, embora

dizendo-se partidários da democracia, se revelaram inconformados com os resultados contrários às candidaturas, que desejavam vitoriosas. Contudo, por mais injusto que consideremos qualquer resultado eleitoral — o que é até freqüente em tôdas as democracias — não há como deixar de acatá-lo sem a completa negação do próprio regime democrático. Assim, principalmente se considerarmos a normalidade em que havia decorrido o pleito em todos os Estados, não cabia ao Govêrno senão empenhar-se na posse dos que haviam merecido as preferências eleitorais.

Mas, devido à inquietação criada em tôrno da posse dos eleitos, que deveria representar decorrência normal a encerrar a campanha sucessória de cada Estado, viu-se o Govêrno na contingência de se munir de poderes outorgados pela Revolução, cuja sobrevivência e definitiva implantação continuam a ser a grande aspiração nacional. É que, se de um lado se apresentavam os inconformados com o resultado das urnas, de outro, talvez exageradamente animados por algumas votações, já era possível divisar pequenos grupos desejosos de embaraçar ou perturbar o caminho do movimento vitorioso em 31 de março. Criou-se assim uma perspectiva intollerável para uma Revolução ainda em pleno desenvolvimento, e cuja obra de regeneração e recuperação não deverá ser interrompida por agitações que privem o País do indispensável clima de tranqüilidade.

Foi diante de tais circunstâncias, tão bem conhecidas de Vossas Excelências, bem como de tôda a Nação, que o Govêrno resolveu recorrer aos poderes inerentes à Revolução, decretando o Ato Institucional nº 2. Viu-se, então, quanto eram artificiais as apregoadas agitações. Munido de amplos recursos legais para enfrentar qualquer eventualidade, não precisou o Govêrno, praticamente, valer-se dos poderes que lhe eram conferidos, havendo o País recebido com verdadeiro desafôgo o nôvo Ato Institucional, cuja decretação foi suficiente para restabelecer o ambiente de paz tão desejado por quantos almejam, pelo trabalho, construir uma grande pátria.

Mas, além da ambicionada tranqüilidade, o Ato Institucional nº 2 permitiu atender-se a outras imperiosas necessidades da vida nacional, inclusive o aumento do número de componentes dos mais

altos tribunais do País, todos êles sobrecarregados por crescente soma de trabalho.

Ainda no terreno político deve ser assinalado o estabelecimento da eleição do Presidente da República pelo Congresso Nacional, havendo sido reiterada, da maneira mais categórica, a inelegibilidade do Chefe do Executivo, a quem foi outorgada a faculdade de marcar, até 3 de outubro próximo, a data do pleito presidencial.

Virtual decorrência, se não complementação do Ato Institucional nº 2, foi editar-se o Ato Institucional nº 3. Visou êste, principalmente, e como sempre ocorreu em todo o período republicano de nossa história, adaptar a eleição dos Governadores de Estado ao mesmo sistema já estabelecido para a eleição do Presidente da República. Outrossim, considerados desnecessários num sistema de eleições indiretas os longos prazos de inelegibilidade, foram êstes reduzidos à metade dos existentes na Emenda Constitucional nº 14, bem como na posterior lei de inelegibilidade.

Hoje, para consolidar e dar uniformidade à legislação elaborada no período revolucionário, por vêzes ao calor das contingências e acontecimentos, empenha-se o Govêrno na constituição de uma comissão de alto nível, que deverá oferecer sugestões para serem submetidas ao Congresso Nacional. Nessas condições, dadas as modificações já introduzidas em relação à reforma da Constituição, serão alcançados pelo próprio Congresso ordinário os objetivos que alguns desejariam confiar a uma Constituinte.

No esforço que realiza para, no mais curto tempo, e passados os efeitos do traumatismo provocado pelos fatos que antecederam e originaram o movimento de 31 de março, integrar o País na normalidade democrática, há que assinalar três fatos fundamentais em 1965. O primeiro dêles foi a Lei nº 4.737, que instituiu o novo Código Eleitoral, cuja aplicação muito concorrerá para a elevação do voto, principalmente libertando-o, como se espera e é de desejar, da influência do poder econômico. Também a Lei Orgânica dos partidos políticos será poderoso instrumento para a disciplina e aprimoramento da vida partidária, principalmente após a extinção dos partidos anteriormente existentes, cuja multiplicação contribuíra para tumultuar e deformar a fisionomia política do País.

Tornou-se, por isso mesmo, imperiosa a adoção de medidas que permitissem a total reorganização partidária, desejada pela grande maioria, mas tornada impossível diante dos compromissos e vínculos que constroem os integrantes das antigas agremiações. Hoje, em obediência às normas legais vigentes, assistimos à organização política do País, buscando as várias correntes de opinião integrarem-se de acordo com as tendências, idéias e objetivos de cada qual. É, naturalmente, o passo inicial para uma sábia vida partidária, devendo a experiência agora colhida habilitar o legislador para a elaboração das correções porventura necessárias.

O trabalho efetuado para dar ao País renovada estrutura política em nada diminuiu a vigorosa ação governamental no sentido de alcançar os grandes objetivos financeiros e econômicos, certamente indispensáveis ao bem-estar e à tranqüilidade social. Como já tem sido dito, visam, principalmente, a proporcionar ao Brasil o desenvolvimento dentro da estabilidade. Única solução capaz de assegurar progresso contínuo, livre das inevitáveis depressões e estagnações, dolorosamente experimentadas pelo País ao ser tentado o desenvolvimento através de uma progressiva e avassaladora inflação.

Hoje, após menos de dois anos da prática de austera política de disciplina e eliminação de todos os gastos supérfluos, podemos afirmar que os resultados alcançados revelam não haver sido em vão o duro sacrifício exigido de todos os brasileiros, e sem o qual jamais nos será dado alcançar uma economia verdadeiramente voltada para o bem-estar do povo. No curso desta Mensagem encontrarão Vossas Excelências, pormenorizadamente, o que vem sendo realizado. Mas, isso não impede de assinalar de logo alguns pontos essenciais.

Se começarmos, por exemplo, pela análise da execução orçamentária, verificaremos considerável declínio do *deficit* de caixa do Governo em relação ao Produto Nacional Bruto, pois, havendo alcançado 5% em 1963, estima-se haver caído para 2% no ano findo. O que mostra já não contribuírem as despesas governamentais como fator capaz de provocar importante impacto inflacionário sobre a economia brasileira. Outrossim, em que pêsse

às conseqüências de uma extraordinária safra de café, e da redução de alguns impostos, foi possível chegar ao fim do exercício com uma arrecadação de Cr\$ 3.140,4 bilhões, à qual se contrapôs uma despesa de Cr\$ 3.728,3 bilhões, ou seja um *deficit* de Cr\$ 110 bilhões abaixo da estimativa realizada no início do exercício.

Prova da confiança depositada no Programa governamental foi o êxito alcançado na colocação das Obrigações do Tesouro Nacional, que venceram o anterior descrédito dos títulos públicos, atingindo o montante das subscrições a Cr\$ 311 bilhões.

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS ESTADOS E REFORMA TRIBUTÁRIA

A necessidade de conter os gastos da União não impediu que o Governo compreendesse a precária situação em que se encontram numerosos Estados, cujos recursos por vèzes não lhes permitem atender ao pagamento do funcionalismo e dos fornecedores. Em 1964, buscara o Governo Federal um processo de emergência, havendo a Lei nº 4.388 estabelecido um adicional sôbre o impôsto de consumo. Não era, porém, aconselhável a sua permanência em 1965. Daí adotar-se nova solução contida num esquema, que se distribui em duas fases: a primeira, de caráter transitório, consubstanciada na Lei nº 4.770, regulamentada pelo Decreto nº 57.383, e que criou recursos da ordem de Cr\$ 125 bilhões para empréstimos aos Estados e Municípios; a segunda, de maior profundidade, foi a Emenda Constitucional nº 18, pela qual se procedeu a uma nova distribuição da renda tributária, de modo a sistematizar a assistência financeira da União aos Estados e Municípios, e que, em 1965, se elevou a Cr\$ 65,2 bilhões.

Iniciadas em 1964, as inovações tributárias foram completadas no ano findo. Mas, ao passo que visaram no primeiro período ao aumento da receita, no segundo destinaram-se a seleccionar a incidência tributária e adotar estímulos fiscais conjugados com a política financeira, e sensíveis modificações foram introduzidas nos impostos de renda e de consumo.

Mais amplas foram as alterações decorrentes da Emenda Constitucional nº 18, tendo-se, inclusive, supresso impostos anti-econômicos, como o de exportação e o que recaía sobre transações financeiras. Também o imposto de vendas e consignações sofreu radical reestruturação. Do mesmo modo que houve alterações substanciais nos regimes atuais de distribuição de receitas, devendo os Fundos de Participação dos Estados e Municípios compensar qualquer eventual prejuízo decorrente da eliminação ou transferência de tributação.

SITUAÇÃO MONETÁRIA E BANCARIA

Na vida financeira do País, nenhum fato sobreleva, a longo prazo, em 1965, a implantação do Banco Central, criado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e que representou a realização de velha aspiração dos que se empenhavam em criar um órgão capaz de conduzir de maneira estável e acima das contingências políticas importantes setores de nossas finanças. Com esse objetivo, além das clássicas atribuições dadas aos bancos centrais de tipo ortodoxo e relativas à emissão de papel-moeda e utilização das reservas cambiais, ampliaram-se, porém, as funções, de acôrdo com as exigências de uma administração financeira voltada para o desenvolvimento rápido e equilibrado. E a lei armou o Banco Central de podêres para:

a) orientar o levantamento de recursos, de modo a reduzir o impacto inflacionário causado pelo financiamento do setor público federal;

b) participar da programação global das aplicações dos bancos oficiais da União e uniformizar os critérios de aplicação de recursos com o objetivo de acelerar o desenvolvimento agrícola e industrial;

c) gerir a dívida externa, a fim de melhorar a sua composição e estimular a entrada de capitais estrangeiros, tanto sob a forma de capital direto como de capital de dívida, para complementar a poupança nacional;

d) administrar os fundos de estabilização criados no âmbito federal para disciplinar a economia dos grandes produtos de exportação, como o café, o cacau etc., a fim de influir no sentido de que a política destes produtos se adapte aos grandes objetivos da política financeira do Governo;

e) promover o desenvolvimento do mercado bancário e do mercado de capitais, pela melhoria dos padrões, segundo os quais são administradas as instituições financeiras privadas, e pelo estímulo à introdução de inovações nesta área, visando à melhor distribuição das poupanças privadas disponíveis entre os vários setores produtivos e à expansão rápida do seu volume.

A legislação anterior à da criação do Banco Central e da Reforma do Mercado de Capitais continha, é verdade, dispositivos que armavam o Poder Executivo para exercer as funções acima referidas. Contudo, êsses poderes ou eram deficientes ou se encontravam dispersos entre várias autoridades executivas, sendo seu uso insuficientemente coordenado. A nova lei, além de enfeixar êstes poderes numa Diretoria única — a do Banco Central — permite um conhecimento integrado e permanente dos problemas surgidos, o que é essencial à eficiência dos trabalhos executivos e facilita a tarefa de conhecimento e interpretação das informações sobre a sempre cambiante situação financeira, para fundamentar as decisões do Banco Central e as sugestões que julgar oportunas submeter à apreciação do Conselho Monetário Nacional.

Igualmente importante, e destinada a grande repercussão na vida financeira do País, é a Lei do Mercado de Capitais, que contém medidas em defesa dos investidores, e deverá contribuir para a expansão e segurança dos investimentos.

Assim, através de reformas, e mais do que isso mediante rígido comportamento na execução da política financeira e econômica do Governo, obteve-se, entre outras coisas, a integral recuperação do crédito internacional, e conseqüente ampliação de ajuda externa. E com desvanecimento devemos lembrar o ceticismo dos que, por não haverem acreditado no êxito daquela política, falam hoje do «milagre brasileiro». Milagre alcançado graças à determinação

do Governo e à compreensão dos brasileiros, aos quais não tem faltado espírito, sacrifício e confiança, certamente por saber que, ao contrário do ocorrido em administrações anteriores, quando apenas se institucionalizavam privilégios em detrimento dos mais fracos, hoje o único objetivo é amparar e favorecer o homem comum.

Realmente, a grande meta idealizada pelo Governo é o que tem sido chamado a democratização das oportunidades. Consiste esta em proporcionar a uma grande parte da população, até agora marginalizada, meios hábeis para produzir, enriquecendo o País ao mesmo tempo em que também se enriquece. Entretanto, como já foi dito, «o princípio de democratizar é velho, mas a vontade de executá-lo é nova».

No que se refere pròpriamente ao exercício de 1965, é importante registrar que as emissões de papel-moeda não se destinaram, senão em ínfima parte, a financiar o *deficit* de caixa do Tesouro Nacional. *Deficit* que foi de Cr\$ 588 bilhões, e financiado mediante a utilização de recursos não inflacionários, tais como as Obrigações do Tesouro, cujo montante foi superior a Cr\$ 300 bilhões, e a utilização do aumento do saldo de depósitos de autarquias e entidades públicas no Banco do Brasil, num total de cêrca de Cr\$ 210 bilhões.

Cabe, aliás, assinalar que a Contadoria-Geral da República acusou um *deficit* de 820 bilhões para o Tesouro Nacional, sendo causa principal dessa diferença entre esse *deficit* e o de «Caixa» o fato de estarem compreendidas naquele despesas transferidas para o corrente exercício. *Deficit* sensivelmente inferior ao admitido no programa financeiro de 1965, que previa um montante de 698 bilhões de cruzeiros.

Decorreu a expansão monetária principalmente do excesso de exportações sôbre importações, bem como da sustentação de preços mínimos e compra de excedentes agrícolas, notadamente café e arroz. Por isso, e apesar do comportamento favorável da execução financeira, 1965 foi um ano de forte expansão monetária, atingindo as emissões de papel-moeda, até dezembro, Cr\$ 689,3 bilhões. Entretanto, dos Cr\$ 190 bilhões emitidos em dezembro já retornaram à Caixa do Banco do Brasil cêrca de 130 bilhões até o fim de janeiro, esperando-se maior recolhimento.

Importantes instrumentos da política traçada pelo Conselho Monetário Nacional foram o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Banco do Nordeste, todos eles empenhados na orientação de proporcionar créditos para atividades adequadas ao progresso nacional.

Assim, os empréstimos ao setor privado concedido pela Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil tiveram, até novembro, expansão de 35,5%, constatando-se que aos produtores rurais — lavoura e pecuária — conferiu-se toda a prioridade. Embora em caráter excepcional, tiveram expressiva assistência, na safra de 1965, os seguintes produtos:

- a) cana-de-açúcar, que obteve desconto, num teto global de Cr\$ 16 bilhões, de promissórias rurais;
- b) milho, que alcançou empréstimos destinados a facilitar a venda de excedentes para o exterior;
- c) cacau, que teve empréstimos com o objetivo de minimizar as dificuldades geradas pela suspensão das vendas para o exterior em decorrência de Acôrdio Internacional.

Bastante significativo é o confronto dos dados da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial em 1964 e 1965. Comparadas as aplicações de janeiro a outubro de 1965 com igual período do ano anterior, verifica-se uma expansão da ordem de 72,6%, tendo merecido especial cuidado a mecanização rural, contemplada com empréstimos num total superior a Cr\$ 55 bilhões, e a aquisição de veículos de trabalho, que obteve 1.593 financiamentos, num montante de Cr\$ 6,4 bilhões.

No que se refere ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, revelou-se a sua colaboração financeira, no exercício de 1965, bastante superior à verificada nos três anos anteriores. Computou-se um volume global de Cr\$ 277,8 bilhões sob a forma de financiamentos, e o equivalente a US\$ 55,4 milhões destinados a avais. Contando com recursos de origem externa, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no caso do FIPEME, da Aliança para o Progresso, no caso do FINAME, logrou aplicar por êsses Fundos, e em apenas alguns meses de atividade, Cr\$ 17,4 bilhões e Cr\$ 41 bilhões, respectivamente.

Também é de assinalar haver o BNDE concorrido, em 1965, com soma superior a um bilhão de cruzeiros para atividades do ensino e pesquisas técnico-científicas, beneficiando, principalmente, a Universidade do Brasil e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Quanto ao Banco do Nordeste, bastará dizer-se que o montante de recursos à sua disposição, em fins de 1965, elevou-se a Cr\$ 280,6 bilhões, em comparação com Cr\$ 100,5 bilhões no ano anterior. Extraordinário incremento que resultou em sua maior parte da política governamental em favor do Nordeste, bem como de recursos obtidos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Apesar da sensível queda de preço em vários dos principais produtos de exportação, a sua receita ultrapassou consideravelmente os níveis de 1964, atingindo um total de US\$ 1.560 milhões. Assim é que ocorreu apreciável baixa no preço do algodão, do açúcar e do cacau.

Quanto ao café, cuja importância na vida do País não será necessário encarecer, convém fixar as linhas mestras da política adotada, no âmbito externo, em perfeita consonância com o espírito e a letra do Convênio Internacional do Café, e que podemos resumir em quatro itens:

a) o ajustamento da oferta à demanda, através dos mecanismos de cotas, repartindo-as pelos critérios de participação percentual no mercado e de retenção estabelecidos pelo Convênio Internacional do Café;

b) o reforço do controle do fluxo de café, com vistas a impedir reexportações fraudulentas de países-membros produtores, através de não-membros, e limitação das importações de países produtores não-membros do Convênio;

c) os controles da produção e dos excedentes, de forma a evitar o agravamento do problema de superprodução;

d) a estabilização dos preços do café em níveis adequados, para cuja consecução é indispensável a cooperação dos países consumidores, como fonte adicional de receita da ordem de 600 milhões de dólares para os exportadores do produto. Em 1962, num dos pontos mais baixos da evolução dos preços, a receita global atingiu a 1.881 milhões de dólares, ao passo que, na nova conjuntura de 1964, êsse montante elevou-se a 2.460 milhões.

A preservação do Convênio Internacional do Café, fundamental para a estabilidade dos países produtores e para a definição de políticas de organização de mercados para outros produtos primários, até mesmo para a continuação do esforço de cooperação internacional no campo econômico entre países em diferentes estágios de desenvolvimento, depende hoje basicamente da capacidade de ação das principais nações produtoras e consumidoras.

Entende o Brasil que, ao serem criadas, através dos mecanismos do próprio Convênio, entradas adicionais líquidas de recursos cambiais de grande vulto, todo o esforço deve ser feito no sentido de impedir que tais melhorias representem estímulo a novos plantios, pois, ao contrário, a sua utilização racional deve conduzir à solução total do problema cafeeiro, problema típico de todos os produtos primários. Pensa, assim, o Governo brasileiro, que a imobilização de uma parcela desses recursos, para aplicação através de órgãos de financiamento e desenvolvimento em programas de diversificação econômica, poderá constituir o ponto de partida no sentido de impor disciplina e controle aos países produtores e orientar os recursos adicionais no sentido de efetivo desenvolvimento econômico.

Nessas condições, o Brasil, que no momento programa ampla política de diversificação da lavoura cafeeira, tem perfeita consciência de que somente de uma ação de âmbito internacional, envolvendo o conjunto dos produtores, poderá resultar solução do problema cafeeiro, isto é, em que a solução se encontra exclusivamente em combinar disciplina de mercado, vendas a preços estabilizados e orientação de recursos internacionais para diversificação.

A análise da conjuntura do café durante o ano de 1965 evidencia dois períodos básicos. Durante o primeiro semestre, que corresponde ao último do ano-safra 1964/65, a retração dos principais centros consumidores, através da utilização de estoques, a política de vendas a preços reduzidos adotada pelos concorrentes e as cotas globais excessivas fixadas pelo Conselho da Organização Internacional do Café para o ano-convênio 1964/65, foram os principais fatos que caracterizaram a fragilidade dos negócios de café. A razão principal dessa política nos centros consumidores foi, sem dúvida, a falta de confiança do comércio e da indústria do café na capacidade do Brasil de manter os preços vigentes na época. Receavam os importadores que a diminuição das exportações brasileiras induzisse à modificação da política adotada de sustentação dos preços internacionais em níveis razoáveis.

Todavia, durante o segundo semestre de 1965 verificou-se uma reversão no panorama que foi apresentado desde o início do ano. As exportações brasileiras elevaram-se a 8,5 milhões de sacas, representando a média mensal de, aproximadamente, 1,4 milhões de sacas, ou seja, praticamente, o retorno aos níveis considerados normais.

*
* * *

Concluída breve apreciação sobre o comportamento das exportações, podemos encarar as importações. Nestas houve apreciável declínio, especialmente no que se refere à importação do trigo, maquinaria e veículos, artigos em que ocorreu uma diferença para menos, em comparação com 1964, de US\$ 120 milhões. Aliás, as importações brasileiras para 1965 haviam sido estimadas em US\$ 970 milhões (FOB), com um decréscimo de US\$ 116 milhões em relação ao exercício anterior.

Redução que se deveu ao clima de expectativa criado com a política de estabilização monetária interna, cujos efeitos sobre o consumo e, conseqüentemente, sobre a produção industrial,

se fizeram sentir de forma a provocar retrações peculiares aos períodos de ajustamento de economias em desequilíbrio. Sòmente a partir do segundo semestre começou a haver aumento das importações, que, entretanto, não alcançaram os índices anteriormente atingidos.

Conseqüência da diferença verificada em favor das exportações face às importações, foi um saldo na balança comercial de cêrca de US\$ 590 milhões. Saldo que propiciou fato de maior expressão, como seja a redução processada em relação aos «atrasados comerciais» e «swaps». A diminuição do saldo devedor dêsses dois itens totalizou US\$ 407 milhões, liquidando-se tôda a posição dos atrasados, no montante de US\$ 229 milhões.

Não é, pois, exagêro ou otimismo dizer-se que, em face dos números oferecidos pelos vários setores da vida financeira e econômica do Brasil, não temos por que duvidar do continuado êxito da orientação adotada pelo Govêrno, que espera não demorar em alcançar as metas do desenvolvimento com estabilidade, já hoje bem próximas da realidade nacional.

PETRÓLEO

Pela importância, não sòmente no desenvolvimento, mas também na segurança do País, cabem aqui algumas informações relativas ao Petróleo, e particularmente sôbre a Petrobrás, cuja pujança é dia a dia crescente, afirmando-se como a maior empresa da América Latina. O saldo que ofereceu em 1965 foi altamente positivo, e decorre principalmente da reorganização administrativa implantada no ano passado e dos novos dispositivos legais e regulamentares que complementaram os até então existentes em matéria de ordenamento jurídico e administrativo das atividades econômicas do setor petróleo.

Novas bases legais foram adotadas para o desenvolvimento da indústria petroquímica através dos Decretos n.º 55.579, de 15 de fevereiro de 1965, e 56.571, do mesmo ano. Também o Decreto

nº 56.570, de 9 de julho de 1965, determinou a desencampação das permissionárias do refino e estabeleceu providências para a unificação do regime financeiro das empresas privadas que operam naquele setor, bem como os limites máximos de remuneração para tais investimentos.

Quanto à extração de óleo, é bastante alvissareiro o fato de haver cessado o declínio de produção que ocorria desde os três últimos meses de 1963. Em 1965 produziram-se 5.460.354 metros cúbicos, havendo pequeno acréscimo em relação ao ano anterior. E, além do início do desenvolvimento do campo de Carmópolis, em Sergipe, novas áreas produtoras foram assinaladas na Bahia, especialmente em Imbé, Massuí, Araçás e Miranga. Áreas que deverão possibilitar, até fins de 1966, um aumento da ordem de 50% na produção de petróleo.

Igualmente satisfatórios foram os resultados colhidos em relação ao refino e à petroquímica. Além de prosseguir na construção das refinarias Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, e Gabriel Passos, em Minas Gerais, ambas com a capacidade para 7.150 m³, concluiu-se a expansão da Refinaria Duque de Caxias, agora elevada para 24.000m³. Duas fábricas de asfalto, uma na Bahia, outra no Ceará, ambas com a capacidade de 80.000 toneladas por ano, estarão terminadas em meados deste ano.

Também foram reativadas as medidas para a construção do Conjunto Petroquímico da Bahia, que compreende uma fábrica de amônia, de 200 toneladas diárias, e outra de uréia, de 250 toneladas, havendo sido assinados os contratos para execução dos projetos.

E com o objetivo de obter elevados índices operacionais, deu a Petrobrás especial ênfase ao aparelhamento do sistema de terminais marítimos, integrantes do monopólio estatal, os quais constituem elos de união entre o transporte marítimo e o terrestre. Constroem-se, presentemente, os terminais de Tramandaí, no Rio Grande do Sul, São Sebastião, em São Paulo, e Atalaia Velha, em Sergipe.

Assim, dentro das normas traçadas pelo Conselho Nacional de Petróleo, órgão orientador da política nacional do petróleo, realiza a Petrobrás a sua missão fundamental de principal instrumento de

execução daquela política. Contou para isso, além do alto nível técnico e moral da sua direção, hoje auxiliada por um dedicado corpo de funcionários, com uma soma crescente de recursos oriundos da política realista do Governo, que, pelo ajustamento dos preços à verdade cambial, propiciou à empresa somas que a capacitaram para a realização das imensas tarefas que lhe tocam na pesquisa, extração e industrialização do petróleo, de modo a garantir ao País, sem prejuízo das suas reservas, o combustível de que necessita. É de esperar que, não havendo solução de continuidade na orientação agora seguida com visível êxito, possa o País vêr estabelecida em bases sólidas a solução dos problemas relativos a tão importante setor da vida nacional.

ENERGIA E MINERAÇÃO

Graças à continuidade e segurança com que tem executado o programa elaborado com o objetivo de expandir a produção de energia elétrica e ampliar a exportação de minérios, o Governo pode no particular registrar resultados bastante satisfatórios.

Desde o início se constatara que o País inteiro, das regiões mais pobres aos Estados mais favorecidos, vivia em permanente racionamento de energia, havendo necessidade de enfrentar o problema corajosamente. Sem investimentos maciços seria impossível superar tal situação. E já que as empresas estrangeiras estavam sem possibilidades de fazê-los, não havia senão encampá-las, inclusive para facilitar a adoção de tarifas realísticas.

Foi o que se fez, muitas vezes precisando enfrentar campanhas maliciosas, ou as justificáveis reações diante da majoração dos preços. Era, porém, imprescindível colocar os interesses do País acima da popularidade do Governo. E o atual panorama em matéria de energia fala de modo eloqüente sobre os resultados alcançados. As tarifas reajustadas e os recursos captados em diversas fontes, no País e no estrangeiro, permitem que estejam em andamento obras que darão ao Brasil mais de 6,2 milhões de KW, elevando praticamente ao dôbro a potência instalada quando da vitória da Revolução.

Para isso muito contribuiu a compra, pela Electrobrás, e nos termos da Lei nº 4.428, das ações da American & Foreign Power Company Incorporated (Amforp) e da Brazilian Electric Power (Bepco). Assinado em Washington, em 12 de novembro de 1964, o contrato começou a vigir em 18 de março de 1965, havendo a perícia procedida pela A.B. Scandinavian Engineering Corporation, da Suécia, avaliado o acervo em US\$ 151.400.000, ficando assim mantido o preço-teto de US\$ 135.000.000. Conseqüência imediata da operação foi o financiamento a longo prazo — 25 anos e juros de 5,5% — da A.I.D. para a conclusão da Usina de Peixoto. Também o BIRD financiou a expansão e melhoramento de rêsdes de transmissão e distribuição de outras subsidiárias, estando em conclusão um empréstimo de US\$ 50.000.000. Vencido, pois, o impasse criado pelas subsidiárias da Amforp, poderá o Brasil ingressar, realmente, numa nova e promissora fase em matéria de energia elétrica.

Também no campo da mineração se fizeram sentir as críticas dos que tentavam iludir a opinião pública com uma falsa bandeira nacionalista. Os resultados colhidos são, porém, o maior testemunho do acêrto governamental. Aos que afirmaram redundar a orientação do Governo no perecimento da Companhia Vale do Rio Doce opõem-se hoje os números apresentados pela própria empresa, para a qual o ano de 1965 foi de fecundas realizações em todos os setores de atividade, e constituiu importante marco no seu programa de expansão.

O fato excepcional de haver conseguido exportar 10.005.190 toneladas de minério de ferro pelo pôrto de Vitória, apesar das suas deficiências, abre esperançosas expectativas para a Companhia, que, em breve, contará com o início das operações no pôrto de Tubarão. Realmente, 1965 assinala um recorde de produção, exportação e transporte de minério. A exportação, já citada, oferece um aumento percentual de 27,9%; a produção, num montante de 11.663.830, assinala majoração de 25,8%; e o transporte de 9.627.449 toneladas métricas significa um aumento de 26,8%. São números que dizem bem de quanto foi profícua a política do Governo.

Mas, ao lado dêsse promissor desenvolvimento da mineração no Vale do Rio Doce, devemos consignar o panorama existente no Vale do Paraopeba, onde a Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração, sob o contrôle de acionistas brasileiros, e a Companhia de Mineração Novalimense, sob contrôle da St. John d'El Rey Mining Co. e da The Hanna Mining Co., também se mostraram dispostas à ampliação de suas atividades mineradoras. E, como consequência da política adotada pelo Govêrno no campo da mineração, e destinada a acautelar, sem xenofobia, os legítimos interesses do País, resolveram os dois grupos, segundo oficialmente informado ao Govêrno, associar-se numa empresa única, na qual será dominante o capital brasileiro, na proporção de 51%.

POLÍTICA EXTERNA

Em suas linhas gerais, não sofreu a nossa política externa qualquer modificação em relação às diretrizes adotadas pelo atual Govêrno. Assim, sem perdermos de vista o nosso tradicional universalismo, demos especial ênfase às relações com os demais países do Continente, e mantivemos a nossa integração no mundo ocidental. São orientações condizentes com os grandes interesses nacionais, nos campos político, social e econômico.

Das relações continentais, constituiu magnífica demonstração de compreensão, no sentido do seu fortalecimento, a reunião, no Rio de Janeiro, da Segunda Conferência Interamericana, cujas conclusões foram altamente expressivas. Também a ALALC, cujo aprimoramento representará importante instrumento da integração econômica latino-americana, tem merecido todo o apôio do Govêrno brasileiro.

Ainda no plano continental, e pela importância que tem para os dois países, queremos assinalar a maneira profícua por que se têm desenvolvido as relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América, cuja velha amizade e comunhão de interesses sômente tem encontrado motivos para continuada intensificação. Vários acôrdos bilaterais têm demonstrado o empenho da grande nação do

norte do Continente em ajudar o desenvolvimento dos demais povos americanos, que têm na Aliança para o Progresso o mais poderoso instrumento para a realização daquela política de solidariedade e cooperação.

A política continental, entretanto, em nada modificou nossas tradicionais relações com os povos europeus, do mesmo modo que não afetou o esforço feito para a maior presença do Brasil nas nações asiáticas e africanas, muitas delas recentemente organizadas.

Muito nos honraram as visitas do Imperador do Irã, do Presidente da Itália, do Rei da Bélgica, e do Grão-Duque do Luxemburgo, eminentes Chefes de Estado aos quais o Governo e o povo brasileiro tributaram as homenagens merecidas. Essas visitas foram a oportunidade para serem tratados, em alto nível, importantes assuntos de recíproco interesse. É, portanto, com justa satisfação que o Governo brasileiro registra eventos tão gratos à nossa vida internacional.

Para finalizar, desejo assegurar que o Brasil, consciente das suas responsabilidades num mundo ameaçado pela intolerância e pela agressão de elementos radicais, continua a desenvolver todos os esforços na preservação da Paz, permanente aspiração de todos os brasileiros.

O ENSINO

Firmemente empenhado em abrir caminho para o desenvolvimento nacional, o Governo não tem poupado esforços e recursos no aprimoramento e expansão do ensino em todos os seus graus. É isso pela convicção que tem de ser impossível pensar-se em desenvolvimento sem elevar o nível cultural da população.

Embora confiado aos Estados e Municípios, o ensino primário tem recebido, por parte da União, auxílio jamais verificado. Assim é que se elevou aproximadamente a 6,7 bilhões a soma dos recursos liberados com a finalidade de ajudar a expansão e melhoria desse

grau de ensino. Ao mesmo tempo em que a Merenda Escolar deverá, em 1966, alcançar 37 mil escolas, despendendo cêrca de dois bilhões de cruzeiros.

Quanto ao ensino médio, cuja adequada reformulação constitui dos mais graves problemas educacionais, também não se tem descurado a administração federal, sobretudo interessada em oferecer, não apenas um número de professôres compatível com a extraordinária expansão dêsse grau de ensino, mas, principalmente, pessoal docente de padrão cultural e pedagógico adequado. Nesse sentido está previsto pelo Ministério da Educação o treinamento de 5.600 professôres para as disciplinas do 1º e 2º ciclos, além de 900 para Artes Industriais, Técnicas Comerciais e Agrícolas e 1.000 de Práticas Educativas. Aos Estados foram dados recursos num total superior a três bilhões de cruzeiros.

Também em desenvolvimento apreciável estão o Ensino Comercial e o Industrial, êste muito vinculado às exigências do almejado surto industrial. No primeiro contamos com mais de 20.000 professôres, que atendem a 290.000 alunos; e no último espera-se habilitar 36.000 profissionais dêsse tipo.

Atenção especial tem merecido o ensino superior, que fôra altamente prejudicado pela demagógica interferência, nas Universidades, de agitadores dedicados ao envolvimento de alunos, e até de professôres, num clima de inquietação política. Mas, além de buscar restabelecer um ambiente de tranqüilidade, indispensável ao ensino, voltou-se o Govêrno para uma programação da expansão do ensino superior, em bases seletivas, ajustadas às características de nossa conjuntura. O que implicou em ampliar, preferentemente, as áreas ligadas ao desenvolvimento e ao bem-estar do povo, tais como as de engenharia, química, medicina, odontologia, farmácia, enfermagem, agronomia.

Ao ensino da engenharia, por exemplo, destinaram-se 2,1 bilhões de cruzeiros, que permitiram a matrícula de 20.000 alunos em todo o País. No ensino da química, e dentro das previsões das necessidades nacionais, serão empregados 515 milhões de cruzeiros:

É no campo da medicina empregaram-se, em 1965, 2,8 bilhões de cruzeiros com a finalidade de expandir e melhorar os padrões de ensino. Ao mesmo tempo em que nos cursos de odontologia, farmácia e enfermagem de nível superior, despende-se um total de 730 milhões de cruzeiros.

Dêsse modo, a necessidade de corrigir não nos tem impedido de expandir e aprimorar os nossos cursos de nível superior, de tanta significação para o progresso do Brasil.

SAÚDE PÚBLICA

Como já tivemos ocasião de dizer, «não poderá haver um país rico com um povo doente». Daí o interesse com que o Governo busca, através de numerosas providências e iniciativas, assegurar aos brasileiros melhores condições de saúde: combate às endemias, obras de saneamento, luta contra a tuberculose e a lepra, vacinação intensiva, ultimação e equipamento de hospitais, e preparo de pessoal especializado para os serviços de Saúde, eis algo do que tem assinalado a ação do Ministério da Saúde.

Seria enfadonho, se não inoportuno, enumerar aqui em pormenor o muito realizado, e que encontrareis mais adiante. Deve, porém, ser ressaltado que o reconhecimento da eficiência do esforço desenvolvido é a ajuda de organizações estrangeiras, cuja contribuição merece nosso agradecimento. Da Alemanha Ocidental, para reequipamento hospitalar, contamos com um financiamento da ordem de 15 bilhões de cruzeiros, e da França, com igual finalidade, 11 bilhões. Com a A.I.D. firmamos convênio da ordem de seis e meio milhões de dólares para a erradicação da malária.

Como se verá no curso desta Mensagem, dezenas de outras iniciativas são a prova do empenho do Governo em melhorar substancialmente as condições de saúde do País.

O PROBLEMA DA HABITAÇÃO

Conforme tivemos oportunidade de afirmar na Mensagem apresentada no ano passado, um dos aspectos mais dramáticos criados pela imprevidência e demagogia dos governos anteriores é o da habitação, que acusa *deficit* superior a 8 milhões de residências. Daí a criação do Banco Nacional de Habitação, cuja ação inicial se verificou em 1965, dando-se ênfase especial às Companhias de Habitação Popular, e às Cooperativas de Habitação. Com as primeiras assinaram-se convênios num montante de 41 bilhões, que se destinam à construção de 38.616 unidades habitacionais. Com cinco das Cooperativas firmaram-se convênios para a construção de 22.249 residências.

Prevê o orçamento do BNH para o ano em curso uma Receita de Cr\$ 144.530 milhões, devendo haver um saldo de 118 bilhões a ser aplicado no setor habitacional, de modo a poder o Governo encaminhar a solução de um problema que é de longo prazo, mas nem por isso menos premente.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A exemplo do verificado em 1964, continuou o Governo a desenvolver esforços no sentido do aprimoramento da previdência social, e especialmente da recuperação econômica e financeira das instituições que a compõem. Dentre as realizações efetuadas, e cujos pormenores se encontram adiante, devemos lembrar a venda dos imóveis, numa operação que atenderá a três finalidades fundamentais: proporcionar, em condições acessíveis, a constituição de um patrimônio em favor dos adquirentes; fornecer recursos ao Plano Nacional de Habitação; e retirar das instituições de previdência a sobrecarga de um patrimônio que não lhes dá receita equivalente ao valor e encargos administrativos.

Merece também ser assinalado que, em 1965, contribuiu a União para o Fundo Comum de Previdência com a importante parcela de 159 bilhões de cruzeiros.

Contudo, há ainda longo caminho a percorrer, a fim de serem sanados graves defeitos existentes na previdência social. A assistência médica, dispersa, não é rápida, e muitas vezes imperfeita; os benefícios pecuniários reclamam pagamento mais pronto; e a insuficiência dos recursos postos à disposição dos contribuintes do interior gera, não raro, descrença em relação ao sistema. São todos esses motivos a mais no sentido da unificação dos atuais Institutos, ou melhor, dos serviços previdenciários. Unificação que, ao contrário do que se possa imaginar, deverá contribuir para maior descentralização e flexibilidade dos serviços a serem proporcionados aos associados.

ABASTECIMENTO E CUSTO DE VIDA

Nenhum setor da administração tem merecido maior atenção do Governo do que o do Abastecimento, intimamente vinculado ao custo de vida. Mas, a verdade é que, se muito se tem evitado, impedindo a continuação do desenfreado aumento dos preços, como ocorreu até o comêço de 1964, ainda não foi possível vencer a terrível herança recebida. Obrigado a defender os interesses do consumidor sem descurar do incentivo ao produtor, estimulando-o a maior esforço no sentido de fortalecer o mercado fornecedor, não tem sido fácil a batalha travada pelos órgãos incumbidos de realizar a política, traçada pelo Governo.

Contudo, é possível verificar nêsse setor alguns fatos que demonstram o acêrto da orientação seguida, e que se encontra exposta minuciosamente em outro local. O primeiro dêles são as grandes colheitas verificadas em 1965, e que deverão ser ainda maiores em 1966. São elas decorrência, não apenas de estações favoráveis, mas principalmente da política de créditos à agricultura e de compensadores preços mínimos. Outrossim, e isso ocorre pela primeira vez nos últimos anos, a elevação do custo da alimentação, havendo atingido 31,5% em 1965, ficou muito abaixo da majoração do custo da vida, que foi da ordem de 45%.

Forçado, porém, a uma série de medidas sem as quais caminharíamos rapidamente para o caos financeiro, como a eliminação

dos subsídios para o trigo e petróleo, e a adoção de tarifas realísticas para numerosos serviços públicos, bem como o reajustamento dos aluguéis, durante longo tempo submetidos a um regime injusto e pernicioso à construção de habitações, não tem o Governo podido, por vêzes, manter nos níveis desejados a elevação do custo de gêneros e utilidades. São duros sacrifícios reclamados dos brasileiros. Mas, sacrifícios que assegurarão o progresso e a prosperidade em breve prazo.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Sob a orientação do Ministério de Coordenação dos Organismos Regionais, em colaboração com o do Planejamento, o desenvolvimento regional é dos setores onde mais eficiente tem sido a política do Governo.

A SUDENE, por exemplo, dentro de planos adequados à região, aplicou no Nordeste, em 1965, total superior a 73 bilhões, e no triênio 66/68 deverá investir 739 bilhões de cruzeiros.

Também a SPVEA tomou importante impulso, especialmente em relação à industrialização da Amazônia, havendo os investimentos para a implantação de novas indústrias e modernização das já existentes absorvido cerca de 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros.

Devem ser ainda mencionados os trabalhos da Rodobrás, que tem a seu cargo a construção da rodovia Belém-Brasília, e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, em ação coordenada com a SUDENE. Do mesmo modo, a Comissão do Vale do São Francisco continua a atender ao desenvolvimento econômico e social da região, estando reservada a importância de 28 bilhões de cruzeiros para o exercício corrente.

Criada pela Lei nº 2.976, de 28 de novembro de 1965, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País deverá promover o desenvolvimento da região, havendo despendido, em 1965, cerca de 700 milhões de cruzeiros.

Assim, em cada um dos setores em que se desdobra a administração pública, podemos encontrar um ambiente de trabalho planejado, e cujos resultados já começam a se fazer sentir, conforme bem se depreende da exposição adiante inserida, e contendo pormenores sobre a maneira por que se processa o desenvolvimento regional.

OLHAR SOBRE O FUTURO

Depois da obra realizada nos dois últimos anos, e que se destinou a colocar o País em condições de poder retomar, em termos de segurança e continuidade, o seu desenvolvimento violentamente interrompido, o Governo volta-se agora para um ambicioso programa a longo prazo.

É um programa maduramente analisado, e que assentará num amplo planejamento, compreendendo não apenas as prioridades em relação aos investimentos governamentais, que se voltarão preferencialmente para a energia elétrica, transporte, petróleo e telecomunicações, mas também incentivos propiciados à iniciativa privada, em setores considerados de maior interesse para a coletividade. Assim, embora sem prejuízo da liberdade inerente a uma democracia, caminharemos para uma economia livre dos males do empirismo, que desconhece inteiramente os efeitos sobre o conjunto.

Grandemente beneficiados, dentro desse Programa de Ação, serão a agricultura, o desenvolvimento social, a educação, a saúde, a habitação, e a previdência social, todos eles considerados como essenciais para o desenvolvimento e o progresso do País.

Esperamos, assim, lançar as bases, inclusive através da criação do Ministério do Planejamento, já previsto na Reforma Administrativa a ser submetida ao Congresso Nacional, de uma nova era para o Brasil, que poderá abandonar o acaso das soluções parciais, para enveredar numa fase de decisões globais e projetadas para o futuro.

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Conforme se verifica da sùmula desta introdução, o Govêrno, graças ao apoio recebido do povo brasileiro e a inestimável colaboração e compreensão dos demais Podêres face à Revolução vitoriosa em março de 1964, tem podido realizar, de maneira que poderemos considerar surpreendente, a obra de recuperação nacional, devolvendo à nação a confiança no seu futuro, e, por isso mesmo, o ânimo e estímulo para prosseguir na marcha encetada em busca do desenvolvimento.

Continuaremos, pois, a empregar todos os esforços e recursos no sentido de propiciar ao Brasil alcançar as metas básicas da estabilidade, desenvolvimento e reformas. Sômente assim lograremos construir uma verdadeira democracia, na qual todos os cidadãos, sem distinção ou limitações, possam, em número cada vez maior, ter ao alcance êstes quatro bens fundamentais: saúde, educação, terra e habitação. Para essa grande obra estão convocados todos os brasileiros.



PARTE I

**A REVOLUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO
BRASILEIRO EM 1965**

ASPECTOS ECONÔMICOS

A ação governamental em 1965 traduziu-se na execução de três programas comunicantes — desinflação, desenvolvimento e reformas. Paralelamente aos esforços de contenção do processo inflacionário, iniciados no ano anterior, cuidou-se de promover o desenvolvimento de setores prioritários da produção nacional e implementar uma série de reformas essenciais à eficiência da nossa estrutura institucional. Em momento algum se pensou em deflação ou em antepor o combate antiinflacionário às necessidades de desenvolvimento do País. O objetivo básico na área da economia interna consistiu em reduzir-se a inflação a nível tolerável, a fim de se obter, a partir de 1966, relativa estabilidade de preços, sem a qual a retomada do desenvolvimento seria tarefa vã, a exemplo do que nos demonstrou um passado ainda recente.

Promovidas as principais correções de preços e tarifas de serviço, necessárias para não desestimular setores importantes da economia, o País viu-se em condições de alcançar desenvolvimento sadio e harmônico. O crescimento em 1965 do Produto Interno Bruto, de que adiante falaremos, revela já terem sido lançadas as condições essenciais à implantação de um progresso contínuo.

O COMBATE A INFLAÇÃO

O Governo arcou, a princípio, com o ônus da impopularidade do esforço recuperador a que nos referimos, mas cedo se viu plenamente compensado pelo espírito de sacrifício do povo em geral, pela capacidade de adaptação de produtores e consumidores às exigências do momento histórico, e pelo apoio, ostensivo ou tácito, que passou a receber, principalmente ao serem comprovados os primeiros resultados de sua política de recuperação nacional.

Jamais se pediu ao País uma cota de sacrifícios além do limite suportável; logo se desvaneceram os temores de não estar o nosso povo, devido à sua suposta afinidade com a euforia inflacionária, em condições de suportar correção severa das principais distorções econômicas. Essa correção fêz-se e ainda prossegue, porém de forma graduada, em pequenas doses aplicadas no momento adequado; as possíveis contra-indicações foram evitadas através de providências para estimular a iniciativa privada, fortalecer economicamente as empresas, incentivar a poupança popular e valorizar o salário do trabalhador. Conseguiu-se isso sem recurso a medidas socializantes. O Estado só interveio para pedir compreensão, promover o diálogo democrático e ditar as novas regras do jogo econômico.

Quase dois anos depois desse programa rígido mas elástico, a inflação ainda resiste — pois impossível seria travá-la de um golpe — mas caiu muito, em taxa e em popularidade. Dia virá, mantido esse estado de ânimo, em que o povo brasileiro adquirirá, a exemplo de outros povos desenvolvidos, mentalidade antiinflacionária passando a controlar de perto os atos dos governos e condenando-os sempre que geradores de focos inflacionários.

Em meio a algumas dificuldades remanescentes, o País saudou a chegada de um novo ano de trabalho com raro sentimento de euforia: o aumento do custo de vida em 1965 (Guanabara) ficou em apenas 45 por cento, praticamente a metade da taxa do ano anterior, que, por sua vez, seria a metade da inflação prevista para aquele ano se povo e Governo não se unissem no esforço, já agora histórico, de evitar um processo de hiperinflação que nos conduziria ao caos econômico e social. Já não se observa, com efeito, a ânsia de estocagem para ressalvar o capital de giro da corrosão dos preços e custos em alta então crescente, ou o afã popular de aplicar logo o dinheiro antes que este se desvalorizasse da noite para o dia. Ultrapassada, na primeira metade de 1965, a fase de retração que normalmente acompanha os programas de contenção inflacionária, as relações produtor-consumidor passaram a se fazer por via normal, e as empresas, vencida a crise de desestocagem, reiniciaram o seu programa de expansão. Por outro lado,

as economias populares, duramente amealhadas e por isso mesmo exigentes quanto às ofertas de aplicação, desiludiram-se dos meios fáceis de rendimento — a compra de moeda estrangeira, por exemplo — e passaram a formar no esforço geral de recuperação do País. Através das Obrigações Reajustáveis do Tesouro e outros papéis, elas têm ajudado em muito a implementação do programa de investimentos públicos.

Tudo isso — mais fatos que sintomas — permite-nos prever para 1966 um ano fecundo de realizações, com o apoio decidido de todas as camadas da população brasileira; a complementação, em suma, do quadro de condições para o desenvolvimento pleno. Vejamos agora de que forma se reduziu a taxa inflacionária.

Alguns críticos do Programa do Governo se confinaram a dizer, no início, que o combate à inflação se devia fazer pela promoção do desenvolvimento — o que revela um nobre desejo, mas não um programa concreto. O desenvolvimento é um problema de longo prazo, e a inflação, nas circunstâncias brasileiras; um problema de imediata gravidade.

Além do mais, combater a inflação simplesmente pelo aumento da produção, seria esquecer que em nossas melhores épocas a produção do País nunca cresceu a mais de 6 a 7 por cento ao ano, ritmo inferior à taxa de inflação num só mês do trimestre que antecedeu a Revolução. Mas embora a ação do lado da oferta não seja por si só suficiente, o Governo executou um conjunto de providências destinadas a aumentar a curto prazo a disponibilidade de bens e serviços e a reacelerar o desenvolvimento, como se verá adiante.

Os Resultados do Combate à Inflação

Vale a pena recordar aqui, a título de ilustração, a situação que antecedeu de imediato a aplicação do Programa de Ação Econômica (PAEG) para 1964-1966. A inflação acelerava-se rapidamente, chegando por vezes a um ritmo mensal de 7%, e durante os dois anos anteriores, o crescimento do País parara quase que de

todo. A renda real *per capita* baixava, a produção estagnava, não somente na agricultura, mas também na indústria. Reduziam-se as oportunidades de emprego, sobretudo à nova força de trabalho que afluía anualmente ao mercado, e a inquietação dominava o País. A economia brasileira requeria, na verdade, programas de reconstrução, estabilização e desenvolvimento.

Os principais objetivos referidos no Programa de Ação Econômica são os seguintes: gradual estabilização de preços; retomada do desenvolvimento e, paralelamente, criação de suficientes oportunidades de emprego produtivo para absorver a expansão populacional; correção da tendência para desconstrução do balanço de pagamentos; redução de desigualdades setoriais e regionais.

Este programa está sendo cumprido à risca, e alguns dos seus objetivos já foram satisfatoriamente alcançados. O que mais aparece no cômputo das realizações é a redução paulatina dos aumentos do custo de vida, porque sensibiliza mais de perto a opinião pública. Tratou-se, antes de tudo, de libertar a economia das numerosas distorções que lhe inibiam o crescimento, e restaurar seu impulso dinâmico através de um elenco de medidas, desde a eliminação dos controles de preços até um esquema de investimentos públicos, enquanto se deflagravam reformas estruturais.

Da inflação cumulativa passou-se quase que imediatamente à inflação corretiva. Distorções a curto prazo ameaçavam tornar incontrollável o galope dos preços, afetando a capacidade de investir e a produtividade do sistema econômico. Concediam-se subsídios indiscriminados ao consumo. O irrealismo das tarifas de serviços públicos muito contribuía para piorar a situação do ponto de vista orçamentário, além de levar certos órgãos a inoperância quase completa. Ao lado disso, punham-se em prática métodos simplistas de controle de preços. Por fim, completava o quadro o desconstrução da despesa governamental. Não foi menos violenta a queda de eficiência da máquina governamental e o colapso do sistema estatístico brasileiro.

Ao apresentar os resultados do combate à inflação, começaremos pelo indicador mais geral e inclusivo, o chamado índice geral de preços, que corresponde a uma média ponderada do índice

do custo de vida, do índice de preços por atacado e do índice do custo da construção. No ano de 1965, o índice geral de preços se elevou de 34,2%, em comparação com 92,1% em 1964. Ainda mais expressivo é o comportamento do índice de preços por atacado (exclusive café), que em 1965 aumentou de 29,2% em comparação com 84,1% em 1964.

Por outro lado, o aumento do custo de vida na Guanabara, por exemplo, foi de 45,4%, quando em 1964 ele havia sido de 86,6%. É de notar ainda que só nos três primeiros meses de 1964, antes da Revolução, o custo de vida se elevava de 24%.

Cabe assinalar que o aumento do custo da alimentação, sem dúvida o mais importante componente do custo de vida, foi de apenas 31,7% em 1965, comparativamente a 75,9% em 1964. Neste último ano, só nos primeiros três meses a elevação havia sido de 28%. A elevação maior do índice do custo de vida está associada principalmente à circunstância de refletir este, em muito maior grau, os reajustamentos de caráter corretivo que se vêm empreendendo, seja no tocante a aluguéis, taxa cambial e a tarifas de serviços públicos, com o objetivo de restabelecer o incentivo ao desenvolvimento de setores vitais da economia. Para exemplificar, enquanto o custo de alimentação, como dissemos acima, se elevou de menos de 32%, em 1965, o índice de aluguéis aumentou de 116,3% e o de serviços públicos, de 71,2%.

Embora afetando o custo de vida, tais majorações não resultam de pressões correntes, seja do lado dos custos ou da demanda. Constituem, sim, ação deliberada de correção de distorções.

Evidentemente, tais reajustamentos afetam o poder aquisitivo das categorias de consumidores que utilizam aqueles serviços. Mas outra alternativa não restava ao Governo, ante a imperiosa necessidade de dar à estrutura produtiva dos setores respectivos condições de sobrevivência e desenvolvimento, sem o que todo o programa de recuperação econômica ficaria comprometido.

É de particular interesse ressaltar que o sistema de estímulos à contenção de preços, representado pela Portaria Interministerial n.º 71 e pela Lei de Estímulos ao Aumento de Produtividade e à Contenção de Preços (Lei n.º 4.663-65), alcançou os melhores

resultados. Tanto assim que esquema semelhante já se encontra em vigor para 1966. O principal objetivo desse sistema, que recebeu a adesão inequívoca das empresas, foi de associar a política de preços do setor privado ao esquema de gradual desinflação da economia.

O Contrôlo dos Principais Fatores Inflacionários

A política fiscal e monetária

a) *Deficit do Tesouro*

Durante o agravamento do processo inflacionário, o mais importante fator imediato responsável pela expansão dos meios de pagamento e preços foi, inequivocamente, o *deficit* de caixa governamental, financiado por emissões. Como percentagem do Produto Interno Bruto, aquele *deficit* de caixa se elevou de 0,7% em 1954 para 5,3% em 1963.

Como resultado do Programa de Ação Econômica, a mesma percentagem caiu para 3,6% em 1964 e cêrca de 2% em 1965. Igualmente importante é o fato de que, através das Obrigações do Tesouro, passou o poder público a dispor de recursos para financiar parcela substancial do *deficit* sem o recurso às emissões.

O Orçamento Federal para o exercício de 1965, fixado na Lei n.º 4.539, de 10-12-1964, estimava a Receita em Cr\$ 3.000 bilhões e a Despesa em Cr\$ 3.775 bilhões, ou seja, um *deficit* para o exercício de Cr\$ 775 bilhões. Se a êsse total adicionássemos as despesas imprevistas, que sempre surgem durante a execução orçamentária, atingiríamos resultados danosos à política de combate à inflação. Dessa forma, viu-se o Governo, logo nos primeiros dias do ano, obrigado a estabelecer um esquema mais rigoroso dos gastos públicos, repetindo a experiência de contenção de gastos realizada no ano anterior. A redução de despesas, em tôdas as esferas da administração, obedeceu a critérios de prioridade consentâneos com o Programa de Ação, de modo a trazer o desequilíbrio de caixa a níveis próximos ao montante de recursos de diversas origens, consignado no Orçamento Monetário de 1965.

Constituiu-se, dêsse modo, um "Fundo de Reserva" no montante de Cr\$ 550 bilhões, correspondendo a 15% do total das despesas fixadas. Além disso, limitou-se a liquidação de "Restos a Pagar" e determinou-se severa vigilância sobre os gastos sem créditos que são comumente realizados com apoio no art. 48 do Código de Contabilidade da União. Contando-se, ainda, como de fato ocorreu, com um acréscimo da Receita oriundo da melhoria da arrecadação, o desequilíbrio de caixa foi admitido em tórno de Cr\$ 698 bilhões.

Ocorre que as autoridades monetárias não previam, para 1965, substancial saldo de exportações — que tem implicações inflacionárias. Em consequência da formação dos saldos no exterior e da diminuição da reserva monetária, proveniente da aceleração das compras de café, os meios de pagamento foram aumentados acima do que era previsto.

A ocorrência dêsses dois fatos, causadores de uma expansão monetária, levou o Governo, por um lado, a disciplinar com particular cuidado a expansão do crédito bancário e, por outro lado, a reduzir o *deficit* do Tesouro como meio de contrabalançar, de certo modo, o acréscimo dos meios de pagamento.

Com a reformulação do programa financeiro, em setembro, o controle de dispêndio passou a ser ainda mais severo. No final do exercício, à arrecadação de Cr\$ 3.140,4 bilhões contrapôs-se uma despesa de Cr\$ 3.728,3 bilhões, ou seja a ocorrência de um *deficit* de Cr\$ 511,9 bilhões, Cr\$ 160 bilhões a menos do que fôra previsto em setembro ou Cr\$ 110 bilhões abaixo da estimativa realizada no início do exercício.

Tal resultado inclui a regularização de diversos débitos antigos do Tesouro Nacional junto ao Banco do Brasil.

b) *Crédito Público*

Confirmando as previsões contidas na Mensagem do ano anterior, a colocação das Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo

Reajustável (Lei n° 4.357-64) obteve pleno êxito, atingindo o montante das subscrições voluntárias e compulsórias, em 1965, a 311 bilhões de cruzeiros, aproximadamente, carreando dessa forma recursos que financiaram cêrca de 50% do *deficit* do Tesouro, o que demonstra claramente o acêrto das Autoridades Monetárias na utilização do crédito público como instrumento adequado à recuperação das finanças da União.

O lançamento inicial ao público das Obrigações ocorreu em dezembro de 1964, em escala reduzida, a fim de que os órgãos responsáveis pelo lançamento pudessem ir verificando, paulatinamente, as imperfeições porventura existentes na sistemática adotada e, paralelamente, se aparelharem no sentido de um melhor atendimento ao público investidor.

A despeito de constituírem papel nôvo no mercado financeiro, ressentindo-se do descrédito em que caíram os títulos públicos, gradativamente as Obrigações foram granjeando confiança junto aos investidores, seja pela sua rentabilidade em têrmos reais, seja pela maior confiança no Programa do Govêrno.

O volume de subscrição cresceu ainda com maior rapidez no último trimestre do ano em análise, após o lançamento das Obrigações com o prazo de um ano. Abaixo, estão discriminadas as várias modalidades de subscrição:

Discriminação	Cr\$ Bilhões		
	1964	1965	Total
Total geral	39,4	311,2	350,6
Voluntárias	10,7	196,2	206,9

É importante registrar o elevado índice de liquidez alcançado pelas Obrigações do Tesouro nas principais Bólsas de Valores do País, notadamente Rio e São Paulo, onde as cotações têm estado muito próximo de seu valor nominal. O quadro a seguir consigna os valores em cruzeiros das operações efetuadas nas Bólsas acima citadas:

Meses	São Paulo	Rio de Janeiro
Abril	Cr\$ 37 milhões	Cr\$ 161 milhões
Maior	315	325
Junho	1.023	351
Julho	818	774
Agosto	1.720	1.124
Setembro	1.669	1.545
Outubro	2.832	2.757
Novembro	931	1.057
Dezembro	701	1.686

A alta aceitação das Obrigações do Tesouro permitiu às Autoridades Monetárias utilizá-las, através de vantagens adicionais concedidas pelo Decreto-lei nº 1/65, como instrumento de reeducação do público investidor, acostumado a desviar investimentos para aquisição de moeda estrangeira. Atualmente, numerosas casas de câmbio tornaram-se importantes colocadoras das Obrigações, face ao interesse demonstrado pelos investidores, atraídos pelo incentivo da cláusula de reajuste do valor nominal pela variação da taxa de câmbio.

A colocação voluntária em 1965 processou-se basicamente através da Bólsa do Rio de Janeiro, face às dificuldades de ordem material e administrativa em estendê-la a outras praças. O exercício de 1966, vencidos que foram êsses obstáculos, será dedicado aos lançamentos nas demais Capitais e no interior do País, para tanto, contando-se com a colaboração do Banco do Brasil e demais agentes autorizados. É de se esperar, portanto, que o resultado dêsses lançamentos atinja no corrente ano total superior às cifras verificadas em 1965.

c) *Redução do deficit das autarquias*

Crônicamente deficitárias, focos de greves políticas, de reajustes salariais irregulares, as autarquias de transportes contribuíam sobremaneira para a exacerbação inflacionária. O Governo tomou providências para reformá-las, financeira e administrativamente. Esse programa, a ser melhor analisado na parte setorial desta Mensagem, tem sido definido não somente em termos de redução substantiva do *deficit*, como também mediante reorganização administrativa, disciplina do trabalho e investimentos prioritários. A proibição de greves de natureza política está contribuindo para a produtividade dessas autarquias. A reorganização de diversos órgãos abrange o Departamento Federal de Estradas de Rodagem, através da criação de uma Divisão Econômica e Financeira, um sistema de contabilidade de custos, um serviço de estatística e informações, e a concentração de recursos disponíveis num maior número de projetos. Para recuperar as estradas de ferro, o Governo promoveu o reajuste de tarifas para passageiros suburbanos, carga e outros itens, e fortaleceu a autoridade da Rede Ferroviária Federal sobre suas partes componentes, forçando o aumento do tráfego ferroviário, particularmente para minério de ferro, e eliminando ramais antieconômicos. Na área dos portos, cessaram os acordos salariais irregulares. Recente medida legislativa regulou as atividades dos portos e reduziu consideravelmente os custos dos serviços portuários. As duas empresas marítimas administradas pelo Governo estão sendo consolidadas paulatinamente.

Dentro do aludido programa, as subvenções para entidades de transportes puderam ser substancialmente reduzidas em 1965. Não apenas o orçamento da União para 1965 limitou as metas contidas no PAEG, como o Conselho Nacional de Transportes estabeleceu valores ainda inferiores para os subsídios àquelas empresas.

Em alguns casos, a execução financeira alcançou melhores resultados do que os estabelecidos pelo CNT, na forma abaixo:

SUBVENÇÕES PARA 1965
(Em Cr\$ bilhões)

	FERROVIÁRIO	MARÍTIMO	PORTOS	AVIAÇÃO	TOTAL	ÍNDICE
Previsto no PAEG.....	407,3	49,9	73,0	27,7	557,9	100,0
Consignações no O/União...	290,0	78,0	31,7	12,1	411,9	73,8
Aprovado pelo CNT.....	285,0	67,0	18,5	12,1*	382,6	62,5
Realizações Efetivas (**)...	206,8	63,0	12,4	12,0	386,2	69,2

(*) Aviação Comercial: não transitou pelo CNT.

(**) Realizações em 1965: extrapolados os dados para outubro a dezembro na Aviação e para dezembro nos outros setores.

d) Situação Monetária e Bancária

É importante registrar, com relação ao exercício de 1965, que as emissões de papel-moeda realizadas durante o ano não se destinaram a financiar o *deficit* de caixa do Tesouro Nacional, a não ser em proporção nitidamente reduzida, invertendo, assim, a tendência registrada em anos anteriores.

O *deficit* de caixa do Tesouro se situou, realmente, como vimos, em Cr\$ 588 bilhões, cujo financiamento se processou, praticamente, mediante utilização de recursos não inflacionários, tais como a colocação de Obrigações do Tesouro, com essa finalidade, em montante superior a Cr\$ 300 bilhões, e a utilização de aumento do saldo de depósitos no Banco do Brasil, no montante aproximado de Cr\$ 210 bilhões.

Verifica-se, pois, que, considerando outras fontes de recursos do Orçamento Monetário, além da receita tributária, o *deficit* do Tesouro praticamente não contribuiu para a expansão monetária. Esta foi, em 1965, conseqüência, principalmente, do excesso de exportações sobre importações e do financiamento à lavoura para sustentação da política de preços mínimos e compra de excedentes agrícolas, notadamente arroz e café.

As emissões de papel-moeda atingiram Cr\$ 689,3 bilhões até dezembro. Cabe assinalar, entretanto, que do total de emissões de fim de ano, cêrca de Cr\$ 130 bilhões já haviam retornado à

Caixa do Banco do Brasil, até a terceira semana de janeiro, esperando-se maior recolhimento até o final de janeiro e fevereiro.

O total emitido representou um acréscimo de 46,4% sobre o montante em poder do público em 31-12-64, em comparação com um aumento de 66,9% em 1964 e de 74,7% em 1963. Em termos reais, aquele total foi inferior ao emitido em 1964 em 8,7%.

Os empréstimos dos bancos comerciais ao setor privado registraram um incremento de 54,0%, até novembro de 1965. Para o sistema bancário, em conjunto, verificou-se um aumento de crédito do sistema bancário ao setor privado da ordem de 41,7%.

É de notar que essa expansão é compatível com o objetivo do Governo, de evitar que a política de crédito ao setor privado se transforme em fator inflacionário autônomo, ao mesmo tempo em que se procura assegurar às empresas condições para fazer face às necessidades de liquidez decorrentes dos aumentos gerais de preços e do aumento de produção, segundo definido no Programa de Ação.

A política salarial

Uma das áreas mais críticas era a dos salários. Nesse setor, não se poderia jamais acusar o Governo de insensibilidade. As pessoas ainda saudosas do velho critério paternalista na concessão de reajustes salariais podem, quando muito, lamentar a firmeza de propósitos do Executivo numa área vital ao êxito da política de desinflação.

Mudaram os métodos de encarar o problema. Antes o Governo fingia tergiversar e relutar, para depois, no momento oportuno, sucumbir à pressão, caracterizando o aumento como dívida e capitalizando-o em seu favor. Pouco importava saber de onde viriam os recursos para cobrir a reivindicação; pouco importava tivesse esta de ser atendida com emissões de papel-moeda, ou que representasse impacto brutal no Orçamento e conseqüente redução do nível dos investimentos públicos.

A política salarial do Governo busca antes de tudo a verdade salarial. No setor privado, tem-se procurado criar condições a fim de que a maioria dos reajustes se processasse segundo as regras naturais do mercado, mediante acordos espontâneos entre empregados e empregadores. O critério tende a assegurar, para o período em que vigorar a nova remuneração, um salário médio real equivalente à média dos salários reais auferidos nos dois últimos anos, acrescida de uma percentagem correspondente ao aumento de produtividade, e levando em conta o resíduo inflacionário previsto para o período seguinte. A fim de reforçar essa política, o Congresso aprovou, não faz muito, duas leis das mais significativas: parcelamento do 13º salário e normas para o processamento dos dissídios coletivos.

O trabalhismo que hoje se pratica não procura travar o desenvolvimento da economia nem fechar horizontes aos trabalhadores. Defende a renda real dos assalariados, amplia-a na proporção do crescimento da economia, transformando-a, afinal, em patrimônio coletivo. Está-se pondo fim ao círculo vicioso e viciado dos aumentos de salários que se consumiam na espiral inflacionária.

A política de abastecimento

Muito embora, segundo tivemos oportunidade de assinalar, não se pretenda eliminar uma inflação que tendia a ultrapassar a taxa de 100% ao ano apenas através do aumento da produção, renovado esforço se tem promovido no sentido de expandir a curto prazo a oferta de bens de primeira necessidade, particularmente os gêneros alimentícios. Incentivos e medidas de diversas ordens vêm sendo adotadas, no sentido de intensificar a produção agrícola e melhorar o abastecimento, notadamente dos grandes centros urbanos. Pretende-se com isso realizar uma política ao mesmo tempo de incentivo ao produtor e de defesa dos interesses do consumidor, factível em teoria mas grandemente complexa na prática. Isso é tanto mais verdade se considerarmos a herança de controle arbitrário de preços legada por administrações anteriores, e a circunstância de estar o intenso crescimento urbano brasileiro

exigindo progresso acelerado nos métodos de comercialização de produtos destinados a grandes massas.

Como a população brasileira cresce anualmente de mais de 3%, passamos a ter, desde 1962 até 1964, menos alimento para distribuir entre mais gente. Empenhou-se o Governo vigorosamente na campanha do aumento da produção de gêneros agrícolas de consumo interno, sendo um dos principais instrumentos a Comissão de Financiamento da Produção, jurisdicionada à SUNAB, que, somente no ano de 1965, realizou mais do que o dôbro das transações feitas nos 15 anos de existência anteriores. Houve financiamento e compras aos preços mínimos no valor de, aproximadamente, Cr\$ 300 bilhões e o produtor viu a promessa dos preços mínimos transformar-se em realidade. Sentiu-se imensamente estimulado e seguro. O resultado foi uma produção a mais de cerca de 10%, sendo que em alguns cereais o aumento se aproximou de 15%. Passou a haver, pois, desde 1965, mais alimento para distribuir entre o povo brasileiro. As previsões de safras, feitas agora com maior perfeição, permitem ao Governo saber o que está sendo plantado e o que está sendo semeado e como correm as colheitas para que quaisquer falhas na produção possam ser previstas com alguma antecedência e as medidas corretivas, inclusive importação, adotadas em tempo. Não há dúvida de que há muitos imprevistos, tais como inundações em alguns Estados e sêcas em outros, que sujeitam as previsões de safras a constantes alterações; mas, pela primeira vez, dispõe o Governo do instrumental de que precisa para antecipar as suas medidas corretivas ao invés de remediar depois da hora.

Para que se obtenham preços estáveis, é imprescindível alcançar a estabilidade monetária e o atual Governo herdou uma inflação de custos que levaria a economia ao caos total. Já em 1965, pela primeira vez, o custo de alimentação (31,7%) se situou bem abaixo do custo de vida (45%), resultado da maior oferta de gêneros e das múltiplas medidas de contenção.

Começou a funcionar em 1965 o estoque regulador, que consiste em manter disponível nas áreas de consumo certo volume de gêneros de primeira necessidade para lançá-los no mercado sempre

que os preços subam por efeito da escassez local ou da especulação. A SUNAB, por intermédio da COBAL, montou no ano passado os primeiros estoques reguladores, inclusive em Estados do Norte e Nordeste. É uma experiência nova. É a solução lógica, tanto mais por serem as condições do transporte ainda difíceis e irregulares; e por terem as empresas particulares os seus capitais corroidos pela inflação e não disporem por isto de condições para manter largos e adequados estoques. Vivia-se, por assim dizer, da mão para a boca, e o atraso de um navio ou a interrupção de uma estrada refletia-se violenta e imediatamente sobre os preços dos estoques sempre pequenos em relação à demanda real. Somaram-se recursos com entidades estaduais, que passaram a exercer, em certos casos, com grande eficiência, a função do estoque regulador. Algumas experiências deste gênero, infelizmente, se frustraram. Em outros casos, a SUNAB foi obrigada a montar filiais da COBAL e, assim, além da responsabilidade do grande estoque regulador nacional, a ocupar-se também da manutenção e da movimentação dos estoques reguladores regionais. Conjugando os 3 fatores — o primeiro: o incentivo à produção, para que maior volume de mercadoria esteja disponível; o segundo: o combate à inflação, para que os preços subissem menos em 1965 e, finalmente, deixem de subir; e a implantação dos estoques reguladores — há de o Brasil resolver o problema crucial do abastecimento. 1965 foi um ano particularmente difícil, pois cumpria conciliar o incentivo à produção com a necessidade de conter a inflação, e este problema ainda perdura no primeiro semestre de 1966.

Para o ano corrente, se propõe o Governo a aperfeiçoar a política de preços mínimos, dando melhores condições e mais ênfase aos financiamentos ao invés das compras, como ocorreu em 1965.

Espera, assim, o Governo, canalizar maior volume de gêneros alimentícios por intermédio do comércio especializado, sem prejuízo do incentivo do preço mínimo ao produtor. Cuidar-se-á, ainda, de atender sucessivamente melhor às peculiaridades regionais e locais pela interiorização dos preços mínimos. Recentemente foi assinado decreto estabelecendo preços mínimos para a região

Norte e Nordeste do Brasil. Espera, também, o Govêrno que a sistemática do estoque regulador seja implantada nos grandes centros distribuidores e também nos Estados mais distantes. Citamos, como exemplo, a remessa dos primeiros estoques reguladores para o Acre e o Território de Roraima, em tempo, enquanto as vias de acesso permitem o transporte.

No setor dos produtos industriais cabe também à SUNAB, por intermédio da CONEP, a difícil tarefa de conciliar a necessidade da contenção dos preços com a necessidade de assegurar a continuidade da produção. Os produtos industriais subiram menos do que o custo de vida. Lutou-se, permanentemente, pela transformação do clima inflacionário, de passagem por um clima de cada vez menos inflação para o advento da estabilidade monetária. Para isso, está o Govêrno lançando mão do conjunto de instrumentos já mencionado. Excepcionalmente, para atender a casos de especulação e crimes contra a economia popular, dispõem as autoridades dos poderes conferidos pelo recente Decreto-lei nº 2, que jamais serão usados contra a classe dos produtores e distribuidores, mas apenas para fazer face a situações específicas, em circunstâncias como as acima indicadas.

As vantagens do tratamento gradualista

Colocado diante da necessidade urgente de conter a inflação, cujo índice nos três primeiros meses de 1964 — anteriores à Revolução — estabelecia a previsão de cerca de 150% ao ano, ao mesmo tempo que competia providenciar a reconquista do ritmo de desenvolvimento, o Govêrno optou por uma ação gradualista para frear a desvalorização da moeda nacional. O programa de saneamento financeiro, inspirado por uma diretriz realista, estabeleceu etapas para introduzir as correções de tôdas as formas distorcidas pelo comportamento característico dos períodos de inflação.

Ao tratamento de choque, preconizado freqüentemente para estancar as fontes de inflação, o Govêrno preferiu o gradualismo,

que, prolongando no tempo o processo corretivo, abrandasse os efeitos generalizados sôbre a economia nacional e evitasse a ocorrência de desemprego em massa, bem como a carga de maiores dificuldades para a população.

No plano econômico, o tratamento de choque significaria a liquidação das empresas em regime de produção despreocupado dos custos e mantidas artificialmente pelas ilusões nascidas da inflação, cuja euforia cessaria de chôfre. Tendo em vista o prolongado processo inflacionário, o Governo procurou estabelecer uma escala para a transição da fase inflacionária aguda à estabilização progressiva, com o que daria às empresas a oportunidade de se ajustarem a tôdas as fases do saneamento, que começou pela eliminação gradativa dos artificios.

Durante o ano de 1965 o gradualismo teve, nos resultados que se impuseram à evidência, a comprovação do seu acerto como solução mais adequada ao quadro econômico brasileiro. O longo debate em que se empenhavam os setores e interesses alimentados pela inflação perdeu a oportunidade quando os números, mais expressivos do que as considerações abstratas, mostraram a redução no ritmo em que se elevavam os preços e os custos. Depois dos primeiros três meses de 1965, quando se impuseram os efeitos das últimas providências corretivas substanciais, principalmente nas tarifas dos serviços públicos e na supressão do que restava em subsídio aos aluguéis e à importação do trigo, petróleo, papel de imprensa, os índices de aumento se contiveram nos mínimos ao longo de todos os meses restantes.

A experiência brasileira de correção dos efeitos e eliminação das causas do processo inflacionário, através de etapas cumpridas no programa condicionado pelo tempo disponível, constitui talvez fato inédito.

O Brasil vem controlando o processo inflacionário, sem gerar as conseqüências econômicas e sociais, representadas pela liquidação das empresas marcadas pela ineficiência, com o desemprego inevitável num quadro de tais características.

Simultaneamente com o programa de saneamento financeiro, gradualista na sua concepção e rigoroso no seu cumprimento, o Governo se dedicou a assentar providências capazes de gerar um impulso de desenvolvimento compatível com as possibilidades. A preservação das atividades econômicas, que encontraram no gradualismo a oportunidade de se reajustarem à produtividade, constituiu o passo inicial para impedir que os efeitos subseqüentes do longo processo inflacionário se fizessem sentir por mais tempo.

Durante 1965 as autoridades econômicas e financeiras criaram e acionaram os novos instrumentos para dinamizar a produção de manufaturados. Os fundos especiais para amparo e incentivo às empresas industriais de porte médio e pequeno constituem também experiência brasileira rica em ensinamentos. Em poucos meses de funcionamento, eles mostraram elevado grau operacional e concorreram para eliminar um clima de recessão que se manifestara em finais do ano anterior e cujos efeitos foram rapidamente absorvidos. A partir do meio do ano, desapareceram os vestígios da recessão manifestada em alguns setores da produção industrial, e as pequenas e médias empresas conheceram condições para se desenvolverem e ao mesmo tempo se ajustarem a uma nova realidade econômica.

A passagem da fase estacionária para a de reativação industrial ocorreu sem que houvesse, da parte das autoridades financeiras, qualquer concessão capaz de significar sacrifício do programa saneador. Ao mesmo tempo, caracterizou-se também o fenômeno da reversão de expectativas, com uma nova atitude do consumidor, já então libertado da febre de comprar legada pelo longo processo inflacionário. Não mais premido pela urgência em gastar os seus proventos, já que a desvalorização da moeda se fazia muito mais lentamente, e garantido contra a possibilidade de elevação mais rápida dos preços, o consumidor brasileiro levou o mercado vendedor a alterar o seu comportamento, que a inflação tornara extremamente cômodo, pois a vontade de comprar, no consumidor, era induzida pelo instinto de gastar depressa a moeda em franca desvalorização.

Em consequência dessa alteração profunda de comportamento no mercado consumidor, ocorreu também um deslocamento inevitável nos estoques de mercadoria, que a inflação impunha ao produtor como medida de defesa. A remarcação dos preços, na aceleração inflacionária, permitia ao fabricante acumular grandes reservas de mercadorias, com as quais criava recursos para fazer face às suas necessidades financeiras. Esse privilégio assegurado pela inflação tornou-se uma sobrecarga para ele, quando a moeda começou a desvalorizar-se mais lentamente e lhe ficou vedada a possibilidade de recorrer a aumentos sucessivos, já que o mercado deixara de pautar as suas compras pela pressa de adquirir, substituída pela garantia de que os preços estavam sendo contidos.

O Governo agiu com absoluto conhecimento das peculiaridades do caso brasileiro, ao programar a solução gradualista, com o que debelou o processo inflacionário e preparou a aceleração do impulso de desenvolvimento.

Quando se iniciou o programa saneador da vida financeira nacional, o aumento da população era superior ao aumento anual do conjunto de bens e serviços. Nesse quadro negativo, foi iniciada a tarefa de estancar nas suas fontes a inflação que anulava qualquer esforço de produção. Após um ano de ação ininterrupta, foi possível impulsionar as atividades econômicas e colher resultados que se fizeram sentir na vida de toda a população e nas atividades empresariais. Contida a inflação a níveis toleráveis, foi possível assegurar o êxito da política de desenvolvimento.

Antes de realizar a correção das distorções mais profundas da vida econômica nacional, qualquer esforço para impor um desenvolvimento compatível com o grau de nossas necessidades seria anulado. Não fôsse a preocupação constante no Governo, no que tange à preservação das empresas, a política de combate à inflação teria sido simplificada nos termos do tratamento de choque preconizado pelas teorias que condicionam o êxito de qualquer programa antiinflacionário à sua pequena duração.

Desta forma, ao estender no tempo o programa antiinflacionário, o Governo deixava também prolongar-se o efeito negativo

na opinião pública, obrigada a participar do escalonamento de dificuldades, quando o tratamento de choque lhe acarretaria de uma só vez o peso dessa adaptação violenta a uma nova realidade. Nenhum programa de combate à inflação pode ser popular, já que as ilusões e miragens ensejadas nos períodos intensamente inflacionados só desaparecem quando as economias reconquistam a estabilidade.

Os efeitos residuais do comportamento inflacionário perderam inevitavelmente enquanto se processa o tratamento das causas. Embora a inflação sacrifique os assalariados e entorpeça o desenvolvimento, o cidadão comum não é capaz de distinguir, na aparência enganosa de suas ofertas, toda a discriminação que impõe ao consumidor. Por isso, o gradualismo, que impediu o sacrifício de grande número de empresas brasileiras — grandes, médias e pequenas — embora tenha poupado o consumidor do tratamento de choque, prolongou no tempo de sua duração o estado de espírito impaciente com os resultados que todos desejavam rápidos, embora necessariamente lentos.

Em 1965 foram enfim conhecidos os primeiros resultados de uma estabilização, cujo efeito final não representa, para qualquer setor da população ou qualquer atividade econômica, um sacrifício, pois os aspectos positivos predominam e autorizam a retomada das iniciativas.

A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

O Crescimento do Produto em 1965

Agricultura, indústria e serviços apresentaram, em 1965, resultados que significam o reinício do desenvolvimento. O ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto declinara de 7,3% em 1961 a 1,4% em 1963, bastante inferior, esta última taxa, à do aumento da população.

Em 1964, fez-se possível elevá-lo a uma taxa de 3 a 4%, correspondente à do crescimento da população. Para 1965, com base apenas em resultados preliminares e parciais, relativos à

agricultura e alguns ramos industriais e de serviços (produção de energia elétrica, petróleo, cimento, aço, veículos e poucos outros), tem-se avançado uma indicação para o crescimento do Produto Interno Bruto não inferior a 5%, o que representaria efetivo desenvolvimento.

A necessidade de atender à exigência constitucional de prazo para esta Mensagem não permite apresentar as estatísticas concernentes ao produto global e às produções setoriais, que estarão disponíveis em fins de março ou começo de abril. O procedimento adotado pelos órgãos estatísticos, no País, vinha sendo o de divulgar uma primeira estimativa para os diversos setores, em fevereiro, baseando aquela relativa à indústria manufatureira principalmente no consumo de energia elétrica. Dada, entretanto, a precariedade de tal cálculo e as inconveniências resultantes da divulgação de mais de uma estimativa, os órgãos estatísticos, este ano, se dispensaram de divulgar qualquer resultado em fevereiro.

Releva notar o esforço que se vem desenvolvendo, de março de 1964 para cá, no sentido da recuperação do sistema estatístico nacional, que havia alcançado a situação de virtual colapso. Além da reformulação completa do sistema, já em fase adiantada de estudos, adotou-se um programa de emergência para obtenção de estatísticas relativas ao passado recente. Como resultado, fez-se possível processar os registros industriais de 1962 a 1964, promoveu-se o processamento dos Censos Industrial e de Serviços para 1960, e procura-se completar os Censos Agrícola e Demográfico. Igualmente, foram já restabelecidos em forma nova os inquéritos econômicos, graças aos quais será possível, em breve, dispor de informações mensais sobre o comportamento da produção e do emprêgo no setor industrial.

Conquanto não se disponha, ainda, da soma completa dos resultados de 1965, os indicadores parciais mencionados de início asseguram a retomada do desenvolvimento. Isso sugere a conveniência de uma análise de como foram alcançados tais resultados, seja através de estímulos ao setor privado, no tocante à agricultura, indústria e demais setores, seja pela correção de distorções, anteriormente descrita, e que afetavam, principalmente, a área de infra-estrutura (energia elétrica, petróleo, comunicações e trans-

portes), seja pela ação direta do poder público através de um programa de investimentos concentrado em áreas prioritárias.

Cabe aqui a observação de que, através particularmente de estímulos especiais, aos setores mais atingidos, foi possível ao Governo dominar rapidamente a recessão industrial que se manifestou em algumas áreas geográficas e em certos ramos industriais, no primeiro semestre. Havendo resultado de uma conjugação de fatores — aumentos salariais excessivos numa fase de expansão controlada de crédito pelas autoridades, reversão de expectativas por parte do mercado consumidor, etc. — aquele fenômeno recessivo cedeu lugar, no segundo semestre, a um ritmo de atividade em franca recuperação e, em muitas áreas, à promoção de novos projetos.

Organismos Governamentais de Financiamento

Apresentamos a seguir os principais aspectos da assistência financeira prestada por entidades governamentais às empresas, notadamente quanto aos setores agrícola e industrial. Os financiamentos concedidos se destinaram tanto à produção corrente, na forma tradicional de crédito, como à instalação de novos empreendimentos. Particularmente importante foi o papel dos novos fundos de desenvolvimento.

Banco do Brasil — As operações do Banco do Brasil, durante o ano de 1965, foram condicionadas aos objetivos do desenvolvimento e de desinflação, integrando-se, assim, o maior estabelecimento de crédito do País na política traçada pelo Conselho Monetário Nacional.

Os empréstimos concedidos ao setor privado, pela Carteira de Crédito Geral, apresentaram uma expansão de 35,5% até novembro.

Aos produtores rurais (lavoura e pecuária) foi conferida toda prioridade na política de expansão do crédito com aumentos de 120% e 67%, respectivamente, para novembro/65 (em relação a dezembro/64) conquanto atentamente dosado para se evitar distorções naturalmente provocadas pela manipulação de preços com sentido altista no início de cada safra.

Dentro da rubrica «Lavoura» encontram-se computadas as operações de desconto de promissórias rurais, no total de Cr\$ 28 bilhões, realizadas ao abrigo da faixa especial de Cr\$ 35 bilhões deferida em março pelo Conselho da hoje extinta SUMOC, negócios que tiveram por escopo atender diretamente o produtor e em função do justo pagamento pelo seu esforço, segundo a própria filosofia do «preço mínimo».

Proporcionaram-se, ainda, embora em caráter excepcional, durante a safra de 1965, assistência de expressão aos seguintes produtos:

- cana-de-açúcar — desconto de promissórias rurais emitidas pelas usinas em favor de fornecedores de cana do Estado de São Paulo;
- milho — empréstimos com vistas a facilitar as vendas para o exterior de excedente exportável verificado nos Estados do Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo;
- cacau — empréstimos para minimizar as dificuldades geradas pela suspensão das vendas para o mercado externo, resultante de ajuste com os membros do Órgão Executivo do Acôrdio Internacional do Cacau.

Constituíram, também, providências de grande alcance para o setor agrícola os financiamentos destinados à compra de fertilizantes importados, assim como à aquisição de sementes selecionadas.

Incremento significativo observou-se nas aplicações feitas à pecuária: Cr\$ 29,3 bilhões em novembro de 1965, contra Cr\$ 17,5 bilhões em dezembro de 1964.

Muito contribuiu também a Carteira para conjurar a crise verificada em fevereiro de 1965 no sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, oriunda de prolongado período de estiagem. Tão logo fôra comprovada a necessidade de escoamento do gado para outras regiões, instruíram-se as agências do Banco, na zona assolada, a acolher, a desconto, em bases especiais, títulos repre-

sentativos de vendas de gado bovino para cria, recria, engorda ou invernagem, destinado a áreas de pastagem do Estado não atingidas pelo flagelo, bem assim animais de corte (exclusive reprodutores, matrizes e crias) vendidos para frigoríficos ou estabelecimentos abatedores.

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial realizou, de janeiro a outubro de 1965, 354.031 empréstimos no valor global de Cr\$ 617 bilhões.

Comparando as aplicações da CREAM em 31-10-65 com igual período do ano anterior, verifica-se uma expansão de empréstimos da ordem de 72,6%.

A mecanização rural, compreendendo aquisição de arados, grades, tratores, colhedeiças e outros, foi objeto de especial atenção por parte do Banco do Brasil, tendo sido contemplada com empréstimos no valor de Cr\$ 55,4 bilhões, de janeiro a outubro de 1965. Em cumprimento à Resolução do Banco Central, foi adotado um plano especial de financiamento à maquinaria nacional, com dispensa de algumas das exigências comumente feitas em operações dessa natureza. Para a compra de caminhões, camionetas e utilitários foram concedidos 1.593 financiamentos, no total de Cr\$ 6,4 bilhões.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — A colaboração financeira dispensada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, no exercício de 1965, revelou-se, em termos reais, bastante superior à verificada nos três anos anteriores, computando-se um volume global de Cr\$ 277,8 bilhões sob a forma de financiamentos e o equivalente a US\$ 55,4 milhões destinados a avais.

Justifica-se a ocorrência de tal volume de financiamentos aprovados, em primeiro lugar, por vultosas suplementações, destacadas dos recursos próprios, para atendimento aos projetos siderúrgicos da COSIPA, USIMINAS, Ferro e Aço de Vitória e Siderúrgica J. L. Aliperti, que, em conjunto, absorveram 85% desses recursos, sendo o restante destinado principalmente às indústrias química e mecânica.

A maior flexibilidade na concessão dos empréstimos realizados com recursos dos Acórdos sobre Excedentes Agrícolas tornou possível a alocação de Cr\$ 33,9 bilhões. Dentre os setores beneficiados preponderam os relativos às indústrias siderúrgica (25,6%), química (20,7%) e mecânica (12,1%), além de repasses a bancos regionais do Norte e do Nordeste (15,9%), correspondendo, respectivamente, a Cr\$ 8,7 bilhões, Cr\$ 7 bilhões, Cr\$ 4,1 bilhões e Cr\$ 5,4 bilhões.

A entrada em efetivo exercício das operações relativas a Fundos recentemente criados, notadamente o FIPEME e o FINAME, vieram permitir a participação do BNDE na área da pequena e média empresas e no financiamento à compra e venda de equipamentos de fabricação nacional. A êsse respeito, informações detalhadas serão prestadas neste mesmo capítulo, ao tratarmos dos fundos de desenvolvimento.

No exercício de 1965, registrou-se maior participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico no campo do ensino e pesquisas técnico-científicas, beneficiando, entre outras, a Universidade do Brasil e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, através de uma assistência financeira superior a um bilhão de cruzeiros.

Banco do Nordeste do Brasil — O montante de recursos à disposição do Banco do Nordeste, em fins de 1965, ascendia a Cr\$ 280,6 bilhões, em comparação com Cr\$ 100,5 bilhões registrados no ano anterior. Esse extraordinário incremento de recursos resultou, em sua maior parte, da política oficial de distribuição da renda em favor do Nordeste, consubstanciada principalmente nas Leis ns. 1.649/51, 3.995/61 e 4.239/63. Devem ser destacados, também, os recursos obtidos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento à indústria regional, serviços básicos dos Estados e Municípios e habitação popular.

Distinguem-se, na linha de crédito especializado, o crédito industrial e o crédito rural. Mediante empréstimos industriais, financia o Banco do Nordeste a formação de capital, em projetos

de desenvolvimento econômico, para a complementação de recursos financeiros destinados à implantação, modernização, ampliação e realocação de empreendimentos industriais considerados de relevância para o desenvolvimento regional.

Esses empréstimos permitiram, no último ano, mobilização de recursos próprios dos empresários industriais no valor de Cr\$ 59 bilhões, compreendendo Cr\$ 16 bilhões em contratos já realizados e Cr\$ 43 bilhões, em fase de contratação. Estimulou-se, assim, uma capitalização de poupanças que, em circunstâncias diferentes, poderiam ser desviadas para atividades outras de menor interesse econômico.

O investimento total comprometido nessas operações, em moeda nacional, ascende a Cr\$ 101 bilhões, sendo Cr\$ 29 bilhões já contratados e Cr\$ 72 bilhões em fase de contratação. Essas inversões ensejaram a criação de cerca de 7.200 novas oportunidades de emprego direto e estável na Região e o valor agregado decorrente da realização dos projetos montará aproximadamente a Cr\$ 50 bilhões. Destaque-se, igualmente, a poupança de divisas por parte de cinco projetos, seja através da substituição de importações, seja favorecendo exportações de novos produtos, no montante de US\$ 17,3 milhões, anualmente.

O Banco do Nordeste atende também a indústria regional através de sua linha de crédito geral, a qual, em 1965, possibilitou às empresas industriais a suplementação de capital de giro no valor de Cr\$ 22,6 bilhões.

A assistência prestada pela Instituição ao agricultor do Nordeste, na linha de crédito especializado, efetiva-se através de empréstimos diretamente ao nível de empresa agrícola, ou através de cooperativas. Essa assistência se efetiva por meio da concessão de crédito para formação de capital fixo, à formação e reforço de capital de giro.

No primeiro caso, objetiva-se corrigir a incapacidade estrutural das empresas agrícolas que solicitam suporte financeiro do Banco para formação de investimentos considerados de maior

eficácia no incremento da produção regional. No segundo, suplementam-se as necessidades de capital para aquisição de animais de corte, custeio de entressafras, etc.

Até outubro de 1965, foram realizadas 16.683 operações de crédito rural, contratadas diretamente com o produtor, sendo 4.709 para realização de investimentos rurais, no valor de Cr\$ 6,9 bilhões e 11.974 operações de custeio rural, no montante de Cr\$ 14,9 bilhões.

Quanto às operações realizadas por intermédio de cooperativas agrícolas, igualmente destinadas a custeio rural, foram atendidos 11.486 mutuários. Essas operações, que representaram 2,8 bilhões, foram efetuadas através de 102 entidades cooperativistas.

Cabe referência ao programa de financiamento aos Estados, autarquias e municipalidades regionais para realização de serviços básicos. O programa se apóia em recursos orçamentários do próprio Banco do Nordeste e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Essas operações montaram a Cr\$ 19,5 bilhões.

Comissão de Financiamento da Produção — A Comissão de Financiamento da Produção atingiu satisfatoriamente os objetivos fixados para 1965. Procedeu-se a verdadeira substituição dos métodos até então empregados, introduzindo-se melhorias dentre as quais se destacam a interiorização dos preços para os centros de convergência da produção, a correção dos mesmos em véspera de colheita e a participação dos bancos particulares e estaduais na garantia dos preços mínimos.

Do ponto de vista operacional, a atividade da CFP se expressa nos dados que se seguem:

PRODUTOS	NÚMERO DE COMPRAS	QUANTIDADE sacos de 60 kg)
Feijão.....	6.427	1.504.918
Arroz.....	66.492	30.523.057
Milho.....	14.679	7.209.982
Farinha de mandioca.....	686	853.263

Estoques existentes nos dois principais centros de consumo:

E S T A D O	PRODUTOS -- SACOS DE 60 QUILOS	
	ARROZ	MILHO
Guanabara.....	1.011.594	280.956
São Paulo.....	773.600	580.000

O montante aplicado pela CFP, na aquisição de produtos agrícolas, ascendeu em 1965 a 254 bilhões de cruzeiros. A expansão das atividades da Comissão fica bem caracterizada quando comparamos as cifras deste ano com as de 1964: 7,7 bilhões de cruzeiros.

Finalmente, visando a aperfeiçoar a programação dos preços mínimos, a CFP obteve a colaboração de técnicos da USAID e do Ministério da Agricultura especializados em zoneamento de preços mínimos, financiamento, armazenagem e seguros. O desenvolvimento desses estudos dará ao órgão possibilidade de realizar melhor suas funções reguladoras no ano de 1966.

Fundos de Desenvolvimento — Durante o exercício, passaram a operar efetivamente os fundos de desenvolvimento criados com a finalidade específica de cobrir áreas não atendidas pelo sistema tradicional de financiamento. São eles o Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), Fundo de Democratização de Capital das Empresas (FUNDECE), Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME) e Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP). Além desses, o Governo criou um Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (FUNAGRI), de natureza contábil, destinado a promover recursos para o financiamento das necessidades de ambos os setores, congregando os demais.

No Brasil, apenas duas instituições especializadas, de caráter oficial, operavam em financiamento de médio e longo prazo: o

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) — o primeiro limitado a certo grupo de atividades básicas e o segundo circunscrito ao ambiente regional de sua jurisdição. Na verdade, o sistema de instituições financeiras esteve quase sempre organizado na base de operações de curto prazo, tanto em relação aos recursos com que operava, como aos empréstimos que concedia.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico dirigia sua colaboração financeira prioritariamente para os serviços e indústrias de infra-estrutura, beneficiando as empresas de grande porte instaladas naqueles setores. Em face da decidida determinação do atual Governo de prestigiar e promover o desenvolvimento da pequena e média empresas, foram criados junto ao BNDE dois órgãos da maior importância: o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresas (FIPEME) e o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME).

FIPEME

O FIPEME conseguiu, em pouco mais de oito meses, aprovar 38 projetos de financiamento, no valor acumulado de 11 bilhões de cruzeiros. projetos esses que beneficiam indústrias metalúrgicas, químicas, mecânicas, de celulose, materiais elétricos e comunicações, artefatos de borracha e plásticos, alimentícias, de industrialização da madeira, têxtil e de fibras vegetais, localizadas predominantemente na Guanabara, São Paulo, Estado do Rio e Minas Gerais. Vencidas as principais dificuldades para esse novo sistema de financiamento, e estabelecida a participação, no programa, de bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, baseada no repasse de recursos, é de se esperar que esse resultado seja igualado logo nos primeiros meses de 1966.

Os recursos destinados à execução do Programa derivam basicamente, das seguintes fontes: a) empréstimos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, nos objetivos da Alian-

ça para o Progresso, no valor de US\$ 27 milhões; b) recursos do BNDE e de outros bancos ou agências de desenvolvimento no valor equivalente a US\$ 27 milhões; c) recursos adicionais, no valor de DM 27 milhões (cêrca de US\$ 7 milhões), em decorrência de acôrdo firmado entre o BNDE e o Banco de Reconstrução da Alemanha Ocidental. A fim de simplificar e tornar mais rápida a tramitação dos pedidos de financiamento, o FIPEME procurou fixar o mínimo de exigências para concessão de empréstimos. O exame e deferimento de um pedido de financiamento não excede o prazo de cinco semanas, a não ser que o pedido ultrapasse o equivalente a US\$ 500.000, quando terá de ser submetido também à aprovação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O programa do FIPEME vem alcançando a mais ampla repercussão em todo País, uma vez que veio propiciar às pequenas e médias emprêsas nôvo mecanismo de financiamento de inversões fixas, relativamente simples e de rápida execução, cujas condições são bastante acessíveis ao pequeno e médio empresário. Cuida o BNDE, agora, da criação de um sistema nacional de financiamento, sob sua liderança, que facilite às emprêsas de pequeno e médio porte o acesso rápido aos benefícios do Programa. Esse sistema baseia-se no repassê de recursos, e nêle já estão integrados o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

FINAME

O Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME) apresenta resultados altamente positivos em seus, oito meses de efetivo funcionamento. Realizou até 31 de dezembro último, operações num total de Cr\$ 41 bilhões. Registrando-se maior concentração de compra e venda de máquinas e equipamentos no centro-sul, destacam-se Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A ação do FINAME vai se estendendo às demais

regiões do País, através da credenciação de bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, bancos comerciais e sociedades de financiamento.

O FINAME é alimentado por empréstimos ou doações de entidades internacionais ou nacionais; recursos colocados à sua disposição pelo Banco do Brasil e outras agências financeiras da União e dos Estados; recursos mobilizados pelo BNDE nos mercados interno e externo de capitais. Para 1965 foi feita uma previsão de 47 bilhões de cruzeiros, dos quais foram recebidos 37 bilhões, a maioria provenientes de contrapartida em cruzeiros de empréstimos da AID. Maiores recursos serão canalizados neste exercício para êsse importante Fundo, cujos objetivos são assim resumidos: a) atender às exigências financeiras da crescente comercialização de máquinas e equipamentos industriais fabricados no País; b) concorrer para a expansão da produção nacional, mediante facilidades de crédito aos respectivos produtores e aos usuários e, entre êstes, especialmente aos de menor porte econômico e financeiro.

Seria fugir um pouco ao sentido dêsse documento enumerarmos os tipos de «máquinas-ferramenta» adquiridas ou vendidas com ajuda do FINAME. São elas de todos os tipos, abrangendo setores jamais atendidos da pequena atividade industrial, em matéria de financiamento. Há que destacar, nas operações dêsse Fundo, que êle apresenta novos resultados a cada dia, pois nenhum pedido de financiamento para aquisição de máquinas e equipamento ultrapassa as 24 horas, do estudo ao deferimento.

O FINAME é instrumento da maior importância não apenas para permitir a expansão das indústrias de bens de capitais, cujas vendas financia, como para propiciar os meios necessários ao aparelhamento ou reequipamento das indústrias de bens de consumo. O produtor nacional deixa de ter o seu mercado consideravelmente restrito, com o financiamento da venda de máquinas e equipamentos. E a consolidação e expansão das indústrias de bens de capitais vai-se tornando uma realidade.

FUNDECE

O Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), que opera junto à CREA — Banco do Brasil, esgotou antes do final do exercício as dotações que lhe foram destinadas, e que somaram 33 bilhões de cruzeiros. Tais recursos foram aplicados na complementação do capital de giro das empresas industriais localizadas em quase todos os Estados da Federação, diretamente pelo CREA ou mediante convênios de repasse aos bancos regionais ou estaduais de desenvolvimento.

Os objetivos do FUNDECE, que vão sendo plenamente atingidos, podem ser assim resumidos: a) computar, mediante financiamento, o capital de giro das empresas industriais que se propõem a elevar seus índices de produção e produtividade; b) concorrer para a democratização do capital das referidas empresas, a fim de que elas encontrem, posteriormente, no mercado de capitais, os recursos necessários ao seu autofinanciamento. O FUNDECE contempla, especialmente, o financiamento durante o período de fabricação de bens destinados à exportação. A máxima preferência, portanto, é assegurada às empresas que se propõem a estabelecer novas linhas de exportação ou que tenham condições de ampliar suas vendas para o estrangeiro.

FINEP

O Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP), criado em março, junto ao Ministério do Planejamento, tendo como gestor contábil e principal agente o BNDE, antes do final do exercício já contava com recursos externos da ordem de US\$ 16 milhões. Aprovou inúmeras solicitações para estudos de viabilidade de inversões, envolvendo setores com fertilizantes, madeira, cimento, pesca, juta, defensivos agrícolas, metalurgia, siderurgia, oleaginosos, liofilização, ácido cítrico, industrialização do lixo, planos diretores de urbanização, telecomunicações e reequipamento rodoviário. O FINEP, ao adiantar recursos para a elaboração de estudos e projetos, primeiro passo para novos e necessários investimentos, estabelece um critério de prioridades

que visa muito mais a auxiliar o empresário do que limitar as possibilidades de obtenção do financiamento. Assim, além de colaborar com os empresários, na formulação de projetos de bom nível técnico, passíveis de aprovação rápida, o Governo pretende estimular e dinamizar os investimentos privados, dirigindo-os para os setores da economia que apresentem maior rentabilidade social, além da econômica.

Em resumo, o Fundo tem por objetivo prover recursos para o financiamento da elaboração de projetos e programas de desenvolvimento econômico, com vistas à obtenção de recursos das agências financeiras, nacionais e internacionais, para a sua execução. A finalidade principal do FINEP é a de aumentar racionalmente o ritmo de investimentos no Brasil, facilitando-os através do financiamento de estudos que dêem apoio sólido a tais investimentos e lhes permitam a consecução de crédito para a própria execução do projeto.

O Governo preocupa-se com projetos que tendam à integração vertical agro-industrial para a expansão de exportações e substituição de importações; projetos de infra-estrutura e de equipamento social que sejam prioritários para o adequado cumprimento do Programa de Ação Econômica; projetos que procurem a integração econômica a nível nacional e regional latino-americano; projetos que tendam à instalação de novas indústrias, à ampliação, modernização e finalização de indústrias estabelecidas; projetos que tenham prioridade do ponto de vista de sua contribuição e impacto econômico-financeiro, em termos de criação de empregos, indústrias que favoreçam maior utilização de recursos naturais do País, de descentralização econômica e geográfica, e outras.

Dentro do critério de prioridades, destaca-se o setor de indústria e mineração, principalmente aquelas substitutivas de importação. Nesse setor, poderão ser contempladas indústrias químicas, de alimentação, metalúrgicas, de papel e celulose, de materiais de construção para habitações populares e indústrias mecânicas. As prioridades estabelecidas para agricultura e abastecimento são

para o estudo de programas de instalação de armazéns e silos, colonização, extensão rural, institutos de pesquisas, fazendas experimentais, aumento da produtividade, mecanização, adubação, classificação e seleção de sementes e irrigação artificial; e outros programas de assistência à pecuária e à avicultura. No setor de transportes, os estudos poderão abranger o aumento e melhoria das redes ferroviárias e rodoviárias, assim como o melhor aproveitamento dos portos e padronização das frotas mercantes. Finalmente, no setor educação, os estudos determinarão programas para melhoria da educação técnica e ensino superior.

FUNAGRI

A criação do Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (FUNAGRI), junto ao Banco Central da República, em setembro último, visou a coordenar e fiscalizar os recursos de origem interna e externa especificamente destinados ao crédito rural e industrial. O FUNAGRI é, pois, um Fundo de natureza contábil destinado a prover recursos para o financiamento das necessidades da indústria e da agricultura. O FUNDECE, FINAME, FINEP e o Fundo Nacional de Refinanciamento Rural foram incorporados ao FUNAGRI passando a constituir subcontas deste.

No exercício de 1965, a CREAM — Banco do Brasil acabou de aplicar no Nordeste dois empréstimos da AID no valor total de Cr\$ 25,8 bilhões, através de um mecanismo denominado Fundo de Desenvolvimento Industrial. Foi instituído no Governo passado, mas aplicado quase integralmente pelo atual. O Banco do Nordeste dispôs também de US\$ 10 milhões para aplicação nessa área, cedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Incentivos Especiais ao Setor Industrial

Os últimos meses de 1965, quando melhor se fizeram sentir os estímulos governamentais, revelaram acentuada recuperação da atividade industrial. Em determinados setores da indústria, que reagiram numa curva ascendente a partir de julho, houve absorção

da mão-de-obra ociosa na fase da recessão. O aparecimento de novas indústrias, sobretudo no setor químico, traduz em última análise os incentivos oferecidos pelo Governo para reacelerar o ritmo de crescimento.

a) *Indústrias Químicas*

Dois foram os pontos de destaque da política do Governo em 1965, neste setor:

1) O Decreto nº 55.759, que estabeleceu, através do GEIQUIM (Grupo Executivo da Indústria Química), uma série de estímulos fiscais, financeiros e econômicos para a instalação da indústria química, de fertilizantes e petroquímica principalmente;

2) A resolução 5/65 do Conselho Nacional de Petróleo, que, através da permissão ao ingresso da iniciativa privada no setor petroquímico, possibilitou-a sua dinamização.

Como resultado desta política, tivemos a aprovação, no período, de 24 projetos pelo GEIQUIM, dos quais sete no setor petroquímico, compreendendo tanto a iniciativa privada quanto a PETROBRÁS.

Também o setor de fertilizantes, essencial ao desenvolvimento da agricultura, recebeu estímulos governamentais, tendo sido aprovados três projetos para fertilizantes nitrogenados e fosfatados, que possibilitarão, no setor de nitrogenados, o atendimento à totalidade das necessidades nacionais quando entrarem em operação.

Certamente, a criação de órgãos como o FINAME e FIPEME, muito possibilitaram o desenvolvimento da média e pequena indústria, beneficiada pela possibilidade de financiamento a longo prazo para seus investimentos.

Para 1966, é prevista retomada do desenvolvimento acelerado pelo início da produção de toda uma série de indústrias que estarão em ampliação, ou com novos empreendimentos que deverão iniciar sua produção.

b) Indústria Automobilística e Indústrias Tradicionais

A análise dos resultados oferecidos, no último exercício, pelas indústrias automobilística e de aparelhos eletro-domésticos, permite concluir-se que as medidas adotadas pelo Governo para combater a conjuntura nelas observada produziram efeito imediato.

A isenção do Imposto de Consumo, seguida do seu gradual restabelecimento, com a conseqüente diminuição do preço para o consumidor, teve o condão de restaurar-lhes os níveis de produção e vendas. Assim, em 31 de dezembro do ano passado, a indústria automobilística acusava um total de 1.247.013 unidades fabricadas, de diferentes tipos. Duas grandes empresas ofereceram, sucessivamente, quadros de vendas com números jamais atingidos, anteriormente, tendo efetuado vultosas vendas para o exterior, o que provocou o carreamento de substanciais divisas para o País.

Ao lado da ampliação do mercado de trabalho, que eliminou o desemprego conjuntural verificado, observa-se, hoje, que as empresas se encontram, novamente, em fase de expansão, aumentando, consideravelmente, seus capitais e programando a elevação de sua produção.

Cabe salientar que em fins do ano passado decidiu o Governo submeter ao Congresso projeto de lei visando a estimular o reequipamento e a modernização da indústria automobilística.

Medida de grande alcance foi também adotada em relação a setores tradicionais da indústria brasileira, que receberam incentivos especiais para seu desenvolvimento, segundo exposto em detalhe na parte setorial desta mensagem.

c) Indústria de Alimentos

Com o objetivo de determinar as políticas no setor de indústrias alimentícias, o Governo, através de convênio firmado pelo BNDE e Fundação Getúlio Vargas, providenciou a realização de pesquisas sobre este importante ramo industrial, e criou o Grupo Executivo de Indústrias de Produtos Alimentares.

Verificou-se que o ritmo de desenvolvimento do setor foi reduzido a determinadas proporções, em virtude da escassez de matéria-prima e insuficiência de crédito.

O aperfeiçoamento e a introdução de novos métodos de conservação de alimentos, melhoria da qualidade de certas matérias-primas, estudos para o prolongamento das safras de outras, assistência técnica e creditícia às pequenas e médias empresas, são providências que o Governo tem tomado como imperativo do desenvolvimento adequado da indústria de alimentos, além dos numerosos estímulos que oferece, através do GEIPAL, a esse grupo de indústrias de transformação. Esses benefícios incluem a redução de até 50% do valor do imposto de importação; dispensa de pagamento de encargos financeiros na aquisição de divisas destinadas à importação de máquinas e equipamento, ao serviço de financiamentos externos e à importação de matérias-primas essenciais, dentro de quotas e prazos pré-fixados. Há, além disso, a garantia de preços mínimos aos produtos agrícolas.

Incentivos à Exportação

As exportações mereceram do Governo, no ano que passou, os mais salutares estímulos, numa complementação às medidas adotadas em 1964. Podem ser considerados notáveis os resultados alcançados, não somente quanto ao seu valor, mas, também, quanto à sua diversificação. Em 1965, nossas exportações atingiram cerca de US\$ 1 bilhão e 600 milhões, com os produtos manufaturados acusando um acréscimo de 120% em relação a 1964, que, por sua vez, já havia apresentado um aumento de 80% comparativamente ao ano precedente.

A exportação de manufaturados, da ordem de, aproximadamente, US\$ 115 milhões, assume particular significação, pois os coloca em segundo lugar em nossa pauta de exportações, logo após o café.

Para esses resultados, a par das medidas instituídas pelo Governo, em 1964, muito contribuíram providências que foram sendo gradualmente transformadas em normas práticas para a expansão das exportações.

Numa síntese das medidas adotadas, em 1965, para o incremento das exportações, pode o Governo alinhar, ao lado das que visaram à simplificação das formalidades burocráticas, outras que lhe concediam estímulos creditícios, cambiais e fiscais. Creditícios, com o financiamento, a médio e longo prazo, de bens de capital e de consumo durável, através do qual foram realizadas vultosas vendas ao exterior, principalmente, como já foi salientado, de produtos da indústria automobilística; cambiais, com a manutenção de taxas realísticas, e fiscais, pela eliminação de impostos que, elevando os custos de nossos produtos, lhes restringiam o poder de competição.

Além disso, a infra-estrutura do comércio exterior foi dotada de seguro de crédito às exportações, em condições de absorver os riscos das vendas a crédito, através da Lei n.º 4.678.

Tôdas essas medidas, adotou-as o Governo por considerar que, além de representar um instrumento de aumento da produtividade, a expansão das exportações contribui, eficazmente, para o aumento da produção. Essa política não será abandonada.

Será necessário, entretanto, que o empresariado nacional, que demonstrou condições de competir, em qualidade e preço, no mercado externo, amplie sua produção, de modo não só a atender à procura crescente do mercado interno, como à necessidade que tem o País de aumentar sua receita cambial.

Ação Direta do Governo — O Programa de Investimentos Públicos

a) Dimensão e características do Programa

Encontra-se em elaboração, na fase inicial, um plano de longo prazo para a economia brasileira, que permitirá definir as grandes prioridades da política econômica do Governo no próximo estágio de desenvolvimento.

Não obstante, tendo em vista as necessidades mais imediatas de ação, o setor público, através dos objetivos do Programa de Ação e de legislação complementar, já definiu um certo número

de prioridades. Evidentemente, tais prioridades não se manifestam exclusivamente através do programa de investimentos governamentais, mas também mediante os incentivos concedidos ao setor privado através da política de crédito (a curto e longo prazo), fiscal, cambial, etc.

Entre as áreas a receberem particular atenção, na política econômica governamental, estão incluídas a infra-estrutura (notadamente, no período, energia elétrica, transportes, telecomunicações, petróleo), certos ramos da indústria manufatureira (particularmente as indústrias químicas, já objeto de legislação especial; as de metais não ferrosos; as indústrias alimentícias, também contempladas com incentivos especiais), a agricultura e todo o setor de desenvolvimento social, incluindo educação, saúde, habitação, previdência social.

O quadro seguinte contém o resumo do Programa de Investimentos Públicos para 1965. Esse programa foi preparado na forma definitiva em março de 1965, após as revisões dos diversos programas financeiros e a constituição do Fundo de Reserva para o Orçamento Federal. Ali se incluem todos os dispêndios de capital do Governo Federal, orçamentários e não orçamentários, diretos e através de suas agências descentralizadas, assim como transferências para os Estados e Municípios, bem como estimativas indicativas dos investimentos financiados por seus próprios recursos. Estão indicadas as transferências para o Setor Privado não somente de fundos fiscais, como também de recursos externos.

O quadro mostra que o volume das despesas de capital para 1965 foi programado em Cr\$ 3.581 bilhões a preços correntes, e o acompanhamento na execução financeira indica que terá sua realização quase totalmente alcançada, em termos globais. Como nas despesas de capital estão incluídos cerca de Cr\$ 250 bilhões de amortizações, os investimentos são estimados em Cr\$ 3.331 bilhões.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS — 1965
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS RECURSOS INTERNOS E EXTERNOS
(a preços correntes)

SETORES	RECURSOS INTERNOS	RECURSOS EXTERNOS	APLICAÇÕES
Energia Elétrica.....	541,3	139,0	680,3
Petróleo.....	265,6	—	265,6
Portos.....	30,4	—	30,4
Transporte Marítimo.....	84,2	—	84,2
Rodovias.....	638,0	40,4	678,4
Ferrovias.....	187,4	—	187,4
Transporte Aéreo.....	43,4	—	43,4
Comunicações.....	25,7	—	25,7
Agricultura.....	190,0	8,4	198,4
Indústria e Mineração.....	320,5	143,8	464,3
Educação.....	154,3	20,6	174,9
Saúde e Saneamento.....	109,5	20,6	130,1
Habituação.....	117,7	10,0	127,7
Administração.....	51,4	—	51,4
Defesa.....	74,5	—	74,5
Ajuda Técnica.....	—	—	—
Não classificados.....	321,1	7,0	328,1
TOTAL.....	3.190,3	309,8	3.580,6

b) O Planejamento e o Orçamento-Programa

Cabe aqui uma palavra a respeito de modificações institucionais introduzidas no mecanismo administrativo governamental.

O sucesso das realizações empreendidas e a esperança de êxito semelhante para o futuro sugeriram ao Governo substituir os métodos tradicionais de uma política econômica tópica e nem sempre bem coordenada, por uma outra que vise ao conjunto, que respeite a interrelação dos fenômenos e que se ajuste aos objetivos básicos do desenvolvimento econômico e de bem-estar social. Êste é o núcleo da idéia de Planejamento, sem o que a implantação de um Orçamento-Programa estará fadada a se constituir em devaneio de país em processo de desenvolvimento. O objetivo, em última análise, consiste em aumentar a eficiência da política econômica e, em consequência, utilizar melhor os fatores produtivos escassos. O instrumento é a formulação de um Programa coordenado, no qual as diversas ações do Governo sejam avaliadas não apenas pelo seu efeito parcial e isolado, mas, especialmente, pelo seu efeito de conjunto.

Há quem relute em aceitar a idéia de Planejamento numa economia democrática, onde a maior parte das decisões se descentraliza entre inúmeras empresas privadas. No Brasil, por exemplo, qualquer plano de desenvolvimento pode ser dividido em duas partes: uma normativa, dirigida ao Governo e às entidades sob seu controle, e outra puramente indicativa, projetando o comportamento do setor privado e dos Governos Estaduais e Municipais.

Embora haja muito o que aperfeiçoar no sistema nacional de Planejamento, o que já foi conseguido é digno de nota. O Programa de Ação do Governo esforça-se para fugir dos erros do passado, quando a política econômica era constituída de providências esparsas e sem sentido de interdependência, ou quando fixavam metas de crescimento e de estabilização sem indicar a maneira de alcançá-las.

Pretende o Governo aprimorar o sistema nacional de Planejamento, possibilitando-lhe uma estrutura mais permanente, bem como meios mais precisos de informação e controle. O primeiro passo, já previsto no anteprojeto de lei da Reforma Administrativa, será a institucionalização do Ministério do Planejamento; o outro, também de muita importância, consistirá na coleta e atualização das informações estatísticas necessárias aos diagnósticos dos problemas econômico-financeiros nacionais. Urge que o sistema estatístico se torne rápido e flexível, de modo a fornecer aos executores da política econômica os meios necessários às ações a prazo curto.

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Na parte III desta Mensagem analisaremos circunstanciadamente a ação dos diversos órgãos federais incumbidos de fomentar o desenvolvimento das regiões menos dinâmicas do País, sob a orientação do Ministério de Coordenação dos Organismos Regionais. O presente comentário cuida particularmente de aspectos regionais do Programa de Investimentos Públicos em 1965.

No decorrer do exercício, os órgãos técnicos a cujo cargo se encontra a tarefa de acompanhamento do programa de investimentos puderam organizar a divisão dos investimentos, distribuindo-os não somente pelos setores, mas ainda pelas regiões brasileiras, de modo que as necessidades do desenvolvimento fôsem atendidas, numa escala correspondente às condições de cada Estado ou Território.

Os recursos da União destinados aos investimentos provinham de fontes diversas, orçamentárias e extraorçamentárias, inclusive fundos específicos e empréstimos de várias naturezas. Por isto mesmo, sua aplicação deveria obedecer a critérios especiais. Por exemplo: os recursos provindos de taxas cobradas sobre transportes e comunicações se destinaram aos próprios setores que os haviam gerado. Quanto aos meios originados da arrecadação da receita tributária, sua distribuição levou em conta a participação de cada uma das unidades federativas no esforço de produção dessa receita. Tratando-se do primeiro ano em que se fez um programa global de investimentos, ao mesmo tempo em que se implantava um Orçamento-Programa, os resultados foram além do que se poderia esperar. Neste ano, o Orçamento-Programa será uma realidade definitiva, como sabem os senhores Congressistas que lhe deram seu apoio e sua homologação. *Pari passu*, o programa de investimentos para 1966 apresentará, sem dúvida, aspectos ainda mais encorajadores.

Como já foi dito, a distribuição dos investimentos obedeceu a uma conjugação de critérios variados, tendo em vista a participação de cada Estado na formação de recursos e, ainda, as necessidades de cada um deles para um aproximado equilíbrio futuro do desenvolvimento nacional.

A diversidade de situações no território nacional — como é do conhecimento de todos — faz que o nosso País apresente índices de acentuado desenvolvimento em certas regiões, ao lado de atraso extremo em muitas outras. Uma distribuição que correspondesse exatamente à participação de cada unidade na formação da receita poderia ser, na realidade, nociva ao interesse nacional. O Piauí é o que menos contribui para os cofres públicos em termos percentuais e o habitante do Maranhão é o menor contribuinte

per capita. Em termos de estrita justiça distributiva, se associássemos a distribuição à contribuição, os investimentos teriam que se dirigir, maciçamente, para São Paulo, Guanabara, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco; mas o que se dá é que êsses grandes contribuintes são grandes precisamente porque já atingiram certo grau de desenvolvimento. Assim, a combinação dos variados critérios determinou uma dosagem que aproveitará, afinal, ao País inteiro. Lograr-se-á um desenvolvimento global, que, mantendo o ritmo de crescimento e progresso das regiões mais adiantadas, não deixará de proporcionar às menos desenvolvidas possibilidades e oportunidades para a sua integração no ritmo do progresso brasileiro.

Não somente os Estados ou regiões foram considerados na distribuição dos recursos do programa de investimentos. Igual atenção foi dada à distribuição dos setores.

Também êsse aspecto foi estudado cuidadosamente, como se verifica no capítulo respectivo desta Mensagem. Mas, ainda neste passo, convém fazer uma análise da distribuição, pelas regiões, dos diferentes setores. Alguns dêles, como os de transporte marítimo e Plano Nacional de Telecomunicações, interessam ao País inteiro, ou, pelo menos, a regiões vastas, que abrangem diversos Estados. Outros visam, mais especialmente, a certos Estados ou regiões. Assim, somente a título de exemplificação, citaremos alguns dados que mostram a orientação da política dos investimentos e sua relação com o objetivo fundamental do Governo nessa matéria e que é o *desenvolvimento sem inflação*.

Tomemos o setor Energia. As maiores dotações se destinaram aos Estados de São Paulo, Minas, Guanabara e Rio de Janeiro, continuamente exigindo aumento considerável da oferta. Seguem-se Pernambuco, Paraná e Bahia, Estados que já entraram na fase de industrialização e começam a reclamar aumento de energia para expansão e aproveitamento de seus recursos. No setor Petróleo, o Estado mais bem contemplado é a Bahia, onde estão situados os principais centros de exploração de jazidas.

Sob o mesmo critério, com as combinações a que já fizemos referência, foi estudada a distribuição dos demais setores — transporte rodoviário, carvão, portos, comunicações, educação, saúde e saneamento, agricultura, indústria e mineração, etc.

Em nenhum caso se perdeu de vista o objetivo, enquadrando-se cada região e cada setor de acordo com a sua importância em relação àquele objetivo e à filosofia do desenvolvimento nacional. Em conseqüência, pensou-se em educação e em saneamento como fatores de desenvolvimento, ao lado do petróleo, transportes e comunicações, pois um programa de desenvolvimento deve, necessariamente, procurar, antes de tudo, a harmonia do conjunto.

O quadro seguinte apresenta uma estimativa da distribuição regional dos principais programas de investimentos da União para 1965, no montante de Cr\$ 1.815 bilhões, exclusão feita dos programas de Valorização Regional.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DA UNIÃO — 1965

INVESTIMENTOS DA UNIÃO

DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	INVESTIMENTOS (em bilhões de cruzeiros)
Rondônia.....	4,2
Acre.....	2,9
Amazonas.....	28,2
Roraima.....	0,8
Pará.....	30,9
Amapá.....	4,0
Maranhão.....	27,9
Piauí.....	15,7
Ceará.....	41,0
Rio Grande do Norte.....	17,3
Paraíba.....	21,5
Pernambuco.....	55,0
Alagoas.....	28,3
Sergipe.....	22,2
Bahia.....	156,1
Minas Gerais.....	271,5
Espírito Santo.....	67,5
Rio de Janeiro.....	200,6
Guanabara.....	127,2
São Paulo.....	361,2
Paraná.....	83,6
Santa Catarina.....	50,4
Rio Grande do Sul.....	124,4
Mato Grosso.....	28,5
Goiás.....	39,0
Distrito Federal.....	5,1
TOTAL.....	1.815,0

Para dar idéia dos programas de Valorização Regional, relativos ao mesmo ano, apresentamos a seguir sua distribuição por grandes regiões.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DA UNIÃO — 1965

PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO REGIONAL

(em bilhões de cruzeiros)

	PROGRAMAS DE VALORIZAÇÃO REGIONAL
REGIÃO I — Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá....	16,0
REGIÃO II — Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.....	138,2
REGIÃO III — Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.....	3,1
REGIÃO IV — Guanabara, Rio de Janeiro e São Paulo.....	—
REGIÃO V — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.....	3,3
TOTAL.....	160,6

A POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL

Transações Correntes

Segundo estimativa preliminar (Quadro 1), o balanço de pagamentos registrou, em 1965, um *superavit* de 151 milhões de dólares em tôdas as moedas, devido essencialmente ao elevado saldo favorável do item mercadorias (+ US\$ 590 milhões), o que representa um incremento de US\$ 246 milhões sobre o ano anterior. O saldo favorável no intercâmbio de mercadorias se deveu à política de incentivo às exportações, iniciada em 1964, e ao nível relativamente baixo alcançado pelas importações. O item serviços, entretanto, costumeiramente deficitário, elevou-se para — US\$ 400 milhões, o mesmo acontecendo com o saldo do movimento de capitais autônomos (— US\$ 113 milhões).

QUADRO I

BALANÇO DE PAGAMENTOS EM MILHÕES DE DÓLARES

DISCRIMINAÇÃO	1964	1965 (*)
A. <i>Transações Correntes</i> (1 + 2 + 3)	147	220
1. Mercadorias	344	590
Exportação (FOB)	1.430	1.560
Importação (FOB)	— 1.086	— 970
2. Serviços	— 259	— 400
Receita	107	225
Despesa	— 366	— 625
3. Donativos	62	30
B. <i>Movimento de Capitais Autónomos</i> (1—2) . . .	12	— 113
1. Ingressos	310	169
Investimentos	28	42
Empréstimos	164	106
PL 480 — Título I (60%)	62	6
Outros	56	15
2. Saídas	— 298	— 252
Amortizações	— 271	— 242
Outras	— 27	— 10
C. <i>Total</i> (A + B)	159	137
D. <i>Transações não classificadas de Capitais</i> . . .	— 119	14
Superavit do Balanço de Pagamentos (C + D)	40	151
E. <i>Atrasados e Créditos Comerciais</i>	57	— 176
F. <i>Financiamento Oficial Compensatório</i> (1 + 2 + 3)	— 97	25
1. <i>Operações de Regularização</i>	88	358
Empréstimos	116	338
FMI	— 28	20
2. <i>Outras Operações de Financiamento</i> . . .	— 52	— 33
Swaps	— 52	— 178
Instrução nº 289	—	145
3. <i>Variação de Reservas</i>	— 133	— 300
Haveres (aumento —)	— 76	— 328
Obrigações (redução —)	— 115	—
Ouro Monetário (aumento —)	58	28
G. <i>Total</i> — Itens E e F	— 40	— 151

(*) Estimativa em 17-1-66 — Dados sujeitos a modificação.

a) *Exportações*

As primeiras estimativas da receita das exportações alcançam o total de US\$ 1.560 milhões, com um incremento de aproximadamente 8 % em relação ao ano de 1964. Excetuando-se o café, o acréscimo na receita total foi de 12,6% apesar de que ocorreu, de um modo geral, um decréscimo nos preços médios dos produtos exportados, isto é, o aumento do valor das exportações foi devido principalmente ao aumento do volume exportado. Excetuados o café, o algodão e o cacau, produtos tradicionais das exportações brasileiras, os demais apresentaram incremento, sugerindo uma tendência desejável de diversificação das nossas exportações.

No caso do algodão, por exemplo, além da queda de US\$ 13,50 registrada no valor médio da tonelada exportada, ocorreram algumas dificuldades na expansão das vendas, devendo-se notar, ainda, que a estabilidade da produção interna não deixou estoques adicionais para exportação.

Relativamente ao açúcar, a acentuada diminuição do preço médio, de 48,6 % sobre o do ano anterior, foi mais do que compensada pelo aumento do volume exportado, de quase 300 %. Desta maneira, a receita cambial proveniente das vendas de açúcar pôde registrar uma expansão de US\$ 17 milhões.

EXPORTAÇÕES

US\$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	1964	1965(*)	+ ou - EM 1965
CAFÉ.....	760	710	- 50
OUTROS PRODUTOS.....	670	850	+ 180
Algodão.....	108	100	- 8
Cacau e derivados.....	46	35	- 11
Açúcar.....	33	50	+ 17
Minérios (hematita e manganês).....	101	130	+ 29
Manufaturas.....	70	110	+ 40
Outros.....	512	425	+ 113
TOTAL.....	1.430	1.560	+ 130

(*) Estimativa em 17.1.66. Dados sujeitos a modificação.

O setor de minérios consignou acréscimos substanciais: os dados preliminares indicam um aumento de US\$ 29 milhões em

relação ao período anterior. Deve-se destacar a atuação da Companhia Vale do Rio Doce que, mesmo diante da conjuntura desfavorável do mercado externo, responsável por um decréscimo de US\$ 1,69 na tonelada exportada pela empresa, conseguiu aumentar sobremaneira o volume exportado, de modo que a receita total elevou-se de 38 % em relação ao ano anterior.

O manganês, além de ter seu volume aumentado, contou também, excepcionalmente, com um pequeno acréscimo no preço médio da tonelada exportada, da ordem de 8 %.

A situação do cacau foi bastante desfavorável. Com efeito, tendo os países africanos violado os preços mínimos estipulados no Acôrdio Internacional do Cacau, assinado em outubro de 1964, os preços do produto caíram a valores extremamente baixos, e somente a partir da segunda metade do ano voltaram paulatinamente aos níveis anteriores. Em consequência, o Brasil entrou no mercado em condições inadequadas, tendo o preço médio da tonelada exportada caído de 56 % e 29 %, respectivamente para «amêndoas» e «manteiga de cacau», implicando num decréscimo de US\$ 11 milhões no total da exportação.

A exportação de manufaturas aumentou de 57 % em relação ao período anterior, refletindo a maior agressividade da política exportadora brasileira. Entre os produtos mais importantes do setor, destacaram-se pneus e câmaras de ar, lingotes de ferro e aço, tubos com e sem costura, matrizes e estampas para prensas, tecidos tintos e estampados, ligas de ferro, etc..

Quanto aos demais produtos da pauta exportadora, pela melhoria que apresentaram, refletiram também, sem dúvida, a política de maior realismo cambial adotada no decorrer do ano.

b) Café

Com respeito ao café, estima-se que a receita cambial seja inferior à de 1964, em aproximadamente US\$ 50 milhões (1964 = US\$ 760 e 1965 = US\$ 710 milhões), em consequência exclusiva do menor volume de sacas exportadas. Na verdade, enquan-

to em 1964 se exportaram 14,9 milhões de sacas do produto, em 1965 o total não ultrapassou os 13,5 milhões. Para isso concorreu, essencialmente, o baixo volume de nossas exportações durante o 1º semestre de 1965 (5.015 mil sacas), já que a partir do mês de julho e por todo o transcorrer do 2º semestre se registrou uma recuperação que alcançou os níveis normais de vendas do produto, totalizando os embarques, nesse período, 8.473 mil sacas.

Convém salientar, todavia, que as menores exportações do nosso produto, em 1965, refletiram efetivamente as condições vigentes no mercado mundial, de compras «apertadas» e de flagrantemente utilização de estoques.

Proseguiu o Governo brasileiro, em 1965, na sua política de regularização do mercado cafeeiro, com vistas à estabilização geral dos preços internacionais do produto, através do fortalecimento e do apoio às medidas tomadas pelo Conselho do Convênio Internacional do Café (C.I.C.). Com efeito, da ação dos representantes do nosso País junto ao referido Conselho, no sentido da correção dos problemas decorrentes do estabelecimento de níveis inadaptados da oferta do produto no mercado mundial, resultou a aprovação do mecanismo intitulado sistema de «cota-preço». Esse sistema visa a ajustar o volume das cotas globais de exportação às reais necessidades do mercado consumidor. O seu funcionamento fundamenta-se no estabelecimento de níveis máximos e mínimos de preços, dentro dos quais é admitida a flutuação das cotações internacionais do produto. Por esse dispositivo, todas as vezes em que os preços se mantiverem fora daqueles níveis, por períodos superiores a 15 dias consecutivos, as cotas globais de exportação sofrerão reajustes automáticos, de redução ou ampliação, a fim de obter-se a relativa estabilidade dos preços no mercado.

A intenção e política brasileiras de ordenação do mercado mundial do café não significam, entretanto, que o Brasil se conforme em continuar apenas com a «cota» de sacrifícios; ela emana dos termos do Convênio cafeeiro. Daí as duas Resoluções — 341 e 346 — baixadas pelo Instituto Brasileiro do Café, garantindo o importador contra quedas dos preços dos nossos cafés, dentro de

determinadas condições, depois de vendido o produto. Essa garantia neutraliza a expectativa quanto a futuras baixas de preços, possibilitando, assim, os fluxos normais das vendas.

No que se refere à política interna, o Governo brasileiro adotou um esquema de sólida defesa do produto no interior, assegurando a retirada de todo o excedente não exportável, inclusive garantindo os cafés da safra 65/66 da compra imediata, desde o início de sua comercialização.

Não obstante a grande produção da safra 65/66 (cêrca de 33 milhões de sacas), ocasionada por fatores climáticos, registraram-se progressos no tocante à política da racionalização interna do produto, com a fixação de preços nominais menores, com vistas à obtenção de rendimentos reais não estimuladores da produção.

Em consonância com a política de não estimular o plantio e diversificar a própria cafeicultura, o Governo, pela Portaria Interministerial 111, de 18-8-65, criou um Grupo de Trabalho para reformular e dinamizar o programa da racionalização e diversificação econômica das zonas cafeeiras — iniciado pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. Foi atribuída ao Grupo a tarefa de levantamento da situação cafeeira, incluindo o resultado das medidas até agora tomadas para a racionalização e diversificação econômica das zonas produtoras e, bem assim, com a incumbência de analisar as possibilidades de atuação dos órgãos que podem influir na formação dos preços e na estrutura técnico-agrícola e comercial das atividades cafeeiras e de outras que representem alternativas destas.

As conclusões do Grupo serão detidamente estudadas pelos Ministros responsáveis pela matéria e deverão surtir efeitos já para a próxima safra do produto.

c) Importações

As importações brasileiras em 1965, por outro lado, foram preliminarmente estimadas em US\$ 970 milhões (FOB), com um decréscimo de US\$ 116 milhões em relação ao exercício anterior.

A redução deveu-se, particularmente, aos menores ingressos de trigo, maquinaria — inclusive com financiamento externo — e produtos *manufaturados*.

IMPORTAÇÕES

US\$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	1964	1965 (*)	+ ou - em 1965
Petróleo e derivados.....	180	180	—
Trigo em grão.....	176	115	— 61
Maquinaria e veículos.....	289	230	— 59
Produtos químicos e farmacêuticos.....	127	155	+ 28
Manufaturados.....	176	170	— 6
Outros.....	158	120	— 18

(*) Estimativa em 17.1.66. Dados sujeitos a modificação.

De modo geral, o total registrado das importações refletiu a política de eliminação de subsídios e o clima de expectativa criado com a política de estabilização monetária interna, cujos efeitos sobre o consumo e, conseqüentemente, sobre a produção industrial, fizeram-se sentir de forma a provocar retrações peculiares aos períodos de ajustamento. A partir do segundo semestre do ano a atividade econômica começou a se recuperar sem, todavia, levar as importações aos valores mais altos anteriormente registrados.

É oportuno observar que os itens que melhor retratam o fenômeno da retração são exatamente os de maquinaria e manufaturados, cujas importações em 1965, relativamente a 1964, apresentaram um declínio da ordem de US\$ 65 milhões. É bem verdade que, no que respeita aos equipamentos, grande parte da redução pode também ser atribuída ao término da execução de planos de investimento interno de grande número de indústrias e da capacidade adquirida pela indústria nacional de produzir determinadas máquinas que antes se importavam.

Os ingressos de equipamentos, sem cobertura cambial ou com cobertura diferida, acusaram os seguintes totais em 1964 e 1965:

US\$ 1.000.000	1964	1965 (*)	+ ou - em 1965
Investimentos.....	6	6	— 3
Financiamentos.....	115	60	— 53

(*) Estimativa em 17.1.66. Dados sujeitos a modificação.

O declínio observado nas importações de trigo, decorreu do fato de praticamente não haver o Brasil se utilizado em 1965 de financiamentos da PL 480 do Governo americano para aquisições do cereal. Em 1964, o trigo importado através daquela lei totalizou cerca de US\$ 100 milhões, dos quais US\$ 62 milhões representativos de financiamentos. As importações de trigo que em 1964 haviam totalizado US\$ 176 milhões, reduziram-se para US\$ 115 milhões em 1965, sem que, todavia, ocasionassem escassez interna do cereal.

Também é digno de registro o fato de as importações de petróleo e derivados — um dos itens de maior pressão na pauta de importação — haverem mantido o nível de 1964, indicio do acerto da política de aquisição externa de óleo bruto e reafirmação da capacidade nacional de produção e refino. Graças a ela e a despeito do reajustamento progressivo procedido na taxa de câmbio de importação — com a eliminação de quaisquer subsídios às aquisições externas de combustíveis — tornou-se possível o atendimento normal do crescente consumo doméstico.

d) Serviços

A rubrica de «serviços» acusou, em 1965, sensível crescimento em ambos os sentidos. A receita apresentou um incremento da ordem de US\$ 118 milhões, enquanto a despesa crescia de US\$ 259 milhões. O *deficit* dos «invisíveis» atingiu US\$ 400 milhões, elevando-se de US\$ 141 milhões relativamente ao verificado em 1964.

Para isso muito contribuiu a política de maior liberalidade seguida pelo Governo no que respeita à negociação de moedas estrangeiras, bem como as facilidades introduzidas no mercado de câmbio. Estas, como se sabe, permitiram determinadas remessas financeiras pessoais para o exterior, sem maiores exigências.

Deve-se levar em conta, ainda, que o início da normalização das remessas de rendas de capitais de risco, a partir do segundo semestre do ano em exame, traduziu-se num aumento da despesa,

da ordem de US\$ 20 milhões. Em 1964, não se registraram remessas dessa natureza, em face das dificuldades impostas pela legislação então vigente sobre capitais estrangeiros.

Movimento de Capitais Autônomos

O ingresso de capitais autônomos em 1965 — investimentos e financiamentos para importações de equipamentos — totalizou US\$ 169 milhões. Em 1964, êsses ingressos totalizaram US\$ 310 milhões.

O declínio observado em 1965 — dando prosseguimento à tendência iniciada em 1962 — reflete a conclusão de planos industriais ligados ao processo de desenvolvimento acelerado que se inaugurou no País a partir de 1956, e a falta de confiança que se apossou das fontes externas de recursos na orientação política imprimida pelo Governo anterior.

Não obstante a finalização de planos internos de investimentos particulares e oficiais com participação externa prevista, levar, por si só, à redução progressiva dos afluxos de capitais, a verdade é que o Brasil não pode prescindir dos capitais internacionais na complementação dos recursos necessários a um crescimento satisfatório de seu produto interno.

O restabelecimento da confiança externa é tarefa que demanda tempo e somente será conseguida na sua plenitude quando as grandes empresas e os financiadores estrangeiros sentirem que há segurança política e econômica, bem como liberdade de movimentação para os seus capitais.

Tem sido êste o sentido da orientação do atual Governo, que, a par da restauração da ordem política interna e da estabilização monetária, eliminou as restrições vigentes sobre os capitais internacionais, através de nova regulamentação à Lei nº 4.390 baixada com o Decreto n.º 55.762, de 17-2-1965, e simplificou os processos administrativos de registro. O Banco Central iniciou, no correr do exercício em foco, a normalização das remessas de lucros, represadas desde 1963. Ademais, o Governo tem de-

envolvido esforços para que Acôrdos de Garantia de Investimentos Estrangeiros entre o Brasil e os países exportadores de capitais, evitem o tratamento discriminatório que aumenta os privilégios do capitalista estrangeiro sôbre o nacional, a exemplo dos acôrdos firmados com os Estados Unidos da América e Alemanha, conforme Decreto Legislativo nº 69, de 1965 (*Diário Oficial* de 19-7-65).

Essas medidas criam realmente condições para que o País passe novamente a usufruir de um maior afluxo de capitais, em nível compatível com as necessidades de investimentos novos, e de complementação a outros, já realizados, de expansão de indústrias em operação, como já se anunciam para efetivação em 1966.

As saídas de capitais no que diz respeito às amortizações de empréstimos obtidos no exterior, para projetos específicos e financiamentos compensatórios, registraram o valor aproximado de US\$ 242 milhões.

O reescalonamento de grande parte das dívidas vencidas em 1964 e 1965, junto aos credores estrangeiros, proporcionou e proporcionará um relativo desfôgo para o balanço de pagamentos brasileiro.

Financiamento Compensatório

A utilização de créditos compensatórios pelo Brasil, no decorrer do exercício, totalizou US\$ 413 milhões. Por outro lado, foram contratados novos *swaps* no montante de US\$ 112 milhões e o ingresso de capitais ao amparo da Instrução 289 da extinta SUMOC somou US\$ 177 milhões.

Essas operações e mais o *superavit* obtido nas transações em contas correntes e movimento de capitais autônomos, permitiram ao País reduzir as posições devedoras de atrasados comerciais, *swaps* e obrigações a curto prazo junto a banqueiros no exterior e, embora as reservas-ouro do País houvessem apresentado também uma redução, foi possível o aumento das reservas cambiais líquidas em divisas, por montante equivalente a US\$ 300 milhões.

A movimentação líquida dos créditos e demais operações compensatórias constam do Quadro I, e as utilizações brutas dessas operações podem ser resumidas na forma que se segue :

Utilização de Financiamentos Compensatórios

(Em milhões de dólares)

DISCRIMINAÇÃO	1964	1965 (*)
1. Novos <i>swaps</i>	224	112
2. Instrução 289	—	177
3. Atrasados comerciais	107	—
4. Créditos de companhias petrolíferas	—	58
5. Empréstimos compensatórios	116	413
Eximbank	37	35
AID	50	127
Fundo Monetário Internacional	—	75
Credores partic. norte-americanos	—	35
Banqueiros norte-americanos	—	80
Credores europeus	29	38
Japão	—	23
Total geral (1 a 5)	447	760

(*) Estimativa em 17-1-66. Dados sujeitos a modificação.

Endividamento Externo

Para completa normalização da situação cambial do País, o Governo se concentrou, no decorrer do ano de 1965, na eliminação de atrasados comerciais acumulados desde 1962, que muito prejudicavam o crédito comercial no exterior. Assim é que a redução do saldo devedor dos atrasados comerciais e das operações de *swaps* totalizou US\$ 407 milhões, liquidando-se toda a posição dos atrasados, no montante de US\$ 229 milhões e reduzindo-se os *swaps* de US\$ 178 milhões. Aquela redução foi pos-

sível pelos recursos originados do *superavit* do balanço de pagamentos e capitais compensatórios.

Quanto ao endividamento decorrente de financiamentos de projetos específicos, ocorreu durante o período uma variação líquida da sua posição, de cerca de US\$ 96 milhões, o que é indicativo do restabelecimento da confiança dos capitais internacionais.

ASPECTOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS

REFORMAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

O Programa de Ação do Governo foi definido principalmente nos objetivos de contenção do processo inflacionário, retomada de desenvolvimento e reformas econômico-sociais (Reformas Tributária, Agrária, Habitacional, Salarial e Bancária, a Lei do Mercado de Capitais e a Reforma do Padrão Monetário), cujo objetivo foi melhorar a legislação econômica do País, tornando-a mais adequada às finalidades do citado programa.

Reforma Tributária

O sistema tributário que vigorava no Brasil antes da Revolução ressentia-se de inúmeras falhas fiscais, sociais e econômicas. A arrecadação era inadequada ao montante da despesa; a legislação estabelecia injustas discriminações entre contribuintes, concedendo absurdas regalias a uns e onerando de forma asfixiante a outros; as escalas de incidência desfavoreciam o desenvolvimento econômico, e, pior do que tudo, a inadaptação de nosso sistema tributário à conjuntura inflacionária criava tremendas distorções, punindo injustamente os contribuintes pontuais e premiando de forma absurda os devedores do Fisco.

A natureza do problema recomendava a sua solução por etapas, e duas das mais importantes foram realizadas no exercício de 1964. A primeira delas, efetuada em meados do ano, constou de três partes: eliminação de certos entraves constitucionais ao bom funcionamento do nosso sistema tributário; criação de um

adicional provisório ao Imposto de Consumo e modificação parcial do Imposto de Renda, pela Lei nº 4.357. Quanto ao primeiro desses itens, foi permitida a criação de novos ônus tributários no exercício de 1964, tendo em vista as perigosas proporções assumidas pelo *deficit* da União; foram também supressas as isenções aos professores e jornalistas, as quais, além de constituir discriminação entre contribuintes, se haviam transformado em séria fonte de evasão.

No Imposto de Renda, a Lei nº 4.357 introduziu modificações bastante profundas. Como é natural, a lei procurava obter recursos adicionais não inflacionários para a cobertura dos *deficits* da União e isso foi conseguido pela instituição do Fundo de Indenizações Trabalhistas, pela correção monetária obrigatória dos ativos imobilizados e pela ampliação, no segundo semestre de 1964, no imposto na fonte sobre o rendimento do trabalho. A Lei, todavia, introduziu vários dispositivos de finalidade extrafiscal e que serviram para tornar mais justo e mais funcional o nosso sistema tributário. Assim é que se procurou adaptar o Imposto de Renda à inflação, permitindo a correção monetária das depreciações, diminuindo de 10 para 5 % o imposto sobre a correção dos ativos, criando a provisão para manutenção do capital de giro das empresas, e estendendo o princípio de correção monetária ao cálculo do lucro imobiliário. Essas medidas vieram aliviar a injusta tributação sobre rendimentos ilusórios, a qual punia descabidamente os contribuintes pontuais e, ao mesmo tempo, criava enormes incentivos à evasão. Na mesma linha, introduziu-se a correção monetária dos débitos fiscais, a fim de eliminar o absurdo prêmio que a inflação concedia aos que se atrasavam com o Fisco. Não ficaram aí as inovações trazidas pela Lei nº 4.357. O texto ainda criou estímulos à formação de poupanças individuais, permitindo que as pessoas físicas abatessem de sua renda tributável parte das quantias aplicadas em inversões mobiliárias de interesse econômico e social; procurou eliminar injustiças de incidência pela supressão, a partir de 1965, do empréstimo compulsório criado pela Lei nº 4.242 e tratou de lançar as bases para a recuperação do prestígio da dívida pública, instituindo as Obrigações Reajustáveis, de valor integralmente defendido contra a desvalorização monetária.

A segunda etapa da Reforma Tributária foi alcançada pelas alterações nos impostos do Sêlo, Consumo, Renda, respectivamente, pelas Leis ns. 4.502, 4.505, e 4.506, esta última recentemente complementada pela de nº 4.862/65. Essa etapa procurou tornar mais ameno o sistema tributário federal, conferindo-lhe, ao mesmo tempo, maior racionalidade. Assim é que o Impôsto do Sêlo, de um tributo sôbre papéis foi, pelo menos em grande parte, transformado em um impôsto mais funcional sôbre as obrigações. As incidências do Impôsto de Consumo foram revistas dentro de critérios de essencialidade mais adequados do que os anteriores, eliminando-se inúmeras isenções que geravam flagrantes assimetrias e discriminações em nosso sistema tributário. O Impôsto de Renda foi simplificado e amenizado, com a supressão do Impôsto Cederlar e com a eliminação dos adicionais e empréstimos compulsórios; instituiu-se, ao mesmo tempo, a tributação diferencial sôbre lucros retidos e distribuídos, procurando-se incentivar a poupança das emprêsas e a democratização das Sociedades Anônimas.

A mais recente lei do Impôsto de Renda (nº 4.862-65), além de introduzir inúmeros dispositivos com objetivo de maior racionalização do tributo, amplia, no tempo, o sistema de incentivos à estabilização de preços instituído pela Portaria Interministerial nº 71 e pela chamada lei de estímulos à contenção de preços.

A nova lei do impôsto de renda prevê reduções substanciais de contribuição fiscal para as emprêsas que se proponham a intensificar a eficiência de sua produção, a fim de oferecer seus produtos ao consumidor a preços estáveis. Por outro lado, estabelece a lei um agravamento tributário aos casos de lucratividade originada de aumentos de preços.

Estando nossas emprêsas desprovidas de contabilidade mais aperfeiçoada, a conexão da variação de preços com a variação da incidência tributária apresenta dificuldades que a experiência vem procurando solucionar.

As alterações do impôsto de renda que se relacionam com a contribuição fiscal das pessoas físicas foram incorporadas à legislação de caráter mais permanente. O impôsto foi diminuído de maneira apreciável não sômente por fôrça de eliminação da tribu-

tação cedular mas, também, pela revisão da tabela do imposto progressivo, pela concessão de deduções maiores para os encargos de família, e aceitação de várias outras deduções, inclusive para a formação de poupança, o que anteriormente não se admitia.

Na Lei nº 4.729/65, a sonegação fiscal foi classificada como crime, ao mesmo tempo em que se permitiu o arbitramento dos rendimentos, com base na renda presumida através dos sinais exteriores de riqueza.

No imposto de consumo adotou-se a cláusula da diminuição ou supressão temporária da exigência fiscal como meio de suavizar os efeitos de recessões econômicas.

Com a modificação de dispositivos constitucionais (Emenda Constitucional nº 18) a reforma tributária foi mais ampla. Suprimiram-se os impostos antieconômicos, como o de exportação para o exterior e impostos sobre transações financeiras, convertendo-os em contribuições de caráter monetário. Na verdade, impõe-se a formação de reservas como meio de assegurar certa estabilidade à receita de produtos cujos preços estão sujeitos a violentas flutuações no mercado internacional. O mesmo ocorre com as transações cambiais. Em vez do imposto do selo, é preferível, quando julgado oportuno, a exigência de uma contribuição destinada a uma reserva cambial.

O imposto de vendas e consignações estava a exigir radical reestruturação. A reforma contemplou a regularização da incidência do imposto sobre os valores adicionados, equiparando-o ao imposto federal.

Tôdas essas inovações evidenciam o propósito de subordinar as exigências fiscais aos elevados interesses do desenvolvimento econômico do País.

A Emenda Constitucional nº 18 introduziu, também, alterações substanciais nos regimes atuais de distribuição de receitas de umas para outras esferas de governo.

A partir de 1º de janeiro de 1967, fica revogado o art. 20 da Constituição vigente, que obrigava os Estados a devolverem aos respectivos Municípios 30 % da diferença entre as arrecadações estadual e municipal. De resto, êsse dispositivo, de interpre-

tação controvertida, só vinha sendo aplicado por dois ou três Estados.

Em substituição a esse mecanismo e à parte do impôsto de indústrias e profissões incidente sobre as atividades comerciais e industriais, a Emenda n.º 18 instituiu um regime de co-participação direta dos Municípios no impôsto estadual sobre circulação de mercadorias.

Qualquer eventual prejuízo que pudesse advir da eliminação de certos impostos ou da transferência de outro para competência de outro plano de tributação, seria amplamente compensado pela distribuição, automática e simultânea com a arrecadação, dos 20% dos impostos sobre a renda e sobre a produção industrial que passaram a caber aos Estados e aos Municípios na razão de 10% para cada um dos dois Fundos de Participação criados — Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios. Com base na previsão para 1966 (320 bilhões para os dois impostos), cada um desses Fundos deverá aproximar-se de 400 bilhões de cruzeiros em 1967.

De conformidade com o anterior dispositivo constitucional, essa participação cabia apenas aos Municípios na razão de 15% do impôsto de renda e 10% do de consumo. E, como o montante dessa participação era distribuído através de verba orçamentária, o cálculo tinha forçosamente que ser feito com base na arrecadação do exercício imediatamente anterior ao da elaboração da proposta orçamentária. Assim, os Municípios não se beneficiavam senão com dois anos de atraso do aumento da arrecadação e dependiam do processo de liberação de verbas orçamentárias para entrar em gozo desse benefício.

Pelo novo sistema, a distribuição será independente de previsão orçamentária, simultânea com a arrecadação e automática através de quotas mensais.

Reforma do Aparelho Fiscal

A reforma introduzida na estrutura dos impostos federais, além de sua adequação, como instrumento de política fiscal, às

imposições da atual conjuntura econômica, foi igualmente inspirada pela preocupação de preparar as bases de um amplo processo de racionalização administrativa, abrangendo :

- a) reestruturação dos órgãos de administração da receita ;
- b) instituição de novos métodos de controle fiscal ;
- c) descentralização da arrecadação dos tributos pela rede bancária ;
- d) instituição do cadastro-geral de contribuintes ;
- e) organização, sob a forma de empresa industrial, dos serviços de processamento de dados, por meios eletrônicos ou eletromecânicos.

A reestruturação administrativa, alcançou, inicialmente, as antigas Divisão do Imposto de Renda e Diretoria das Rendas Internas.

A Divisão do Imposto de Renda permanecia ainda com a organização que lhe imprimiu a reforma de 1942, encontrando-se totalmente desajustada face às exigências impostas pela grande complexidade que assumiu, nos últimos anos, a tributação dos rendimentos. O atual Departamento foi reestruturado e modernizado.

Com o Regimento baixado pelo Decreto n.º 55.853, de 22 de março de 1965, a Diretoria de Rendas Internas foi transformada em Departamento, passando a atuar diretamente, em todo o País, por intermédio de 22 Delegacias Regionais e Seccionais e cerca de 100 Inspetorias Fiscais. As antigas Recebedorias do Rio, São Paulo e Belo Horizonte foram extintas. E as Alfândegas e Delegacias Fiscais deixaram de interferir na administração dos impostos internos.

A rede de antigas Coletorias Federais, juntamente com as Tesourarias das extintas Recebedorias e atuais Alfândegas, foram reagrupadas no Departamento de Arrecadação, organizado na forma do Regimento baixado pelo Decreto nº 55.853, de 22 de março de 1965.

No início da presente sessão legislativa, deverá o Governo enviar ao Congresso projeto de lei sobre a reorganização da atual

Diretoria das Rendas Aduaneiras, com a qual se completará a reestruturação dos órgãos federais de administração da receita.

Juntamente com essa reestruturação, está sendo implantada, gradativamente, uma completa reformulação de métodos de trabalho.

Depois de executar, com o mais completo êxito, o programa de pagamento do pessoal por meio de depósito em conta corrente bancária, o Ministério da Fazenda está utilizando a rede de bancos oficiais e privados no sistema de arrecadação dos tributos federais.

Com tal providência, o Governo está resolvendo, sem qualquer ônus para o Tesouro Nacional, o angustiante problema de congestionamento dos órgãos recebedores.

A triplice reforma da legislação tributária dos órgãos administrativos e dos métodos de arrecadação será completada, a partir do corrente exercício, pela implantação de métodos novos de controle fiscal, objetivando dar mais eficiência aos serviços de fiscalização e dar combate sistemático à sonegação e à fraude.

A aplicação dos novos métodos de controle se tornará possível graças à organização do Serviço Federal de Processamento de Dados, empresa de caráter industrial criada pela Lei nº 4.516, de 1.º de dezembro de 1964, que ainda no corrente exercício estará operando uma grande rede de computadores eletrônicos, distribuídos por 10 Centros de Processamento cobrindo todas as regiões do País.

O Estatuto da Terra

Desde que se empossou, o atual Governo não poupa esforços no sentido de fomentar o crescimento da agricultura, setor bastante negligenciado na política de desenvolvimento dos últimos vinte anos. Assim, procurou o Executivo estimular o crédito agrícola, facilitar a importação de fertilizantes e reformular a política de preços mínimos, tornando-a instrumento efetivo de proteção ao agricultor. No âmbito legislativo, a maior conquista do Governo nesse setor foi a promulgação do Estatuto da Terra — uma Re-

forma Agrária elaborada em moldes estritamente técnicos, cuja aprovação se processou em ambiente de tranqüilidade, sem as agitações que cercavam o assunto no período pré-revolucionário.

A reforma aprovada preocupa-se menos em redistribuir terras do que em assegurar seu bom aproveitamento. Seu principal instrumento é o Imposto Territorial Rural, que, por sua incidência progressiva e diferenciada, punirá severamente o latifúndio improdutivo e premiará a terra bem utilizada. Complementarmente se poderá utilizar a arma da desapropriação, agora autorizada em títulos com correção monetária, nas áreas de maior pressão demográfica e de maior tensão social. O órgão executor dessa política é o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o qual promoverá preliminarmente a realização de estudos, para o zoneamento do País em regiões de estrutura agrária homogênea, visando definir quais as regiões críticas, as regiões economicamente ocupadas, e as regiões em fase de ocupação.

a) *O Cadastro dos Imóveis Rurais*

O Estatuto da Terra determina que a ação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, no sentido de corrigir as deficiências da estrutura agrária do País, se inicie com o Cadastro dos Imóveis Rurais, a fim de obter um conhecimento atualizado das condições de uso da terra, predominantes nas diversas zonas de cada Unidade da Federação.

Para realizar o cadastramento, a curto prazo, em todo o território nacional — cobrindo perto de 4 mil municípios e 4 milhões de propriedades (segundo dados do IBGE relativos ao último censo), não poderia o IBRA, com apenas 200 funcionários, entre técnicos e burocratas, realizar a referida tarefa, cuja execução satisfatória exigia um mínimo de 110 mil pessoas. Com efeito, houve necessidade de selecionar e treinar pessoal destinado a orientar tôdas as fases do cadastramento, até chegar ao lavrador.

Contratou-se então uma firma especializada, que formou o quadro de 50 instrutores do primeiro grau, todos portadores de diploma universitário. A missão desses monitores foi a de formar, nos Estados, monitores de segundo grau, enquanto êstes formariam,

em seus Estados, os de terceiro e quarto graus, num trabalho didático sucessivo capaz de recrutar os elementos necessários para ensinar ao homem do campo o preenchimento dos formulários do Cadastro.

Ao entregar a declaração de propriedade do imóvel, o lavrador ficará possuidor de um Certificado de Cadastro, documento indispensável para, junto aos órgãos fiscais, obter as diversas formas de assistência e proteção à economia rural.

Na fase que antecedeu à implantação do cadastramento, o IBRA realizou uma série de convenções com as Prefeituras Municipais das diversas regiões do país, a fim de explicar-lhes a finalidade do levantamento das propriedades rurais, firmando convênios para a realização do trabalho. De acordo com o convênio, o IBRA concorreu com o treinamento do pessoal, com o material para o cadastramento colocado no município e com o pagamento complementar aos instrutores indicados pela municipalidade. As Prefeituras contribuíram com o seu pessoal, custeando-lhe a viagem para o período de treinamento de aproximadamente uma semana, realizado num município de cada região, de acordo com as facilidades de acesso e acomodações.

O cadastramento em si foi dividido pelo IBRA em três etapas — as três semanas da terra, a primeira de 13 a 20 de dezembro de 1965, a segunda de 7 a 14 de janeiro de 1966 e a terceira de 28 de janeiro a 4 de fevereiro do corrente ano.

Em dados parciais, foram cadastrados em Pernambuco, no período de 7 a 13 de janeiro, 110 mil propriedades. Os primeiros mapas sobre as propriedades rurais do Espírito Santo, cadastradas na semana da terra, indicam uma proporção de comparecimento às Unidades municipais, por parte dos lavradores, superior às previsões, registrando-se, assim, êxito total nos trabalhos. Os mapas, com os números preliminares, indicam um total de 40.388 imóveis cadastrados.

Os cadastros serão permanentemente atualizados para a inclusão das novas propriedades que forem sendo constituídas, e, no mínimo, de cinco em cinco anos, serão feitas revisões gerais

para atualização das fichas já levantadas. Poderão os proprietários requerer a atualização de suas fichas dentro de um ano da data das modificações substanciais relativas aos respectivos imóveis rurais, desde que comprovadas as alterações, a critério do IBRA.

b) A Ação do INDA

A atual administração do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário iniciou suas atividades em abril de 1965.

Com o propósito de promover maior integração inter-governamental, inter-classista e inter-setorial, o INDA elaborou um plano de seleção dos Municípios-Modêlo, com uma unidade por Estado. Assim, tornou-se possível estabelecer uma nova dinâmica administrativa, com a participação ativa e conjunta dos recursos de órgãos federais, estaduais e municipais, públicos e privados, visando a destacar, sobretudo, a organização e o desenvolvimento das comunidades, como base de todo o processo evolutivo capaz de conduzir à prosperidade. A repercussão, em todos os Estados, da campanha dos Municípios-Modêlo diz bem do propósito de colaboração para com o Governo de que estão possuídas as populações do interior, na tarefa de amparo e incentivo à agricultura.

Entre outras providências para concretizar os trabalhos que animam o INDA, dirigiu-se uma mensagem à Igreja Católica, a exemplo do que será feito com as demais Igrejas, no sentido de convidá-las para uma catequese em favor do desenvolvimento agrário, de maneira a torná-las capazes de informar o homem do campo das medidas que vêm sendo tomadas pelo Governo em atendimento aos reclamos da realidade nacional.

O INDA, pelo seu Departamento de Colonização, promoveu uma série de medidas saneadoras, do ponto de vista administrativo, visando à correção de antigas anomalias e distorções, que caracterizaram a antiga SUPRA, estendendo suas atividades aos setores jurídicos, técnicos e de orientação geral, a vários Estados da Federação.

As demarches junto às autoridades do Amazonas propiciaram a aprovação de uma lei concedendo 300.000 ha de terra ao INDA e que constituem o Núcleo Colonial Bela Vista, o qual estava em situação jurídica irregular há mais de 20 anos. Entendimentos para promover a colonização foram mantidos com a Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins e com a Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia.

No Pará, conseguiu-se a colocação de 10 toneladas de sementes de juta produzidas nos núcleos do norte, graças à colaboração do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Norte. Também em vias de instalação está uma unidade germinadora de sementes de dendê, no Núcleo Colonial de Guamá.

Está sendo realizada, no Piauí, a transferência de famílias excedentes em mão-de-obra da lavoura canavieira de Pernambuco para o Núcleo Colonial de Gurguêia, através do sistema de Migração Dirigida. Em Gurguêia, os novos colonos receberão do INDA um lote residencial, com casa própria, um lote para cultura de extensão que varia de 20 a 30 ha e um lote irrigável de 5 ha. Já foi iniciada a plantação de arroz, de feijão e de mandioca. Enquanto os colonos aguardam os resultados de suas lavouras, o INDA lhes oferece trabalho remunerado e gêneros alimentícios.

Em cooperação com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas concluíram-se estudos, no Ceará, para a reconstrução de duas barragens de terra, no Núcleo Colonial Pio XII, já com a concorrência pública realizada para início dos trabalhos.

Um convênio com o Governo de Pernambuco e com a Companhia de Economia Mista de Revenda e Colonização permitirá a implantação de três núcleos coloniais na zona da mata e de um outro na zona sertaneja do Rio São Francisco, no valor de Cr\$ 2.600.000, pôr três anos, contando-se com a participação do IBRA em Cr\$ 1.200.000. Para o prosseguimento dos trabalhos no Núcleo Colonial de Petrolândia, já existe em preparo um anteprojeto de convênio com a Comissão do Vale do São Francisco e com a SUDENE. Esta última deverá inverter a importância de Cr\$ 600.000.000 na produção de sementes selecionadas de

milho e algodão. Também foi assinado um convênio com a Campanha Nacional da Merenda Escolar para o fornecimento, às escolas dos núcleos e dos sindicatos rurais, de alimentação básica.

Cinco projetos de colonização, na Bahia, estão em fase adiantada. A produção de mudas de dendê, no Núcleo de Ituberá, será orientada pelo Instituto de Óleos, do Ministério da Agricultura, por se tratar de área adequada à produção do referido óleo. Também foi acelerada a entrega dos títulos definitivos aos colonos do Núcleo Colonial de Jaguaquara, para a sua emancipação logo no início de 1966.

Na baixada fluminense encontra-se em fase de conclusão o preparo dos títulos de propriedade dos ocupantes dos lotes urbanos e rurais. Os sete núcleos coloniais da referida baixada foram transferidos para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, em virtude de aquela área haver sido considerada prioritária no desenvolvimento da Reforma.

No Paraná, foi iniciada a implantação do Núcleo Colonial de Andradas, cuja estrada tronco está sendo construída, procedendo-se, agora, à instalação da sede em área adequada. Cooperam com o INDA, nesse trabalho, a Comissão de Faixa de Fronteira e a 5ª Região Militar.

Foi aprovado, em Santa Catarina, projeto de colonização de iniciativa privada, com o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina e a Companhia Japonesa de Colonização — JAMIC. Nos núcleos mantidos nesse Estado já é possível proceder-se à entrega definitiva dos títulos de propriedade aos colonos já instalados.

Os núcleos do Rio Grande do Sul tiveram seus problemas jurídicos devidamente equacionados, estando prevista, para os primeiros meses do corrente ano, a entrega definitiva dos títulos de propriedade.

Um projeto de Fundação foi elaborado, em Minas Gerais, com a participação do INDA e do Governo do Estado, para o imediato aproveitamento das terras do Núcleo Colonial de Jaíba, para a colonização planejada.

Trabalhou-se ativamente na regulamentação da distribuição de terras no Núcleo Colonial de Ceres, em Goiás — estando programada a colonização nesse núcleo pela iniciativa privada.

Foi firmado, em Mato Grosso, convênio para instalar uma hospedaria em Chapada dos Guimarães, às margens do Rio Verde, a fim de receber futuros colonos, para o desenvolvimento de uma área aproximada de 150.000 ha. Em Dourados, foram entregues 514 títulos de propriedade de lotes rurais, enquanto mais 800 estão em processamento. Nesse mesmo núcleo intensificou-se o trabalho de demarcação dos lotes urbanos de Vila Brasil, havendo sido aprovado projeto de colonização de iniciativa privada apresentado pela Companhia Brasileira de Colonização.

O Departamento de Colonização do INDA vem mantendo estudos conjuntos com a Comissão Especial de Faixa de Fronteiras para a elaboração de projetos de colonização em Tabatinga, na fronteira do Amazonas com o Peru e a Colômbia, bem como para uma cooperação da Autarquia nos Núcleos Coloniais de Clevelandia, no Amapá, e Príncipe da Beira, no território de Rondônia.

Reforma Habitacional, Lei do Inquilinato, Lei das Incorporações Imobiliárias e Lei de Estímulos à Construção Civil

Um dos mais graves problemas sociais que o Governo se viu obrigado a enfrentar foi o da escassez habitacional, dramaticamente exposta na proliferação de favelas e moradias antiigiênicas. Estima-se que o *deficit* habitacional atualmente corresponde a 7 milhões de unidades, ou seja às necessidades da metade da população brasileira. O crescimento demográfico explosivo e o baixo nível de renda real *per capita* obviamente contribuíram para a acumulação desse *deficit*. Todavia, a maior responsabilidade coube à falta de adaptação da nossa legislação à conjuntura inflacionária. Com efeito, a inflação e as limitações da taxa de juros atrofiaram a oferta de financiamentos a longo prazo para a compra de habitações, confinando-a virtualmente a uma oferta restrita a instituições oficiais; dessarte, a casa própria tornou-se o privilégio daqueles que eram bastante abastados para poder pagá-la à vista, ou quase

à vista, ou então daqueles que conseguiram acesso às escassas fontes oficiais de crédito. Ao mesmo tempo, a Lei do Inquilinato, congelando ou semicongelando os aluguéis nominais numa conjuntura inflacionária, desestimulou severamente a compra de imóveis para locação residencial; com a escassez da oferta, tornaram-se insuportavelmente altos os novos aluguéis, ao mesmo tempo em que os antigos inquilinos pagavam preços irrisórios por suas habitações.

Diante desse quadro, viu-se o Governo obrigado a reformular as leis relacionadas com o problema habitacional, a fim de restaurar o interesse do setor privado nesse campo. A primeira reforma, nesse sentido, foi a do Sistema Financeiro Habitacional, através da Lei 4.380. Visou primordialmente esse texto dar condições realistas aos financiamentos em habitações populares, através da cláusula de correção monetária das prestações e saldos devedores, de modo a atrair poupanças privadas para o suprimento de tais financiamentos, e de modo a eliminar as características de subsídio que a inflação conferia aos empréstimos a longo prazo. As entidades financiadoras governamentais, antes descoordenadas em planos dispersos, passam agora a funcionar sob o comando unitário do Banco Nacional de Habitação. E a rede de financiamentos, antes imobilizada pela inadequação de nossas leis, pode agora despontar promissoramente com as Cooperativas, Sociedades de Crédito Imobiliário e Fundações Habitacionais. Com o auxílio do Banco Nacional de Habitação, mas principalmente pelo seu esforço próprio, essas entidades privadas deverão suprir os recursos necessários ao financiamento em larga escala da casa própria.

Ao mesmo tempo, tratou o Governo de reformular a Lei do Inquilinato de modo a restaurar o interesse privado pela compra de imóveis para locação. O problema habitacional não se resolve apenas pela casa própria, que de alguma forma representa a radicação definitiva da família a um determinado local, mas exige também a normalização do mercado de aluguéis. Esse mercado havia sido profundamente distorcido pelo congelamento nominal dos aluguéis, congelamento cujo mais grave resultado foi o de atrofiar a oferta de imóveis para locação. Assistia-se, em consequência, às mais incríveis discrepâncias nos preços de locação: os aluguéis novos

exorbitantes, pela escassez de oferta, e pela expectativa de futuro congelamento; os aluguéis antigos irrisórios, pelo efeito da inflação progressiva. A solução adotada pelo Governo foi, mais uma vez, a de trazer o mercado à realidade dos preços. Os novos aluguéis ficarão sujeitos à correção monetária, sempre que houver aumento do salário-mínimo. Os aluguéis antigos serão progressivamente atualizados por uma fórmula de transição, suave para o inquilino, mas que promoverá o ajuste definitivo à realidade ao fim de dez anos.

Ao mesmo tempo, cuidou o Governo de instituir determinadas exigências ao Condomínio em edificações e às Incorporações Imobiliárias. Como é notório, a falta de um texto disciplinador das incorporações havia conduzido à proliferação de uma série de abusos que lesavam a boa-fé e a economia popular. O novo texto, submetendo as Incorporações a uma disciplina adequada, coibirá tais abusos, tornando as inversões imobiliárias mais garantidas para os que nela aplicarem suas poupanças.

Esse conjunto de diplomas legais — a Lei de Estruturação do Sistema Financeiro Habitacional, a nova Lei do Inquilinato, a Lei das Incorporações Imobiliárias e a Lei de Incentivos à Construção Civil — lançou as bases para solução do grave problema do *deficit* residencial. A magnitude do *deficit* impossibilita qualquer solução a prazo curto, mas os primeiros sintomas já se afiguram animadores. Vale acrescentar que o programa habitacional, além de solucionar grave problema social, servirá colateralmente como extraordinária fonte de empregos no setor secundário. A indústria de construção civil, como é do conhecimento geral, emprega alta quantidade de mão-de-obra por unidade de capital — e sobretudo de mão-de-obra não qualificada, fator entre nós superabundante. Isto é especialmente desejável nas atuais condições, dadas as dificuldades de emprego no setor urbano.

O projeto de lei já aprovado pelo Congresso, contendo incentivos à indústria de construção civil, procurou eliminar certos entraves, associados a pontos específicos da legislação acima citada e que impediram se obtivessem resultados a curto prazo no tocante à reativação daquele setor. Ficou o Banco Central autorizado a

permitir que se transformem as sociedades de crédito e financiamento em sociedades de crédito imobiliário, ou criem carteiras especializadas para este ramo de atividade. Ampliou-se a gama dos investimentos legais utilizados pelas Caixas Econômicas, no financiamento de projetos de iniciativa privada. Objetivou-se, por outro lado, ampliar o raio de ação do benefício de correção monetária nos contratos imobiliários, de modo a atingir a faixa da classe média.

Reforma Bancária

A Lei Bancária aprovada em fins de 1964 estabeleceu a adequada transição para um sistema monetário ordenado. A SUMOC é transformada em Banco Central, tomando as atribuições de Banco Emissor e Controlador da Política Monetária. Criou-se o Conselho Monetário, com vários de seus membros dotados de mandato fixo e, assim, desvinculados de quaisquer injunções políticas. Do mesmo modo, as Instituições Financeiras Privadas, Bancos e Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos ficam sujeitos a uma disciplina mais adequada e que coibirá quaisquer abusos no mercado monetário. O crédito rural, em particular, está sendo coordenado e racionalizado sob a ação do Conselho Monetário Nacional.

O ano de 1965 assistiu à implantação do Banco Central e do Conselho Monetário. É fora de dúvida que as modificações institucionais introduzidas tiveram particular significação na melhor coordenação e mais pronta execução da política monetária.

O Mercado de Capitais

A Lei 4.278/65 visa a reorganizar o mercado financeiro e o mercado de capitais, ambos fortemente deturpados pelas repercussões inflacionárias. A inflação não somente provocou nefastas alterações no que deveria ser mantido, como impediu que evoluísse o que deveria ser modificado.

De um lado, definiu-se a autoridade do Conselho Monetário, como disciplinador dos mercados financeiro e de capitais, e do Banco Central, como órgão fiscalizador. Regulou-se o acesso das empresas àqueles mesmos mercados.

De outro lado, permitiu-se a correção monetária de debêntures e outros títulos mobiliários, assim como de depósitos a prazo.

Entre muitas outras medidas de maior significação, disciplinou-se a criação de bancos de investimento privado e instituíram-se as ações e obrigações endossáveis, assim como as debêntures conversíveis em ações.

Da maior importância, seja do ponto de vista da política de combate à inflação como da de desenvolvimento econômico, foi a aprovação da lei que regula os dissídios coletivos (Lei 4.725/65). A política salarial, já definida no Programa de Ação, e agora convertida em lei, assegura a manutenção do salário real dos trabalhadores, permitindo sua elevação na proporção do aumento de produtividade. Isso significa, de um lado, que o poder aquisitivo médio dos assalariados não se reduzirá, mesmo durante a fase de contenção da inflação, e de outro lado, que os frutos do desenvolvimento serão imediatamente partilhados pelos trabalhadores na mesma proporção em que se eleva a eficiência do sistema econômico.

Reforma da Legislação

Foram elaborados no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, entre outros, o Anteprojeto de Lei que regula a ação popular prevista no art. 141, § 38 da Constituição Federal. O diploma legal em apreço veio concretizar o aceno consignado na Carta Magna para o espírito público e a vigilância dos cidadãos em geral, a fim de estarem presentes no andamento dos negócios públicos e contribuirem com sua iniciativa para a solução dos assuntos administrativos, disciplinando o processo instituído e que, em substância, constitui a chamada "ação popular".

Também de iniciativa dessa Secretaria de Estado foram os Anteprojeto do Código Eleitoral e do Estatuto dos Partidos Políticos, com a colaboração do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral.

A Emenda Constitucional n.º 14 que, ao modificar dispositivos constitucionais, permitiu à lei ordinária determinar casos de inelegibilidade, além dos que se enumeram na Carta Magna, constituiu-se em mais uma das providências adotadas pelo Governo Federal para escoimar do processo eleitoral os vícios e as deformações que comprometiam a genuína manifestação da vontade do corpo eleitoral, fonte do sistema representativo. Coube a essa Pasta a elaboração do Anteprojeto do texto legal em referência, transformado na chamada Lei das Inelegibilidades.

Cumpre, outrossim, destacar o Anteprojeto da Emenda Constitucional n.º 16, que versa sobre a Reforma do Poder Judiciário da União, com a finalidade de debelar, ou pelo menos, de minorar as causas principais da chamada crise das pautas de julgamento, caracterizada pelo acúmulo de processos a exigir decisão dos Tribunais Superiores. A tônica dessa reforma consistiu na restauração da Justiça Federal de Primeira Instância, prevista no Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, cuja competência ficou desde logo traçada, e no aumento do número dos juizes do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos e do Tribunal Superior Militar.

No plano das reformas da legislação, merece destaque a atuação do Ministério da Justiça na reformulação e atualização do direito positivo brasileiro, obra a que foi chamado a intervir para o fim de dotar o País de um ordenamento jurídico capaz de atender às exigências de seu desenvolvimento econômico e social. Dentro da sistemática adotada pelo Decreto n.º 1.490, de 8 de novembro de 1962, foram encaminhados ao Congresso Nacional, após a devida revisão, os Anteprojetos de Código Civil e de Código das Obrigações. Também em pleno funcionamento estão as Comissões Revisoras dos Anteprojetos de Código Penal e Código Penal Militar. Para o ano em curso está prevista a instalação dos trabalhos das comissões revisoras de outros anteprojetos, para o fim de encaminhamento no mais breve tempo ao Parlamento Nacional.

É oportuno ressaltar, finalmente, que aquêlê Ministério prossegue nos estudos tendentes à elaboração do Projeto de Lei que

consubstancia o "Estatuto do Estrangeiro", trabalho de grande envergadura, mediante o qual está sendo revista e consolidada toda a legislação sobre alienígenas, adaptando-a à atual realidade brasileira.

A DEMOCRATIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES

Em momento algum o Governo da Revolução preteriu seu compromisso de reforma. Não só reformas políticas e econômicas mas, sobretudo, as sociais.

Disciplinar o número dos partidos políticos, reduzir despesas de consumo, vincular futuras escalas salariais à produtividade não bastam para tranqüilizar o Governo de suas responsabilidades para com o bem-estar coletivo, se as reformas sociais destinadas a elevar o padrão de vida das massas menos favorecidas não se concretizarem.

Educação, terra e habitação acessíveis à grande maioria é tarefa que se nos impõe. Restaurar a democratização das oportunidades ou torná-la realidade significa, no setor educação, rever-lhe, de início, o sistema de financiamento. Num País demograficamente jovem como é o nosso, não faz sentido a generalização da instrução universitária gratuita, independente do nível de renda das famílias, e a educação secundária insuficiente, representando verdadeiro ponto de estrangulamento do sistema. Cabe também, dentro do Ensino Médio, dispensar particular cuidado aos problemas que impedem o maior desenvolvimento dos cursos de caráter técnico-vocacional, para futuro aproveitamento na indústria e agricultura.

Enfim, contribuir para o aproveitamento do idealismo e energia da juventude, incluindo-a num movimento de democratização das oportunidades, a fim de que os jovens se apliquem a tarefas concretas de melhorar o que lhes está vizinho, como forma de aperfeiçoar a sua formação democrática.

Promover a justa distribuição da propriedade da terra, modificando-se a estrutura agrária, torna-se imperativo ante os anseios de reforma e justiça social. Já é tempo de se permitir a esperança pela posse da terra a assalariados, parceiros, arrendatários e pos-

seiros que, nos Governos anteriores, não vislumbravam qualquer possibilidade. Impossibilitado de acesso à terra própria, o trabalhador rural não cria para si condições de melhoria de produtividade nem mesmo pode exigir facilidades de crédito ou de assistência técnica.

Em obediência à sua própria dinâmica, a Reforma Agrária brasileira houve por bem modificar um organismo anteriormente existente — a SUPRA —, responsável maior pela inquietação no meio rural. Assim sendo, criou-se o IBRA — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária —, diretamente subordinado ao Presidente da República. O IBRA está empenhado, neste momento, em dar prosseguimento ao cadastramento das propriedades rurais, providência das mais importantes na Reforma Agrária.

Ao invés de transferir a propriedade da terra para o Estado e eliminar a liberdade de iniciativa do trabalhador do campo — simples usuário da terra na solução socialista para o problema — a nova Reforma Agrária brasileira baseia-se no estímulo à propriedade privada, no direito do agricultor proprietário aos frutos de seu trabalho e ao aumento da produtividade.

O zoneamento e o cadastro serão usados como valiosos elementos de regionalização, considerando as características locais, regionais ou de zonas. O cadastro tende a ser um dos mais valiosos elementos com que contará o Governo para a implantação da Reforma e seus dados servirão de base para a tributação estadual sobre a terra e para a desapropriação pelo Governo Federal, quando necessária.

A melhoria do acesso à habitação necessita ser posta em prática, não por simples consideração humanitária, mas pela oportunidade que proporciona de novos empregos, de maior produtividade urbana e agrária, e até de estabilidade social.

Ultravalorizados os terrenos e edifícios, mercê da associação de inflação com o congelamento de aluguéis, as classes menos favorecidas foram marginalizadas no mercado imobiliário, incapazes de concorrer à compra de lotes e à construção de casas em razão dos altos custos atingidos e da carência de financiamento. Em síntese, o problema da insuficiência de habitação popular é de

natureza nitidamente financeira, pois os adquirentes de casas populares não dispõem de recursos para pagá-las à vista ou a curto prazo.

Para solução do problema, o Governo criou o Banco Nacional de Habitação, sob a jurisdição do Ministério da Fazenda; seu capital é integralizado com a contribuição de 1% sobre as fôlhas de pagamento das empresas sujeitas a desconto para Institutos de Aposentadoria e Pensões. Além de sua versatilidade operacional, o Banco Nacional de Habitação está autorizado a tomar empréstimos do exterior e nacionais, de grande vulto.

O Governo não subestima a magnitude do problema habitacional, que assume aspectos dramáticos nas áreas urbanas. Objetivamente, vem desenvolvendo um grande esforço no sentido de criar as condições para, não apenas através de sua ação direta como também mediante a ativação do setor privado, criar um sistema capaz de financiar a construção de residências em larga escala.

EDUCAÇÃO, SAÚDE, PREVIDÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

EDUCAÇÃO

O sistema educacional brasileiro, que deveria servir como vigoroso instrumento de progresso, foi encontrado pelo atual Governo em situação delicada, sujeito que estava a um processo de deterioração progressiva. Estruturado com graves defeitos qualitativos, submetido a baixos padrões de eficiência, não atendendo aos princípios democráticos de justiça social, o ensino brasileiro transformara-se em óbice, ao invés de atuar como alavanca de desenvolvimento econômico e social.

Após o trabalho saneador de 1964, o Governo Federal buscou, em 1965, consolidar sua decisiva ação de aperfeiçoamento da vida educacional brasileira, sem ignorar que é longo o caminho a percorrer.

No ensino primário a apuração do Censo Escolar permitiu a tomada de consciência de alguns dos problemas que o afligem e, conseqüentemente, o equacionamento das soluções respectivas, dentro de um planejamento cuidadoso, destituído de primarismos. Considerando os elevados índices de deserção e reprovação no ensino primário brasileiro, que ostenta baixos índices de produtividade, prosseguiu-se, em ritmo acelerado, com os programas de treinamento de administradores escolares e aperfeiçoamento intensivo de professores leigos, iniciados em 1964. Dentro desses programas, foram formados mais de quinhentos supervisores e promovidos cerca de uma centena de cursos, interessando a 12.600 mestres sem especialização pedagógica, provenientes de todas as unidades da Federação. A Comissão Nacional de Alimentação Escolar, agindo igualmente no sentido de dar melhores condições de aproveitamento à população brasileira, ampliou suas atividades, atendendo a mais de 7 milhões de crianças.

No ensino médio, verificou-se em 1965 um auspicioso aumento de atendimento em relação ao constatado em 1964: de 1.890.000 estudantes a população de ensino médio brasileiro passou a 2.500.000, aumentando de 14 %. Deve-se enfatizar que foram exatamente as modalidades de maior importância estratégica para o desenvolvimento nacional que mais cresceram, ou seja, os ramos normal (26 %), agrícola (25 %) e industrial (15 %). A implantação dos ginásios orientados para o trabalho e do centro para treinamento dos professores respectivos; a realização de pesquisas sobre currículos e corpo docente do ensino secundário; o treinamento e capacitação profissional de professores e administradores de escolas médias; a inspeção das escolas industriais vinculadas ao sistema federal de ensino e o prosseguimento da formação intensiva de mão-de-obra industrial; o aperfeiçoamento do ensino comercial através dos centros, missões técnico-pedagógicas e seminários de estudos — foram algumas das importantes realizações do Governo Federal nesse setor.

No ensino superior verificou-se, igualmente, ponderável incremento das matrículas: de 142 mil alunos no início de 1964, atingiu-se a cifra de 156 mil estudantes de nível superior em 1965, com o acréscimo, portanto, de 10 % em relação ao total anterior.

A regulamentação do conteúdo mínimo e duração dos currículos do ensino superior; o incentivo à pesquisa nas Universidades; a elaboração e aprovação do Estatuto do Magistério; a realização de estudos para o dimensionamento adequado das modalidades de ensino superior, que mais interessam ao desenvolvimento do País e ao bem-estar do Povo; a ampliação dos auxílios para os alunos de cursos de pós-graduação e a diversificação destes, cristalizaram-se em medidas concretas, há muito reclamadas pela educação brasileira.

Em 1966, o Governo Federal encontrará a solução para alguns dos inúmeros obstáculos antepostos ao pleno desenvolvimento da estrutura de ensino do País.

No nível primário prosseguirão os trabalhos de assistência aos professores e educandos, de modo a propiciar aumento da eficiência do sistema, que será também ampliado, de modo que sejam reduzidos os *deficits* de escolarização ainda persistentes e elevados em certas regiões do País. Ao ensino médio dar-se-á especial relevância, pois este nível educacional se vem constituindo em sério obstáculo ao processo de democratização de oportunidades e em ponto de estrangulamento ao suprimento de técnicos agrícolas e industriais indispensáveis ao crescimento econômico nacional; o ponto de partida para a ação de aperfeiçoamento do ensino médio será a implantação de um programa especial de bolsas de estudo para os filhos de trabalhadores sindicalizados, original em todos os sentidos e que dará novas dimensões à educação e ao sindicalismo no País. Ainda no ensino médio proceder-se-á ao treinamento e capacitação de 3.500 professores e instalar-se-á um centro para formação de docentes especializados para as escolas comerciais. No ensino superior, um trabalho permanente de assistência aos estabelecimentos será realizado; a extinção da gratuidade no ensino superior federal, *para os que dispõem de recursos para arcar com os ônus respectivos*, permitirá o desenvolvimento de uma ação supletiva do Governo Federal mais intensa no ensino médio; além disso, prosseguirão as pesquisas e estudos visando a definir a problemática do ensino superior brasileiro.

No campo cultural, o Governo continuará exercendo sua função de promoção e estímulo, de modo a permitir ao povo brasileiro um acesso cada vez mais amplo às diversas manifestações da arte e da cultura, objetivo social dos mais relevantes.

SAÚDE E SANEAMENTO

Históricamente, a iniciativa privada, em nosso meio, teve precedência na ação social organizada para cuidar dos problemas de saúde. Modernamente, as crescentes exigências do povo brasileiro e as inúmeras conseqüências advindas do substancial progresso da medicina, mostraram-se muito acima da capacidade de adaptação de nossas organizações particulares para enfrentá-las.

Como conseqüência, o Governo Federal se vê compelido a arcar com os grandes ônus da organização social para proteção e recuperação da saúde, em apoio aos esforços da iniciativa privada e das administrações estaduais e municipais.

Nesse sentido, o objetivo primordial é representado pelo aumento de eficiência das instituições de saúde já em funcionamento no País, para que o considerável acervo de conhecimentos científicos e recursos tecnológicos, utilizados em larga escala, possa elevar o nível de saúde das coletividades brasileiras.

Erradicação da Malária

A Campanha de Erradicação realizou, em 1965, as seguintes etapas de expansão:

Fase de consolidação: Áreas parciais dos Estados do Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Paraná.

Fase de ataque: Totalidade da área malarígena dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Espírito Santo e o Território de Roraima. Área parcial dos Estados de Minas Gerais, Pará, Amazonas (Vale do Rio Negro) e áreas de fronteira com países limítrofes em fase de consolidação.

Fase preparatória: Região Amazônica e Estados do Maranhão, Piauí, Goiás e Mato Grosso.

A Campanha de Erradicação da Malária foi reestruturada pela Lei n.º 4.709, de 28 de junho de 1965, que lhe assegurou a utilização de recursos financeiros em tempo útil e maior flexibilidade operacional.

Apesar dos graves transtornos causados pelo aparecimento, em forma epidêmica, de uma cêpa de *P. falciparum*, resistente ao tratamento usual, o sucesso da Campanha pode ser expressado pela queda do percentual de positividade, que, de 16 %, em 1961, passou para 8,8 % em 1964, e 6,5 %, em 1965.

Em 1966, serão intensificados os trabalhos de busca ativa e passiva de casos de malária, prevendo-se o exame de 2.600.000 lâminas de sangue; quanto ao programa de dedetização, o objetivo, para o ano em aprêço, é de 5.500.000 borrificações domiciliares.

Erradicação da Variola

A Campanha Nacional contra a Variola, abrangendo 16 Unidades da Federação, realizou cêrca de 22 milhões de vacinações, até o fim de 1965. Neste ano, foram notificados 1.286 casos, em confronto com 1.889, em 1964.

Em 1966, estima-se que sejam vacinadas 20 milhões de pessoas em 12 Unidades da Federação, com o término dos trabalhos nas regiões Norte e Nordeste do País.

Contrôle da Doença de Chagas

A campanha para o contrôle da doença de Chagas — endemia altamente prevalente em largas áreas rurais que se acham em forte expansão demográfica por migração interna — expurgou, em 1965, cêrca de 900.000 casas.

Em 1966, a ampliação do programa de contrôle da referida endemia prevê o expurgo de 1.200.000 prédios.

Contrôle da Tuberculose

A tuberculose continua sendo um dos mais importantes problemas de saúde do País. Para seu controle, o Governo Federal vem desenvolvendo, há muitos anos, uma campanha de âmbito nacional, por meio da qual, em 1965, prestou auxílio técnico e financeiro a 196 dispensários, dos quais 78 localizados nas capitais e 118 no interior dos Estados; manteve, total ou parcialmente, cerca de 26.000 leitos para tuberculosos, dos quais 16.000 em sanatórios e hospitais localizados nas capitais, e 10.000 no interior; deu prosseguimento às obras dos sanatórios em construção em Porto Alegre, Londrina, Salvador e Cuiabá e à instalação do sanatório de Natal; realizou cursos de aperfeiçoamento para médicos, técnicos e auxiliares.

Em 1966, além de dar prosseguimento às atividades em curso, a Campanha procurará ampliar seu campo de atuação, incorporando unidades sanitárias locais na luta contra a tuberculose.

Saneamento do Meio

A atividade prioritária, neste campo, é representada pela construção de sistema de abastecimento d'água.

Em face da insuficiência dos recursos financeiros, efetivamente disponíveis, a expansão desta atividade, prevista para 1965, não pôde ser alcançada. Não obstante, foram concluídos 34 sistemas de abastecimento d'água nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Santa Catarina.

Ao final do ano, o Governo Federal obteve, do Banco Interamericano do Desenvolvimento, um financiamento de 15 milhões de dólares com o qual será possível, em 1966, custear parcialmente a construção de sistemas de abastecimento d'água em 200 comunidades do interior do País, e concluir o projeto da cidade de Salvador.

Treinamento de Pessoal

A Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, mantida pelo Ministério da Saúde, teve ampliadas suas instalações, elevando sua capacidade para 100 alunos do curso de graduação em enfermagem e 100 alunos do curso de auxiliar de enfermagem.

Em 1965, apesar da precariedade de suas instalações, a Escola Nacional de Saúde Pública realizou diversos cursos, nos quais matricularam-se 215 alunos.

Nesse campo, o Governo Federal considerou como prioritária a implantação da Escola Nacional de Saúde Pública, tendo sido, durante o ano, praticamente concluída a construção de seu edifício sede, e terminados os estudos do anteprojeto de lei que institui a Fundação do Ensino de Saúde Pública.

Em convênio com a Repartição Sanitária Panamericana, foram assegurados recursos no montante de 50 mil dólares, destinados à aquisição de equipamento necessário ao início das atividades da Escola na nova sede.

Estudos e Pesquisas Aplicadas

A formulação de uma política federal, no campo da assistência hospitalar, vinha, de há muito, sendo dificultada pelo desconhecimento da verdadeira situação da rede de hospitais existentes no País.

O Censo Hospitalar, instituído pelo Decreto n.º 55.643, de 27 de janeiro de 1965, já em fase de apuração, permitirá uma atuação mais ordenada do Governo Federal neste importante campo da recuperação da saúde.

No campo das pesquisas aplicadas, deve salientar-se a magnitude e a diversidade dos programas de investigação a cargo do Instituto Oswaldo Cruz, do Instituto Evandro Chagas e do Instituto Nacional de Endemias Rurais, de cuja atuação muito depende o aperfeiçoamento das campanhas profiláticas em curso no País.

Drogas e Produtos Profiláticos

O investimento feito em 1965, para ampliação da Fábrica de Produtos Profiláticos do Ministério da Saúde, decuplicou sua capacidade de produção, de modo a atender a expansão, entre outros, dos programas de combate às verminoses, tracoma, lepra e filariose.

Para assegurar o sucesso da Campanha Nacional contra a Varíola, o Instituto Oswaldo Cruz aumentou sua produção de vacina de 22 milhões em 1964, para 37 milhões de doses, em 1965.

No que se refere à produção de outras vacinas, cumpre assinalar que o Instituto fabricou cerca de 6 milhões de doses da vacina anti-amarílica, das quais quase 1 milhão foram enviadas para o exterior.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Já de longa data vem a Previdência Social brasileira ressentindo-se dos males decorrentes de uma legislação esparsa e tumultuária. As próprias bases técnicas do regime não lograram manter-se incólumes no curso do tempo, acentuando-se cada vez mais a disparidade entre os vultosos compromissos assumidos pelo sistema previdenciário e os recursos financeiros postos à sua disposição, não obstante serem relativamente elevadas as taxas de contribuição vigentes. A acumulação da dívida da União e de parte dos empregadores, complementada pela ínfima rentabilidade de suas reservas, muito concorreram para conduzir o sistema previdenciário à situação encontrada pelo atual Governo.

É bem verdade que sensíveis progressos foram realizados nesse setor, com a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social, graças sobretudo à uniformização dos planos de benefícios, dos direitos e deveres dos segurados em geral. Mas, ainda assim, é notória a deficiência de seu funcionamento. Tendo o seguro social brasileiro nascido em torno das grandes empresas, por intermédio das Caixas de Aposentadoria e Pensões, somente mais tarde é que se criaram condições sociais e econômicas para o aparecimento dos atuais Institutos, entidades que passaram a abran-

ger, em âmbito nacional, os componentes de determinada profissão, ou de um conjunto de profissões conexas. Faltou, todavia, a esse movimento renovador a continuidade necessária, afigurando-se já agora desatualizadas as estruturas existentes, apoiadas no sistema pluralístico de instituições, à base de categorias profissionais.

A despeito desses e de outros entraves de ordem administrativa que ainda não puderam ser removidos inteiramente, deu-se prosseguimento à tarefa de saneamento das finanças, iniciada em 1964, podendo-se afirmar que se manteve em bom ritmo, durante o ano de 1965, a recuperação econômica e financeira das instituições que integram o sistema.

Vale assinalar, a respeito, o auxílio que a Previdência Social prestou no ano findo a alguns setores da Economia, participando inclusive com seus recursos para o financiamento de bens de consumo durável.

Muitos dos principais defeitos funcionais que prevaleciam nas instituições de previdência social, já mencionados na Mensagem anterior, foram minorados ou inteiramente sanados, através de uma série de providências, dentre as quais destacam-se as seguintes:

a) descentralização, ainda não concluída, da arrecadação de contribuições e do pagamento de benefícios aos segurados por meio da utilização da rede de estabelecimentos bancários em todo o País;

b) racionalização de recolhimento das contribuições, inclusive as de terceiros, mediante a adoção de uma taxa única, incidente sobre o salário-de-contribuição;

c) emprêgo de modernos processos de computação eletrônica, com vistas à redução da sobrecarga administrativa;

d) instituição, embora em moldes muito modestos, da cobertura do risco de desemprego, com a criação do Fundo de Assistência ao Desempregado;

e) extensão da assistência médica ao trabalhador rural, ainda em escala muito reduzida, a começar pela assistência à maternidade, e nos casos de urgência, na proporção da arrecadação da taxa de previdência social rural;

f) celebração de acórdos com empresas, atribuindo-se a estas a prestação de assistência médica a seus empregados e o pagamento de benefícios, ambos por conta da previdência social;

g) ampliação da rede de assistência médica, através da criação e remodelação dos Postos do SAMDU e hospitais dos IAP's e de acórdos com instituições particulares;

h) dinamização das atividades do SAPS.

No campo da assistência médica, intensificaram-se os esforços para inaugurar novos leitos hospitalares, com o acabamento e a instalação dos hospitais de Fortaleza, Salvador e São Paulo. Outros, como o de Goiás, serão instalados e postos a funcionar em 1966.

Vale destacar, ainda no campo das realizações, que se iniciou em 1965 a venda dos imóveis da Previdência Social, operação que atenderá simultaneamente, a três fins básicos:

a) o de proporcionar a constituição de um patrimônio em favor dos adquirentes e em condições acessíveis de aquisição;

b) o de carrear recursos para o sistema financeiro do Plano Nacional de Habitação;

c) o de retirar das instituições de previdência a sobrecarga administrativa que esse patrimônio imobiliário acarreta, sem proporcionar, em contrapartida, receita equivalente.

Outro aspecto digno de registro refere-se à participação da União Federal no custeio da previdência. Em 1965, a arrecadação das taxas que constituem a denominada «quota de previdência» atingiu a cerca de 115 bilhões de cruzeiros. De seu turno, o Tesouro Nacional transferiu 43 bilhões e 800 milhões de cruzeiros à conta do Fundo Comum da Previdência, a título de contribuição da União, perfazendo, assim, o total de quase 159 bilhões de cruzeiros, recolhidos à Previdência.

Há que se reconhecer, por outro lado, que a evolução social criando diferentes laços entre patrões e empregados, torna obrigatória a revisão periódica da legislação previdenciária, a fim de

adaptá-la às exigências dos fenômenos sociais, os quais, modificando-se com o tempo, igualmente fazem gerar novos direitos e obrigações.

No que respeita à Previdência Social deve prevalecer a todo momento a preocupação de atualizar. O que já foi feito, no sentido de dotar o País de uma legislação social à altura da necessidade de seu povo, constitui trabalho meritório, mas a excelência da obra não elimina a conveniência de sua revisão periódica.

A criação do Ministério do Trabalho, em 1930, assinalou o início de uma etapa decisiva para o tratamento de nossos problemas sociais, com justa ênfase dada à questão previdenciária. A Lei Orgânica da Previdência Social, promulgada em 1960, representou a consolidação de uma copiosa legislação anterior e uma incorporação ao sistema previdenciário brasileiro de tôdas as inovações surgidas nesse campo.

Cinco anos de funcionamento, entretanto, revelaram as imperfeições da lei e as falhas na execução do sistema, tornando-se imperiosa a sua reformulação. Os benefícios pecuniários, embora reajustados e pagos com pontualidade, exigem dos segurados longa espera nas filas; a assistência médica reclama atendimento mais rápido; a dispersão ou pluralidade de serviços idênticos dificultam o funcionamento; por fim a insuficiência, no interior do País, dos benefícios e serviços outorgados pela Previdência Social ao trabalhador urbano, vem acentuando a descrença na eficiência do sistema.

Por todos esses motivos, impõe-se levar a efeito uma reformulação geral de suas bases orgânicas. Ao que revelam os estudos, produtividade muito maior poderá ser obtida através da unificação dos atuais Institutos, ou melhor, dos serviços previdenciários, já que não parece recomendável a criação de um órgão autônomo que viesse apenas justapor essas entidades, com seus defeitos estruturais e funcionais. A administração deverá inclinar-se no sentido da fusão e integração dos serviços, visando a reduzir os custos operacionais e a melhorar cada vez mais o atendimento das partes.

A unificação dos Institutos, vale a pena ressaltar, não implicará em centralizar a execução dos serviços afetos à Previdência Social. Ao contrário, ela deverá promover um processo de descentralização ainda mais acelerado, coibindo erros como os que hoje se verificam em certas localidades, onde existem médicos prestando serviços em três ou quatro postos, a clientela distintas, não raro atendidas pelos mesmos profissionais.

A unificação significará, isto sim, uma unidade de comando e de orientação técnico-administrativa. Aglutinando-se os órgãos de direção, hoje individualizados em Institutos, maior facilidade encontrará a administração superior na condução nacional da previdência.

Em 1966, portanto, será dada ênfase especial aos estudos de profundidade relativos à unificação da Previdência Social, não apenas através de leis genéricas, mas de atos particulares que efetivamente promovam a integração gradativa dos diversos serviços existentes, partindo da periferia para o centro, até a absorção total dos atuais Institutos de Previdência, a fim de alçar o seguro social à posição que realmente merece e deve ocupar.

HABITAÇÃO

A Situação Habitacional em 1965

O atual Governo encontrou o País vivendo um dramático problema habitacional, dada a recusa dos Governos anteriores em abordá-lo e enfrentá-lo com determinação. Em 1964, foram elaboradas as primeiras Leis, tendo o Banco Nacional de Habitação procurado, no correr de 1965, não somente coordenar a política habitacional, mas também implantar o sistema financeiro indispensável à solução de tão magno problema.

Na primeira fase de seus trabalhos, decorrida em sua maior parte em 1965, voltou-se o BNH para o atendimento às populações de renda mais baixa.

Por esse motivo, foi dada ênfase especial à criação das Companhias de Habitação Popular. Nesse sentido, foram assinados

convênios com 17 daquelas Companhias, em 9 Estados e 8 Municípios, envolvendo um valor global de Cr\$ 41 bilhões, dos quais já foram comprometidos Cr\$ 20 bilhões na construção de 38.616 unidades residenciais.

Foram constituídas também 27 Cooperativas de Habitação, destinadas a atender à população com relativamente mais alta capacidade de renda. Destas, 5 dispuseram de recursos do BNH da ordem de Cr\$ 2.410 milhões para construção de 22.249 unidades habitacionais distribuídas na Guanabara, Recife, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás.

A instauração de um sistema bancário de âmbito nacional, exigindo novos instrumentos de ação, demanda naturalmente algum tempo, não só para a estruturação dos meios de aplicação, como ainda para estabelecer os métodos e processamentos de recolhimento de sua receita. Não obstante as dificuldades iniciais, ainda assim a Receita do BNH atingiu, em 1965, a Cr\$ 58.511 milhões através das seguintes parcelas:

a) Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), por conta do capital de Cr\$ 1.000.000.000 (hum bilhão de cruzeiros), criado por crédito pela Lei n.º 4.380/64, a ser integralizado pela União;

b) Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros) do Art. 1.º do Decreto n.º 55.242/64;

c) Cr\$ 50.000.000.000 (cinqüenta bilhões de cruzeiros) Art. 22 da Lei n.º 4.380/64;

d) Cr\$ 411.000.000 (quatrocentos e onze milhões de cruzeiros) — juros bancários;

e) Cr\$ 7.500.000.000 (sete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) Lei 4.494/64 (Letras Imobiliárias).

Sumário dos Principais Programas e Projetos para 1966

O Orçamento do BNH para o ano corrente prevê uma Receita de Cr\$ 144.530 milhões e uma Despesa de Custeio de

Cr\$ 26.394 milhões, deixando assim um saldo de Cr\$ 118.136 milhões — que serão investidos no setor habitacional.

Se cotejarmos os recursos disponíveis com a magnitude da tarefa atribuída ao Banco, em todo o País, é bem de ver-se a flagrante desproporção entre os meios e as necessidades. Daí porque se considera tarefa urgente a de captar recursos extra-orçamentários, visando estabelecer o sistema financeiro da habitação. Nesse sentido, pretende o BNH, em 1966, atrair para as inversões no setor da construção residencial substanciais recursos disponíveis, principalmente da poupança privada. Não têm sido poupados esforços para encontrar os recursos necessários assim como para incentivar o investimento do setor privado em novas construções.

A lei de mercado de capitais, a lei de estímulos à construção civil e a reforma da lei do imposto de renda vieram acrescentar novos e decididos estímulos aos investimentos no setor da habitação, como isenção do imposto de renda e do imposto do sêlo para as letras imobiliárias, como para tôdas as operações do sistema habitacional e ainda para os contratos externos obtidos de entidades não lucrativas do exterior para aplicação em construções populares no País.

Dentro dessa política, o Govêrno vem procurando:

a) Dar garantias ao investidor em imóveis, o que foi feito pela liberação dos aluguéis dos prédios construídos a partir de 30 de novembro de 1965 e pela aplicabilidade dos índices de correção monetária a todos os aluguéis;

b) criar os instrumentos necessários para canalizar a poupança privada para investimentos imobiliários, através das Letras Imobiliárias de subscrição voluntária, dos depósitos corrigidos nas Caixas Econômicas e da criação das Sociedades de Crédito Imobiliário.

A essa última tarefa — a de criar os instrumentos de captação e canalização da poupança privada para o setor habitacional — foi atribuída pela nova administração do Banco uma prioridade absoluta, já havendo sido apresentadas às autoridades monetárias as normas essenciais ao funcionamento do sistema.

O Banco Nacional de Habitação, já neste ano, fixou os critérios definitivos para a correção monetária das operações realizadas de acordo com o Plano Nacional da Habitação. Este ato, que faltava, é indispensável como ponto de partida para a definição de todos os demais.

Aprovou, também, por seu Conselho de Administração, os atos normativos da criação de Letras Imobiliárias de subscrição voluntária e obrigatória, de criação de Sociedades de Crédito Imobiliário, de constituição do sistema de empréstimos e poupanças («Savings and loans»), e de aprovação de depósitos bancários corrigidos, aplicáveis ao setor habitacional.

Dois projetos específicos estão sendo ultimados com a urgência possível. Um refere-se à obtenção de empréstimo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de 10 milhões de dólares, que serão aplicados principalmente no financiamento às obras das cooperativas, que serão aceleradas de acordo com os estudos elaborados pelo BNH, com o auxílio de missão do BID chegada ao Brasil no fim de janeiro passado.

Pretende, ainda, o Banco desenvolver em 1966 um programa de aplicações de irrecusável importância econômica, como social: estabelecer um sistema de construção de residências através de sindicatos operários, para aquisição pelos próprios sindicalizados. Constituiriam os sindicatos cooperativas habitacionais que se encarregariam da montagem e execução dos respectivos programas de construção, dentro de suas áreas de atuação. Ao Banco caberá o papel essencial de coordenar os recursos necessários à execução do plano, inclusive dele participando mediante a atribuição de recursos próprios, e estudando as possibilidades de obter financiamentos para esse fim junto a confederações sindicais estrangeiras.

Conclusões e Observações

Em resumo, o programa do Banco Nacional de Habitação, para o próximo exercício, pode ser sintetizado nos seguintes pontos principais:

a) dar prosseguimento ao programa de construções, através das companhias de habitação popular, que atendam às camadas

menos favorecidas da população, devendo o Banco complementar os recursos já destinados a esse fim, inclusive tentando obtê-los de fontes exteriores;

b) estender o programa de construção através de cooperativas, para atendimento a comunidades onde sua organização represente solução autêntica;

c) incentivar a criação e funcionamento das Sociedades de Crédito Imobiliário, cuja constituição decorra de atos normativos de elaboração do Banco e aprovação do Conselho Monetário Nacional;

d) coordenar o lançamento de Letras Imobiliárias, tanto as de subscrição voluntária como as de subscrição compulsória, estas nos termos da Lei 4.494/64;

e) desenvolver o plano de construção de casas para operários, através de Sindicatos operários;

f) coordenar e estimular o programa de empréstimos e poupanças, nas Caixas Econômicas, em agentes privados, e ainda em bancos particulares, enquanto não se constituem as sociedades especializadas, para aplicação obrigatória no setor imobiliário;

g) estimular a iniciativa privada, no setor imobiliário, destinando-lhe recursos captados por meios não orçamentários, bem como concedendo-lhe avais a financiamentos externos por ela obtidos para a habitação;

h) procurar a melhor maneira de, a prazo curto e visando a um resultado imediato, injetar recursos no setor da construção civil. A esse respeito, é de ser citado o convênio assinado com a Caixa Econômica Estadual de Minas Gerais, ao qual se seguirão outros, com organismos congêneres nos demais Estados, através do qual o BNH financiou, juntamente com aquela Caixa e os particulares interessados, o ativamento das obras de construção paralisadas na cidade de Belo Horizonte.

AS FÔRÇAS ARMADAS

Observando com determinação as diretrizes traçadas na Mensagem ao Congresso Nacional para execução no ano de 1965 na área das Fôrças Armadas, empenhou-se o Govêrno em atingir todos os propósitos ali enumerados, quer reconduzindo aquelas fôrças à sua destinação constitucional e às suas atividades profissionais, quer instituindo as indispensáveis reformas e promovendo a sua integração.

Não padece dúvida que as Fôrças Armadas vinham sofrendo desgaste paulatino em seu prestígio e estrutura nos anos antecedentes à Revolução. De uma parte em razão de deficiências crônicas a que estiveram, e ainda em grande parte estão, sujeitas, no que diz respeito a pessoal e a material, de outra pela deterioração do princípio de autoridade, com reflexos imediatos na observância dos preceitos de subordinação e disciplina, ocasionados principalmente pelo agitado período de tensão política a que foi submetido o País no passado recente.

Promoveu o vitorioso movimento de 31 de março saneadora revolução nos métodos de trabalho e de conceitos nas Fôrças Armadas, passando elas a viver quase dois anos de lutas ininterruptas no restabelecimento dos princípios basilares da sua instituição. Pode-se afirmar que o ano de 1965 foi o marco da retomada daqueles princípios, o ano decisivo da recuperação da hierarquia e da disciplina.

A despeito do inconformismo em algumas áreas, circunscrito a pequenos grupos retrógrados, é lícito afiançar que se caminhou seguramente no sentido da integração dos esforços singulares de cada uma das Fôrças Armadas para fazê-los concorrentes na busca de maior eficiência no campo das atividades militares.

A decisão tomada no princípio do ano em relação ao emprêgo dos meios aéreos nas operações navais, decisão a que se eximiram os governos passados, imposta agora com autoridade e isenção, foi acatada disciplinadamente pela Marinha e pela Aeronáutica. A sua experimentação, coroada pelo sucesso alcançado na Operação UNITAS VI, em que tomaram parte unidades navais e

aéreas de quatro nações americanas, permitiu avaliar o alto grau de adestramento das unidades brasileiras, fato reconhecido entusiasticamente pelas autoridades estrangeiras participantes daquela operação.

O Estado-Maior das Forças Armadas, pela primeira vez desde sua criação, tem por Chefe um Almirante, tudo fazendo o Governo para prestigiar-lhe a ação e vitalizar aquêlo alto órgão de planejamento e coordenação. Assim é, por exemplo, que ao EMFA foi cometido pelo Decreto nº 53.308, de 1965, que criou o Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRAS), o trato de todos os assuntos a êle relativos.

Pelo Decreto Legislativo nº 38, de 20 de maio, o Congresso Nacional autorizara ao Presidente da República a enviar o destacamento brasileiro a São Domingos, em missão de restabelecimento da paz naquela conturbada república, em cooperação com forças de outras nações americanas. A missão envolveu o emprêgo de tropa do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais e no seu transporte tomaram parte aviões e navios de guerra brasileiros, numa nítida conjugação de esforços combinados.

O elevado grau de eficiência demonstrado por essa tropa testemunha a exequibilidade da integração das nossas Forças Armadas, e o perfeito contrôle exercido pelo EMFA diz bem do acêrto do governo em atribuir àquele órgão tal responsabilidade.

No correr de 1965 contribuíram ainda os nossos militares em outras atividades operativas no exterior, cooperando o Brasil com a Organização das Nações Unidas e com a Organização dos Estados Americanos em missões de manutenção da paz fora do nosso território. Por Decreto de 25 de maio, foi posto à disposição da OEA o General de Exército Hugo Panasco Alvim, ora substituído pelo General de Divisão Álvaro Alves da Silva Braga, a fim de exercer o cargo de Comandante da Força Interamericana de Paz na República Dominicana. Do Estado Maior do Comandante da FIP, além de oficiais de outras nacionalidades, fazem parte brasileiros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Por Decreto de 10 de dezembro, foi atendida a solicitação do Secretário Geral da ONU para que oficiais brasileiros participassem

da Comissão de Observadores da linha de frente no conflito entre a Índia e o Paquistão; lá se encontram dez oficiais brasileiros das três Forças Armadas.

Finalmente, na área da cooperação internacional, prosseguiu o Exército Brasileiro em suas atividades na faixa de Gaza, tendo sido organizado e embarcado no correr de 1965 o 17º Contingente do Batalhão Suez que vem tendo excelente comportamento na Península do Sinai. O transporte dos contingentes que era realizado em navios da Marinha Brasileira, por medida de economia passou a ser feito por aviões da FAB, a pedido do Secretariado Geral da ONU.

Entre outras missões de segurança de que se desincumbiram as Forças Armadas em todo o território nacional, vale ressaltar a pronta debelação pelo III Exército do ato de subversão praticado por pequeno grupo no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Empenhado em dar à carreira militar um sentido mais vigorosamente profissional, liberando-a das injunções políticas e do arbítrio dos poderes governamentais, e garantindo acesso uniforme e equilibrado, elaborou o Governo alguns projetos que, propostos ao Congresso Nacional, foram transformados em leis; citam-se, principalmente, as novas Leis de Inatividade e as de promoções de Oficiais da Marinha, além da regulamentação, no ano passado, de lei semelhante regulando as promoções de Oficiais do Exército, que havia sido promulgada em 1964. Os primeiros resultados da aplicação desses novos dispositivos legais têm sido promissores, refletindo-se, principalmente, em considerável melhora nos critérios de seleção dos novos chefes militares.

Apesar de persistirem as razões que impediram o Governo de suprir as Forças Armadas com os recursos necessários para lhes permitir um reaparelhamento eficiente e lhes oferecer autonomia em relação à produção no Brasil do material bélico necessário, algum progresso foi conseguido nesse sentido.

Era uma velha aspiração do Exército a obtenção de meios financeiros em reserva, além dos provenientes das fontes orçamentárias normais, que permitissem ao Ministério da Guerra o atendimento imediato ou planejado de necessidades assinaladas nos

setores de reaparelhamento do Exército e no da Assistência Social. A Lei nº 4.617, de 15 de abril, de iniciativa do Executivo, criou o Fundo do Exército e o Decreto nº 56.534, de 5 de julho, o regulamentou para atender àquelas necessidades.

No que diz respeito à Marinha, durante o ano de 1965 voltou-se a atenção para o problema do estabelecimento de uma programação a longo prazo, entrosada com a elaboração orçamentária, reconstituindo-se de outra parte a Comissão Coordenadora do Plano Diretor. A linha mestra adotada foi a de ingressar paulatina, mas firmemente, no sentido do estabelecimento das bases para a construção naval de unidades de guerra no Brasil.

A assinatura do contrato e o batimento da quilha do navio tanque "Marajó" em construção nos estaleiros da Ishikawajima do Brasil S. A., com prazo de entrega de dois anos, e os estudos para fornecimento por países europeus de projetos e financiamentos para a construção de navios do porte de contratorpedeiros no território nacional, são decorrência dessa política.

Merecem, ainda, menção, no que diz respeito ao reaparelhamento da Marinha, a autorização do Congresso Norteamericano para cessão de três contratorpedeiros, o recebimento de dois diques flutuantes e ativação do término do dique seco em Aratu, obra essa financiada pela PETROBRÁS.

Em 1965 foram recebidos pela Força Aérea Brasileira cinco aviões Hércules C-130, com capacidade para transportar por unidade 17,5 toneladas, ou 92 homens equipados, podendo alcançar qualquer ponto do território nacional num máximo de 6,5 horas de voo. Além desses, mais cinco aviões de caça T-33 foram incorporados ao serviço, juntamente com 14 aviões Regente de fabricação nacional.

Em todas as três Forças Armadas, dentro da diretriz traçada pelo Governo de fazê-las retornar às suas atividades profissionais, foram realizados exercícios e manobras de grande envergadura e objetividade, empenhando consideráveis contingentes.

O campo da assistência social mereceu especiais atenções dos ministérios militares, salientando-se em todos os programas a construção de moradias para o pessoal dos diversos escalões.

Em resumo, os aspectos positivos acima apontados permitem afirmar ter sido significativa a recuperação das Forças Armadas no ano passado. Com os oficiais e praças dedicados aos seus afazeres profissionais, o adestramento e a instrução intensificados, a disciplina e a subordinação aprimoradas, incentivado o exercício da iniciativa em todos os escalões de comando, é válido antever para o ano de 1966 a plena integração das Forças Armadas em seus misteres normais.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior do Brasil continua a pautar-se por nossas coordenadas históricas, geográficas e culturais, buscando de acôrdo com os meios a nosso dispor, assegurar ou contribuir para a realização dos objetivos nacionais.

Conforme salientei no discurso de 31 de julho de 1964, no Ministério das Relações Exteriores, aos diplomandos do Instituto Rio Branco, nossa política exterior é marcada pela opção básica do Brasil em favor do sistema democrático ocidental. Trata-se de uma opção que, sendo a um tempo natural e consciente, é fundamental para a compreensão e para a orientação de nossa política exterior. Nessa escolha não há nenhuma perda de independência, que, por menor que fôsse, se chocaria com nossa altivez nacional. Com efeito, ao manter-se fiel à comunidade democrática ocidental, o Brasil, ainda que por vêzes não seja clara a linha divisória, não perde de vista a distinção entre os legítimos interesses daquela comunidade e os interesses desta ou daquela grande potência. Aliás, é de justiça salientar que a posição independente do Brasil é facilitada pelo próprio contexto da comunidade em que estamos integrados, porque sua natureza democrática é autêntica e, sem se dizer popular, respeita os direitos de cada povo, qualquer que seja seu tamanho ou sua riqueza.

A vulgarização, o abuso do termo "política exterior independente" chegou ao ápice imediatamente antes da Revolução de Março de 1964. Na realidade, porém, independente é a política restaurada pelo Governo Revolucionário. De fato, esta última é

que se conforma plenamente aos objetivos nacionais, tem em conta as coordenadas históricas, geográficas e culturais do País e é inspirada, formulada e conduzida pelo próprio Brasil, sem nenhum condicionamento estrangeiro, seja econômico, seja político. A anterior, ao contrário, estava viciada por uma ideologia estranha à formação cristã do povo brasileiro e prejudicada por um falso neutralismo que, sob o pretexto de um suposto não-alinhamento, nos alinhava entre os seguidores do bloco oposto à comunidade democrática ocidental.

Dentro da melhor tradição de nossa política exterior, continua o Brasil a apoiar os princípios da auto-determinação e da não-intervenção e por isso mesmo, com a autoridade que nos confere nossa posição histórica nessa matéria, sustentamos hoje a necessidade de se revitalizarem êsses dois princípios, a fim de que a aplicação unilateral de um dêles não resulte na anulação virtual do outro nem tampouco na destruição do bem maior que é a segurança coletiva. Essa tese não foi provocada pelo Brasil, nem por ninguém do sistema democrático ocidental, mas sim por quem divisou novas formas de intervenção para sufocação, por meios não-armados, porém insidiosos e não menos ameaçadores, da auto-determinação de outros povos. Sei o quanto é delicado êsse ponto e quanta incompreensão gera seu debate, mas o Governo Brasileiro, cõscio de suas responsabilidades e convicto das ameaças que pesam sôbre o continente americano, não deixará de agir até que o problema seja resolvido pela atualização e harmonização dos dois princípios, em favor da paz internacional.

A política exterior brasileira tem um quadro bem definido de objetivos primordiais, o primeiro dos quais é justamente a paz internacional, exigida pela própria índole do povo brasileiro, a um tempo altaneiro e respeitador dos direitos alheios. Êsse quadro de metas superiores de nossa política exterior é completado pelo anseio de consecução dos objetivos nacionais próprios, consubstanciados no progresso social e no desenvolvimento econômico.

Autênticamente independente, seguindo de forma harmônica os princípios de autodeterminação e da não-intervenção e buscando a realização de seus declarados objetivos nacionais, a política exterior brasileira não deve surpreender a ninguém que conheça nosso

País, perceba a índole de nosso povo e entenda nossas legítimas aspirações. Suas coordenadas são sempre as mesmas e ela apenas varia para adaptar-se a situações diferentes entre si. O que faz com clarividência e seriedade de propósitos.

Fato de magna importância em nossas relações internacionais foi a realização, no Rio de Janeiro, da Segunda Conferência Interamericana Extraordinária. Convocada pelos Governos da Guatemala, Uruguai e Brasil, instalou-se em 17 de novembro, prolongando-se até 3 de dezembro último.

Anteriormente, e com o objetivo de preparar a Conferência, o Brasil expedira Missões de Coordenação de Iniciativas e Propostas a todos os países membros da OEA, exceção da Venezuela. Tais Missões puderam verificar o interesse existente em todo o Continente no sentido de se obter maior capacidade de operação para a OEA, e ao mesmo tempo removeram pequenas dificuldades.

Em verdade, a II CIE representou uma tomada de consciência sobre a inadequação funcional da OEA e da necessidade de ajustá-la a novas realidades. Pela Ata denominada do Rio de Janeiro, a Conferência lançou as bases de um programa de reorganização estrutural, que deverá ser concluída em Buenos Aires. Muito significativa do estado de espírito dos integrantes da OEA foi a Ata Econômico-Social que consagrou o princípio da solidariedade econômica continental, vinculando-a a um corpo de regras claras para a sua implementação.

Em resumo, pode-se afirmar que a II CIE inaugurou um processo de atualização histórica e fortalecimento do Sistema Interamericano. Daí as esperanças com que os povos americanos se voltam para a próxima Conferência de Buenos Aires.

PARTE II

**DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO
GOVERNAMENTAL PARA 1966**



NA AREA ECONÔMICA E SOCIAL

Ao mesmo tempo em que procurava acelerar seu programa de investimentos e levar estímulo ao setor privado, nas diversas áreas prioritárias, preocupou-se o Governo, no período 1964-1965, em dotar o País de certas condições indispensáveis a um desenvolvimento orgânico e auto-sustentável, seja no tocante a uma relativa estabilidade de preços, a reformas econômicas e sociais e à criação de novos instrumentos para o desenvolvimento. O ano de 1966 deverá permitir a consolidação dos resultados já alcançados em tôdas aquelas áreas. Tais resultados deverão fazer-se sentir de forma ampla e atingindo a tôdas as camadas da população, o que certamente fortalecerá o lastro de confiança popular nas realizações do programa de ação econômica e social.

Deverá o ano de 1966, por outro lado, assistir a elaboração do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, através do qual se apresentarão as diretrizes para o progresso integrado e contínuo nos grandes setores prioritários. Deverá êsse plano de perspectiva ser complementado através de programas operativos anuais, que permitirão sua revisão e implementação.

COMBATE A INFLAÇÃO

Perspectivas para 1966

O orçamento monetário para 1966, de acôrdo com as metas e objetivos do Programa de Ação do Governo, estima, para o ano em curso, uma expansão de meios de pagamento substancialmente inferior à de 1965.

A consecução dêsse resultado estará condicionada, entretanto, ao comportamento de uma série de variáveis, entre as quais as mais importantes são a execução financeira do Tesouro Nacional, a expansão do crédito bancário, o resultado das transações internacionais e o financiamento da produção agrícola, inclusive café.

O *deficit* de caixa do Tesouro previsto para 1966 é da ordem de Cr\$ 420 bilhões (cêrca de 1% do PNB), cujo financiamento deverá realizar-se principalmente mediante utilização de recursos de fontes não inflacionárias, principalmente pela colocação de Obrigações do Tesouro no montante de Cr\$ 250 bilhões.

No que tange às operações cambiais, que responderam, básicamente, pelas emissões realizadas em 1965, conforme já assinado, deverão ainda em 1966 apresentar comportamento de caráter inflacionário, prevendo-se excesso de compras sôbre as vendas de moeda estrangeira.

A política de preços mínimos para a produção agrícola, que em 1965 consumiu recursos da ordem de Cr\$ 260,4 bilhões, deverá ter sua influência neutralizada em 1966, em termos monetários, face à perspectiva de venda de importantes contingentes dos estoques acumulados no ano anterior.

Com relação ao comportamento dos preços, é de se esperar, no corrente exercício, um crescimento moderado, compatível com as previsões relativas à expansão dos meios de pagamento. A elevada taxa registrada em janeiro, para o índice do custo de vida da Guanabara, decorreu, essencialmente, do reajuste da taxa de câmbio, que influiu sôbre os preços dos combustíveis, do trigo e outras importações, bem como dos reajustes salariais no setor público e das revisões de preços autorizadas dentro do esquema de estabilização consubstanciado na Portaria Interministerial nº 71/65. Outro fator a considerar foram as circunstâncias anormais de abastecimento e rêde de distribuição de bens alimentícios, devido à calamidade que se abateu sôbre aquêle Estado.

Programação Orçamentária

A Lei orçamentária para 1966 estimou a Receita da União em Cr\$ 4.381 bilhões e a Despesa em Cr\$ 4.679 bilhões, ou seja um *deficit* de Cr\$ 298 bilhões para o corrente exercício.

Posteriormente, fatores supervenientes obrigaram o Governo a promover uma revisão no esquema financeiro, tendo em vista, principalmente, a majoração de vencimentos concedida ao funcionalismo civil e militar e as despesas transferidas do exercício de 1965, a serem realizadas no corrente ano.

A majoração de vencimentos do funcionalismo público deverá representar, aproximadamente, um volume de gastos adicionais da ordem de Cr\$ 750 bilhões, que, somados às transferências de 1965 — Cr\$ 400 bilhões — alteram substancialmente a programação original. Por outro lado, estão previstos desembolsos, neste exercício, no valor de Cr\$ 100 bilhões para pagamento de compromissos no exterior e Cr\$ 186 bilhões de créditos adicionais a serem abertos durante o ano.

Elevando-se, assim, o potencial de gastos a Cr\$ 6.115 bilhões, viu-se o Governo obrigado a constituir um fundo de reserva no montante de Cr\$ 550 bilhões e, ainda, transferir despesas para 1967 no total de Cr\$ 250 bilhões.

Para fazer face ao aumento de vencimentos do funcionalismo público; foram criados tributos adicionais, a serem cobrados sobre o imposto de renda (10%), imposto do selo (10%), imposto de importação (10%) e imposto de consumo (20%), cuja arrecadação estimada é da ordem de Cr\$ 575 bilhões.

Dessa forma, a revisão orçamentária prevê um *deficit* final de caixa, em 1966, de Cr\$ 420 bilhões, resultante do seguinte esquema financeiro:

EXECUÇÃO FINANCEIRA PARA 1966

	Cr\$
<i>Receita</i>	
Receita estimada	4.320,0
Tributação adicional	574,9
	<hr/>
Total	4.894,9

Despesa

Despesas orçamentárias	4.678,9
Autorizações de despesas transferidas do ano anterior	400,0
Pagamento de dívida no exterior	100,0
Aumento de vencimentos	750,0
Créditos adicionais a serem abertos, financiamentos etc.	186,0
Total	6.114,9
<i>Menos:</i>	
Fundo de Reserva	— 550,0
Transferência para 1967	— 250,0
Total	5.314,9
<i>Deficit de Caixa</i>	<i>420,0</i>

O financiamento do *deficit* de Caixa será efetuado mediante colocação de Obrigações do Tesouro e utilização dos acréscimos de saldos de depósitos das entidades públicas junto ao Banco do Brasil. Qualquer resíduo eventual, a ser financiado pelo Banco Central, com recursos provenientes da emissão de papel-moeda, representará, pois, impacto inflacionário de menor monta.

Releva salientar que o Orçamento para 1966 encerra, da parte do Governo, a disposição de reduzir a percentagem da despesa orçamentária no Produto Nacional Bruto, com dois objetivos imediatos: eliminar a pressão inflacionária daí decorrente e devolver ao setor privado parte da responsabilidade do setor público na formação da renda nacional. Mantém *deficit* financiável substancialmente através das Obrigações Reajustáveis, e sustenta as subvenções às entidades de transportes em nível que lhe caracteriza a redução em termos reais.

Examinados assim de passagem, esses resultados perdem um pouco de sua significação — mas um recuo no tempo lhes devolve a dimensão exata. No período de 1954 a 1964, a despesa orçamentária consignou aumento de 56 vezes, enquanto o Produto Interno Bruto, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no País, subiu apenas 36 vezes. Isso significa que, na repartição do bolo econômico, tocava maior fatia ao setor público, havendo pressão sobre o setor privado e conseqüente inflação. Criou-se,

assim, uma competição de setores. Em 1954 a despesa orçamentária representava 9% do PIB, tendo atingido 13% em 1963 e subido a 14,3% em 1964, devido ao impacto de quase Cr\$ 560 bilhões sobre o Tesouro, representado pelo reajuste de vencimentos do funcionalismo, e também por despesas anteriores ao plano de recuperação financeira. O Orçamento para 1966 fixa a participação da despesa pública em menos de 12%.

O *deficit* de caixa do Tesouro, também em relação ao Produto Nacional Bruto, tem sido reduzido progressivamente a partir de 1964. Em 1954 ele foi de 0,7%, passando a 2,2% em 1956 — e, a partir de então, acelerou-se. Nos anos de 1962-63 chegou a 5%, quando irrompeu a crise. No ano de 1964 caiu para 3,6%, tendo atingido cerca de 2% em 1965. Para 1966 prevê-se substancial redução.

O quadro restaurador completa-se com a redução do desequilíbrio financeiro das autarquias de transportes, que significava 10% do Orçamento, em 1958, 16% em 1961, 18% em 1962, 19% em 1963, 13,4% em 1964, 11,2% em 1965. Essa participação deverá representar apenas 8,3% no exercício de 1966. Obtida em surdina, sem aparatos publicitários, ela consistiu em boa parte na compressão de despesas supérfluas e no combate à demagogia salarial.

Saneado, o Orçamento está pronto a servir de alavanca para o progresso. Consignando apenas cerca de 35% dos dispêndios do setor público, ele será consolidado, dentro em breve, a fim de incluir recursos extra-orçamentários provenientes de vários Fundos, ajuda externa e arrecadação dos IAPs. Essa consolidação possibilitará o exame em conjunto da situação financeira do Governo e coordenará todos os investimentos.

Desinflação e Produtividade

A política desinflacionária está modificando o comportamento das empresas. Ultrapassadas as principais dificuldades causadas pela natural retração de compras, observa-se o reinício dos investimentos, a retomada de programas de expansão.

Forçados durante longo período à insegurança do jogo em prazos curtos, os empresários dispõem agora de condições propícias às aplicações a longo prazo, aos projetos de média e longa maturação. Estamos às vésperas da revolução da produtividade.

As dificuldades, tôdas elas passageiras, já não podem ser creditadas a uma excessiva rigidez do Programa de Ação Econômica; são, bem vistas as coisas, problemas internos das próprias empresas, criados pela necessidade de rápida adaptação à nova mentalidade.

Além disso, o consumidor recobrou a tranqüilidade. Já não tem ânsia de comprar. Sabe que os preços tendem a manter-se em nível mais ou menos estável — o que lhe permite planejar. O consumidor perdeu a pressa, tornou-se mais exigente. Essa característica do mercado consumidor força as empresas produtoras a uma revisão ampla de suas possibilidades. A necessidade de vender mais depende intrinsecamente da qualidade e da oportunidade do produto. Daí a necessidade de uma programação de produtos e de previsões de venda, o que implica, por outro lado, num esforço para evitar desperdícios a fim de baixar o custo. São desafios propostos pela política antiinflacionária. As empresas já o aceitaram. E viram que disso depende em muito o seu futuro e o da política econômica.

DESENVOLVIMENTO E REFORMAS

Perspectivas

Os resultados já alcançados em 1965, no tocante ao crescimento geral da economia, prognosticam o pleno atendimento de pelo menos a meta prevista no PAEG para 1966 (6% de aumento do PIB). O nível de atividades do setor privado e a execução dos programas do setor público podem considerar-se satisfatórios. As perspectivas da produção agrícola e os planos de investimentos e de produção corrente da indústria, tratados em detalhe na parte setorial desta Mensagem, indicam a manutenção do ritmo ascensional da atividade econômica.

No que se refere a incentivos, não apenas os fundos de desenvolvimento estarão funcionando a plena carga como os estímulos especiais estabelecidos recentemente para diversas categorias industriais deverão produzir efeitos mais sensíveis.

No campo das reformas, é chegada a fase de consolidação para algumas e de início de implantação para outras. Por outro lado, novas reformas deverão ser aprovadas, notadamente a reforma administrativa, a reforma educacional (esta através de uma série de medidas específicas) e a reforma do sistema estatístico.

Cabe, a seguir, apresentar as bases do programa de investimentos públicos para 1966, ressaltando que êsse esforço de acelerar a formação de capital do País tem lugar ao mesmo tempo em que o Governo Federal reduz a participação da despesa pública federal no Produto Interno Bruto, segundo já assinalado.

Programa de Investimentos Públicos

O programa de investimentos públicos para 1966 prevê aplicação superior a Cr\$ 5.000 bilhões em projetos da mais alta importância para o desenvolvimento da infra-estrutura e outras áreas prioritárias. Dêsse montante, os recursos externos contribuem com apenas Cr\$ 994 bilhões.

O quadro consolidado preliminar dêsse programa dá ênfase à energia elétrica, contemplada com um total de Cr\$ 997 bilhões; rodovias, com Cr\$ 831 bilhões; indústria e mineração, com Cr\$ 692 bilhões; petróleo, com Cr\$ 410 bilhões; agricultura (inclusive agropecuária, abastecimento e recursos naturais), com Cr\$ 533 bilhões; saúde e saneamento com Cr\$ 335 bilhões; educação com Cr\$ 295 bilhões, etc.

Segundo já observado em relação a 1965, o programa inclui os dispêndios de capital do Governo Federal, orçamentários e não orçamentários, diretos e através de suas agências descentralizadas; inclui também transferências para os Estados e Municípios, assim como estimativas dos investimentos financiados por êles próprios. Indica, ainda, as transferências para o setor privado, não apenas de fundos fiscais como também de recursos externos.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS -- 1966

QUADRO CONSOLIDADO PRELIMINAR

(Cet\$ bilhões)

	REC. INTERNOS	REC. EXTERNOS	TOTAL
Energia Elétrica.....	713	264	977
Petróleo.....	410	—	410
Portos.....	59	6	66
Transportes Marítimos.....	108	—	108
Rodovias.....	760	71	831
Ferrovias.....	280	—	280
Transporte Aéreo.....	43	—	43
Comunicações.....	65	12	77
Agricultura (*).....	360	153	633
Indústria e Mineração.....	459	233	692
Educação e Assistência Técnica.....	162	143	295
Saúde e Saneamento.....	239	96	335
Habitação.....	142	16	158
Administração.....	115	—	115
Defesa.....	123	—	123
Não Classificados.....	57	—	57
TOTAL.....	4.105	994	(**) 5.099

(*) — Inclui Agropecuária, Abastecimento e Recursos Naturais.

(**) -- Faltando deduzir o fundo de reserva.

PROJEÇÕES DO BALANÇO DE PAGAMENTOS
PARA 1966

Apresentamos, no quadro seguinte, uma estimativa do balanço de pagamentos para 1966. Merece destaque o item relativo às contas correntes, em virtude do comportamento das exportações e importações. Conforme indicamos na descrição do setor externo da economia brasileira durante 1965, as nossas rendas de mercadorias no mercado mundial haviam apresentado alentadores sintomas de expansão, particularmente em produtos não tradicionais e de peso relativamente pequeno da nossa pauta exportadora. Essa tendência favorável poderá continuar em 1966, mercê da nossa atual política de comércio exterior, calcada na adoção de taxas de câmbio mais realistas, as quais vêm estimulando a saída de nossos produtos para o mercado mundial. Na realidade, é possível que as exportações brasileiras atinjam o valor de 1.610 milhões de dólares em 1966, ultrapassando, portanto, em mais de 100 milhões de dólares o resultado obtido no ano anterior. Por outro lado, é de esperar-se um reativamento das nossas impor-

tações de mercadorias, que vinham registrando um nível anormalmente baixo desde 1963. A recuperação das importações está relacionada à retomada da taxa de desenvolvimento econômico, conforme os objetivos do Programa de Ação Econômica do Governo. Simultaneamente com a expansão das importações, prevê-se um aumento do saldo negativo da conta de serviços; este e o saldo relativamente menor do balanço comercial explicam o déficit de 230 milhões de dólares previstos no total das transações correntes com o exterior. Este resultado negativo, somado às obrigações exteriores, demandará um financiamento bruto da ordem de 875 milhões de dólares. O Governo espera atendê-lo por meio das fontes normais de financiamento internacional.

Vale finalmente notar que se prevê uma diminuição apreciável do saldo positivo geral do balanço de pagamentos, que alcançou o valor de 265 milhões de dólares em 1965. Dadas as circunstâncias atuais da nossa economia em sua frente monetária, a diminuição desse saldo deve ser recebida com otimismo, pois representará um debilitamento da pressão inflacionária potencial de origem externa.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

(US\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	1965	1966
	ESTIMATIVA	PREVISÃO
Exportações.....	1.500	1.610
Importações.....	1.060	1.400
Balanço Comercial.....	+ 440	+ 210
Serviços (líquido).....	- 327	- 440
1. Total das Contas Correntes.....	+ 113	- 230
2. Saída de Capitais.....	- 672	- 645
— amortizações.....	- 277	- 291
— empréstimos em dinheiro e swaps (líquido).....	- 114	- 144
— atrasados comerciais.....	- 113	-
— compromissos de petróleo.....	- 61	- 46
— repagamentos ao FMI.....	- 55	- 84
— repagamentos de operações da instrução 269.....	- 52	- 80
3. Financiamento Bruto Requerido (1 + 2).....	- 559	- 875

A AÇÃO DAS FÔRÇAS ARMADAS

Encorajado pelos resultados positivos alcançados com a política traçada para cumprimento na área das Fôrças Armadas, prosseguirá o Governo no empenho de mantê-las dedicadas aos seus afazeres profissionais, aplicadas ao ritmo normal de atividades nos cursos e escolas, no dinamismo da instrução e no trabalho dos Estados-Maiores.

Isso não impedirá, ao contrário exigirá, que o Governo leve a cabo as prometidas reformas, remodelando a alta administração militar e a organização dos Altos Comandos, passo decisivo para o enquadramento racional da renovação de seus meios e de suas doutrinas.

Tomando por base os estudos do EMFA para fixação da Política, da Doutrina e da Estratégia militares, incluirá o Executivo, no projeto de lei que proporá ao Congresso Nacional relativo à reforma administrativa, as necessárias provisões para garantir a mais perfeita integração das Fôrças Armadas e a ordenação de suas atividades.

A cooperação com os diversos organismos internacionais empregando nossas fôrças em missões de restabelecimento ou manutenção da paz, prosseguirá sem desfalecimento, visando não só ao cumprimento dos nossos compromissos, como também ao adiestramento de nossas unidades militares, colhendo, através de experiência vivida no próprio exercício realístico da atividade profissional, os conhecimentos necessários para o aperfeiçoamento dos seus quadros.

O rodízio dos Chefes de Estado-Maior das Fôrças Armadas será cumprido como meio de assegurar maior integração dessas Fôrças, garantindo, por outro lado, o indispensável equilíbrio de influência na orientação dos planejamentos daquele alto órgão.

Está em vias de ser encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei regulando a promoção dos Oficiais da Aeronáutica, tomando por base idênticos dispositivos legais já em vigor no Exército e na Marinha.

Baixará, ainda, o Executivo outros atos administrativos visando a garantir a permanência dos militares em seus quadros, desestimulando o afastamento dos mesmos para o desempenho de cargos estranhos à profissão.

Finalmente, a despeito de não poder ainda no corrente ano dispor o Governo de recursos abundantes para permitir um reaparelhamento eficiente e complexo das Forças Armadas, será buscado, através de adequado planejamento, entrosado com a programação orçamentária realista, atender em ordem prioritária as suas necessidades mais prementes no que diz respeito à renovação do material e à assistência social.



PARTE III

**ASPECTOS SETORIAIS E REGIONAIS
DO DESENVOLVIMENTO EM 1965
E SUA PROGRAMAÇÃO PARA 1966**

$\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} \times \frac{1}{2}$
 $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} \times \frac{1}{2}$
 $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} \times \frac{1}{2}$
 $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} \times \frac{1}{2}$

$\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} \times \frac{1}{2}$
 $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} \times \frac{1}{2}$
 $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} \times \frac{1}{2}$
 $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} \times \frac{1}{2}$

ENERGIA ELÉTRICA

PRODUÇÃO, CONSUMO E CAPACIDADE INSTALADA

A produção total de energia elétrica foi de cerca de 30.258 gwh durante o ano de 1965 contra 29.094 gwh gerados em 1964. Estima-se que o consumo, em 1965, atingiu 24.462 gwh, o que representa um acréscimo de 4% sobre o valor do ano anterior.

Tendo em vista a ênfase que o Programa de Ação Econômica do Governo proporcionou aos investimentos infra-estruturais do País, foram liberados, em 1965, Cr\$ 46,3 bilhões para o programa de energia elétrica nos Estados da Federação (parcela dos recursos orçamentários de 1965 postos à disposição do Ministério de Minas e Energia). Ao lado desses recursos, foram liberados Cr\$ 9,1 bilhões, relativos aos restos a pagar de 1964 e Cr\$ 10,4 bilhões de crédito especial aberto pela Lei n.º 4.417, de 29 de setembro de 1964, e Cr\$ 750 milhões do crédito especial aberto pela Lei n.º 4.920/65.

No que tange à distribuição dos recursos do imposto único, foram liberados, em favor dos Estados e Municípios, Cr\$ 18.749 milhões, tendo sido controlada a aplicação de Cr\$ 10.544 milhões, entregues anteriormente, por conta de arrecadação de anos precedentes.

Cumprе salientar que, com o advento da Lei n.º 4.676, de 16 de junho de 1965, a aplicação dos recursos tornou-se mais flexível e imediata, pela possibilidade de sua entrega direta às entidades autárquicas ou empresas concessionárias em que o Poder Público participe em caráter majoritário.

Como resultado positivo da aplicação interna de recursos das diversas fontes, sem mencionar os financiamentos internacionais, a capacidade total instalada que era de 6,8 milhões de Kw em fins de 1964, aumentou para 7,4 milhões em fins de 1965. Entre as mais importantes adições de capacidade concretizadas durante o ano, cabe destacar a incorporação de duas novas unidades de 150 MW em Furnas, o aumento da potência de Três Marias em 64,6 MW, a entrada em serviço de 88,8 MW de capacidade hidrelétrica da CHERP (41,4 em Bariri e 47,4 em Euclides da Cunha) e a colocação em marcha da primeira unidade de 50 MW da SOTELCA (usina termelétrica em Capivari, à base de carvão de Santa Catarina).

Deve-se mencionar, também, a interconexão realizada em 30 de julho de 1965 entre os sistemas elétricos das cidades fronteiriças de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), em cumprimento da primeira etapa dos acordos oportunamente formados. Embora de pequena significação física, dada a magnitude dos ditos sistemas, o fato é de grande transcendência futura por constituir o primeiro intercâmbio regional de energia elétrica na América Latina e abrir o caminho para a integração futura dos sistemas do Rio da Prata e da Região Centro-Sul do Brasil.

Estão em execução obras que representarão um incremento de capacidade da ordem de 6,2 milhões de Kw, o que significa uma elevada percentagem (84%) entre a potência em instalação e a potência instalada em fins de 1965.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. — ELETROBRÁS

Atividades Desenvolvidas em 1965

A empresa encarregada da direção técnica e financeira do programa elétrico do governo federal é a ELETROBRÁS, que atua como organização «holding» na órbita do Ministério de Minas e Energia e dentro da política definida por este.

Tendo sido fundada em 1962, teve o seu capital inicial de Cr\$ 3 bilhões aumentado, sucessivamente, até atingir a expressiva soma de Cr\$ 200 bilhões, em 1965.

Durante o exercício de 1965, aplicou Cr\$ 253,4 bilhões dos quais Cr\$ 182,1 bilhões sob a forma de participação societária, financiamentos, adiantamentos e empréstimos a curto prazo. Em acréscimo a esses valores, a ELETROBRÁS subscreveu e integralizou, no capital das empresas, recursos provenientes de verbas federais no valor de Cr\$ 17,1 bilhões.

Além disso, a União cedeu à ELETROBRÁS ações da CONEFOR, no valor de Cr\$ 2 bilhões e da CEM, no valor de Cr\$ 990 milhões e integralizou Cr\$ 16,6 bilhões.

Em 1º de outubro de 1965, foi assinado contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, para repasse a empresas do setor, no valor de US\$ 16,400,000,00.

Ao iniciar-se o exercício de 1965, a ELETROBRÁS dispunha de controle acionário sobre quatro empresas que podiam considerar-se, em consequência, como subsidiárias: Central Elétrica de Furnas S.A. (Furnas), Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (CHEVAP) e Termelétrica de Charqueadas S.A. Houve, além disso, a aquisição das subsidiárias da AMFORP, de que passamos a tratar.

Operação de Compra das Subsidiárias da AMFORP

Os serviços de energia elétrica no Brasil atenderam satisfatoriamente às necessidades do País até que o processo inflacionário, cuja evolução não foi acompanhada pela introdução de correções adequadas no sistema econômico-financeiro das empresas que prestavam aqueles serviços, veio impedir o atendimento das solicitações nacionais de energia elétrica.

Impunha-se a correção da remuneração dos investimentos no setor, até então feita pelo seu *custo histórico puro*.

Todavia, não tomava o Governo nenhuma medida que pudesse amenizar a situação deficitária em que se encontravam as companhias concessionárias dos serviços de energia elétrica. Era inadiável, contudo, a necessidade de expandir tais serviços que cada vez se tornavam menos satisfatórios e mais sujeitos à reação dos consumidores. Resolveu-se então, como justificativa, encampar algumas concessionárias de capital norte-americano, o que ocorreu em 1960 e 1961.

Surgiram, porém, divergências quanto às indenizações decorrentes das encampações, criando-se em consequência áreas de atrito entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

Fazia-se necessária uma solução política que, embora reconhecendo a deterioração dos serviços, evitasse tratamento punitivo dos investimentos estrangeiros cuja cooperação para o desenvolvimento brasileiro fôra ponderável.

O Presidente do Brasil na época, declarou que nos entendimentos com as Companhias para a transferência das empresas de utilidade pública para a propriedade do Brasil, seria mantido o princípio de justa compensação com reinvestimentos em outros setores importantes para o desenvolvimento econômico do País.

a) *Proposta da AMFORP e da BEPCO*

Em janeiro de 1962 o Governo brasileiro já havia tomado conhecimento das bases de uma proposta da AMFORP e da BEPCO, para venda das ações e créditos que possuíam nas suas subsidiárias que operavam no Brasil, pois consideravam que a conjuntura nacional tornara impraticável a expansão dos serviços ou a própria continuação das suas atividades em bases comerciais razoáveis.

O preço sugerido de venda dos títulos foi de
US\$ 153,788,000.00.

O comprador assumiria a responsabilidade pelos débitos e compromissos das companhias, os quais montavam, em 31 de de-

zembro de 1960, a US\$ 40,177,950.00 devidos ao EXIMBANK, Cr\$ 445,939 milhões devidos ao BNDE e outras parcelas menores.

A proposta formal foi recebida pela Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos — CONESP, em 23 de agosto de 1962.

b) *Legislação*

Em 30 de maio de 1962, o Decreto nº 1.106 determinou que se faria o pagamento à vista de uma parcela não superior a 10% da importância total que fôsse acordada, e que o pagamento da parcela a prazo seria em prestações compatíveis, sempre que possível, com recursos acumulados pelo próprio serviço e com o mínimo de recursos públicos adicionais e de encargos cambiais. Havia, além disso, o compromisso das concessionárias de reaplicar no País, em setores ou atividades definidas como prioritárias, não menos de 75% das importâncias líquidas recebidas a título de pagamento ou indenização.

Para avaliação do acervo e determinação das importâncias a serem recebidas pelos concessionários, o Decreto previu, se necessário, a realização de perícias e arbitragens.

Em 29 de agosto de 1962, o Presidente da CONESP baixou Portaria designando uma Comissão para examinar a proposta da AMFORP.

Recebido o relatório da Comissão, optou a CONESP pela aquisição das ações, pois além de ser juridicamente mais simples, tal modalidade oferecia a vantagem de manter a integridade da organização cujo controle seria adquirido.

Após a realização de demoradas negociações, a CONESP obteve a última palavra dos representantes da AMFORP, consubstanciada nas seguintes condições: preço global: US\$ 135 milhões; pagamento inicial: US\$ 10 milhões; prazo: 22 anos, mais três de carência; reinvestimento no País: 75% do valor da transação; juros: 6% a.a. sobre a parte livre e 6,5% a.a. sobre a parte rein-

vestida. Haveria ainda outros créditos a serem compensados no valor de US\$ 7,7 milhões, prazo de pagamentos de 15 anos, sinal de 10% e juros de 6% a.a.

A CONESP, examinando a previsão da rentabilidade da operação futura das subsidiárias, conseqüente das condições de compra, aplicando-se o critério mais rigoroso para o comprador (US\$ 142.7 milhões), concluiu que a receita prevista para aquela operação seria suficiente para cobrir os compromissos totais a serem assumidos, mesmo sem considerações de melhorias facilmente efetiváveis e de positiva influência na rentabilidade, como era a ampliação da usina de Peixoto.

Em 8 de abril de 1963, o Decreto nº 51.892 constituiu uma Comissão Interministerial para decidir sobre a nacionalização das empresas concessionárias de energia ou telecomunicações, extinguindo a CONESP.

Em 22 de abril de 1963 foi assinado, em Washington, um memorando de entendimento elaborado por representantes do Brasil e da AMFORP e da BEPCO, documento este que trazia em seu bôjo as bases minuciosas de uma transação a que faltava apenas a formulação jurídica final.

c) *Situação encontrada pelo Governo Revolucionário*

O atual Governo, ao assumir o poder, encontrou o assunto ainda pendente de solução. Impunha-se resolver o impasse que mantinha a estagnação do setor energético.

Foram consultados os representantes da AMFORP sobre a possibilidade de continuarem suas subsidiárias operando no País sob condições justas. Declararam considerar definitiva a solução de venda de seus interesses nas subsidiárias, observados os termos do memorando de 22 de abril de 1963.

Deliberou-se então constituir uma Comissão Interministerial para apreciar as negociações já realizadas e indicar as soluções viáveis que trouxessem maiores vantagens para o Brasil.

d) *A operação realizada*

A Comissão Interministerial sugeriu, após aceitação da AMFORP, a atualização dos termos do memorando de Entendimento de 22 de abril de 1963.

A CONESP, a seu tempo, havia verificado que o valor dos direitos da AMFORP oscilava em torno de US\$ 142,000,000.00. Face ao esforço nas negociações finais, o preço líquido de US\$ 146,594,000.00 originalmente solicitado pela AMFORP, fôra reduzido para US\$ 135,000,000.00 e entendido como preço-teto a ser posteriormente verificado.

A Comissão Interministerial constatou a legitimidade dos critérios da CONESP para fixação do referido preço-teto e a procedência do pagamento de US\$ 7,700,000.00 devidos por conta de dividendos e juros já auferidos e não remetidos.

Deve-se observar que a Comissão exigiu da AMFORP que fôsse respeitada a legislação brasileira para avaliação do acervo, e também conseguiu que o reinvestimento, a ser feito em setores prioritários da economia brasileira, de acôrdo com o memorando de 22 de abril de 1963, se fizesse logo em títulos de empréstimo à ELETROBRÁS, sem qualquer participação ou ingerência nos negócios da empresa. Além disso, cêrca de 75% do preço tiveram o seu prazo de resgate praticamente elevado para 45 anos, de modo que a última parcela de pagamento vencerá no ano 2009.

Convém salientar ainda que o reinvestimento já mencionado ficou configurado no contrato como obrigação irreversível da AMFORP e faculdade apenas para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS, que dêle poderá abrir mão, total ou parcialmente, se tanto lhe convier, com direito ainda, a um rebate na taxa de juros, reajustado o prazo de resgate para repô-lo no esquema da parcela livre.

Tais condições em muito superam as que foram obtidas por outros países em contratos semelhantes com a AMFORP. Em um dos casos, por exemplo, o prazo de pagamento foi de 15 anos,

à mesma taxa de juros de $6\frac{1}{2}\%$ sem qualquer prazo de carência para resgate do principal e sem que se fixasse prazo de duração obrigatória de reinvestimento.

Cabe esclarecer, também, as razões pelas quais acordou o Governo brasileiro no pagamento adicional de US\$ 10,000,000.00 no prazo de 10 anos, a título de compensação devida à AMFORP.

A AMFORP, reiniciadas as conversações, alegava, com procedência, que, nos 18 meses decorridos desde a conclusão das negociações em 1963, que remontavam à data de 31 de dezembro de 1962, tinham se verificado alterações substanciais na posição financeira das empresas, e que o preço-teto acordado com base no valor do acervo naquela data deveria ser negociado à vista de tais alterações. A comissão optou, então, pela atualização das datas, mantido o preço teto de 31 de dezembro de 1962, mediante uma contrapartida à AMFORP, no valor de US\$ 10,000,000.00, pagáveis ao longo de dez anos, importância muito inferior aos juros relativos ao período.

Em 14 de outubro de 1964, o Senhor Presidente da República sancionou a Lei nº 4.428 que autorizou as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, a adquirir, por compra da American & Foreign Power Co. Inc. e da Brazilian Electric Power Co., as ações de capital e todos os créditos e outros direitos correspondentes de que ditas entidades fossem titulares nas suas subsidiárias no Brasil.

A 12 de novembro de 1964, foi assinado em Washington D.C., o contrato de transferência das ações e créditos.

Estabeleceu-se como data de vigência 18 de dezembro de 1964, fixando-se a data de fechamento para 18 de março de 1965. Nesta data, foram feitos os pagamentos iniciais de US\$ 10,000,000.00 e US\$ 770,000.00.

e) Conclusão

Conforme acordado, o preço de compra estabelecido como teto máximo em US\$ 135,000,000.00, foi verificado por perito escolhido em mútuo acôrdo entre as partes, a AB Scandinavian Engineering Corporation, da Suécia, que concluiu pela confirma-

ção do preço de compra de US\$ 135.000.000.00, já que o valor encontrado para o conjunto de bens adquiridos pela ELETROBRÁS atingiu US\$ 151.400.000.00.

Os trabalhos do perito foram acompanhados por Comissão Especial designada pelo Decreto nº 55.212, de 15 de dezembro de 1964.

A correção com que se houve o Governo brasileiro nas negociações, trouxe uma das mais importantes contribuições para o restabelecimento de nosso crédito no exterior, cujos resultados positivos imediatos podem ser avaliados pelo financiamento a longo prazo a juros reduzidos (25 anos a 5,5% a.a.) concedido pela AID, no valor de US\$ 20.400.000.00 para as obras de conclusão da Usina de Peixoto, o que permitirá acrescer à produção de energia elétrica da Região Centro-Sul, em curto prazo, mais 300.000 Kw. Por outro lado, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, se aprestou para financiar obras de expansão e melhoramentos das redes de transmissão e distribuição de outras subsidiárias da AMFORP, achando-se em conclusão um empréstimo para esse fim em valor superior a US\$ 50 milhões.

Programa para 1966

A ELETROBRÁS está empenhada em proporcionar ao País uma capacidade adicional de distribuição de 550 MVA, durante os próximos 30 meses, e o aumento de mais 1.660 MVA durante o período 1965/70.

Para garantir o suprimento de energia às áreas servidas por suas subsidiárias e reabilitar, em futuro próximo, as empresas adquiridas, está sendo providenciada a construção de novas centrais, a expansão das existentes e a interconexão com outros sistemas elétricos de companhias associadas.

Será também implantado um grande programa de treinamento de pessoal para todas as subsidiárias.

Com relação às companhias sob controle da ELETROBRÁS, podem destacar-se os aspectos fundamentais a seguir focalizados.

Central Elétrica de Furnas S/A — FURNAS

Em 12 de maio de 1965 teve lugar a inauguração oficial da usina de Furnas, a maior do País e uma das maiores do mundo.

Com 900 MW de potência firme, já realizou suprimentos consideráveis de energia à São Paulo Light S/A., que chegaram a representar 35% de sua carga. Dessa maneira, liberou-se parcialmente a usina de Cubatão para reforçar a demanda de 50 Hz da Rio Light na zona da Guanabara.

No mesmo dia, foram iniciadas as obras da Usina do Estreito, cuja potência final será de 800 MW, e que contará com a ajuda financeira do Banco Mundial.

Em 1966, terão prosseguimento as obras de construção da Usina do Estreito, prevendo-se para esse ano a conclusão dos trabalhos de desvio do rio e iniciação das escavações de fundação da barragem, casas de máquinas e tomada de água.

Proseguirão as obras de construção da linha de transmissão Peixotos-Furnas-Guanabara, cuja conclusão está prevista para julho de 1967.

Companhia Hidrelétrica do São Francisco — CHESF

O centro do sistema CHESF está radicado na usina de Paulo Afonso, cuja ampliação de 375 para 615 MW, mediante uma segunda casa de máquinas com 3 geradores de 80 MW cada um, constitui a parte mais importante do programa de obras em execução. Até o início de 1967, o primeiro gerador já estará em funcionamento.

Durante 1965, a rede de transmissão da Companhia foi estendida até Fortaleza. Adiantaram-se os trabalhos do terceiro circuito para Recife, e do segundo para o Recôncavo Baiano.

Em 1966, prosseguirão as obras de ampliação da usina de Paulo Afonso, ao mesmo tempo em que serão reforçados os circuitos de transmissão primária para os principais centros distribuidores.

Terão andamento as obras de construção do terceiro circuito para Recife, com entrada em operação prevista para maio de 1966 e do segundo circuito para o Recôncavo Baiano, cujo trecho inicial (Catu) estará em operação em fins de 1966.

Também se espera ultimar o esquema de financiamento da terceira etapa de Paulo Afonso com 4 unidades de 150 MW que, agregadas aos 375 MW em operação e aos 240 MW em montagem, permitirão chegar a um total de 1.215 MW ou seja, aproximadamente a metade do aproveitamento total da Cachoeira de Paulo Afonso.

Termelétrica de Charqueadas S/A.

Esta usina vem operando satisfatoriamente, contribuindo para o progresso da indústria carbonífera local. Está sendo ampliada, mediante a instalação de seu quarto grupo gerador. Durante o ano, foi constituída uma subsidiária desta Empresa — a Termelétrica de Alegrete S/A. — com o objetivo de montar e operar uma usina de 66 MW e 980 Km de linhas de transmissão, destinadas a abastecer a região sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba — CHEVAP

Esta subsidiária teve, durante o ano, tôdas as suas concessões encampadas pelo Governo Federal. Em conseqüência, será liquidada em futuro próximo. As obras e instalações a seu cargo foram transferidas para a supervisão direta da ELETROBRAS.

Em 1966, terão prosseguimento as obras da Usina Térmica de Santa Cruz, que deverá estar concluída em fins de 1967 e da Hidrelétrica do Funil, que deverá entrar em operação no ano de 1969. Ambas as usinas irão operar conjugadas com as usinas de Furnas, Estreito e outras já existentes.

**COMPANHIA AUXILIAR DE EMPRESAS ELÉTRICAS
BRASILEIRAS — CAEEB****Atividades desenvolvidas em 1965**

Este grupo compreende dez companhias que operam em capitais de Estados e cidades importantes. Com exceção da Companhia Paulista de Fôrça e Luz, da Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica e da Companhia Fôrça e Luz do Paraná, as demais dependem fundamentalmente de fontes externas de geração de energia e concentram sua tarefa, portanto, no campo da distribuição. Assim, os três sistemas do Nordeste recebem energia de Paulo Afonso. A área servida pela Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica sofre uma situação de escassez de abastecimento. O esforço se concentra, portanto, na construção de uma linha de transmissão de 132 KV desde Governador Valadares até Vitória. A Companhia Fôrça e Luz do Paraná também está construindo uma linha de transmissão de 132 KV unindo Curitiba e Joinville. Esta linha deverá estar concluída em setembro de 1966 e permitirá levar energia da SOTELCA até a capital paranaense.

Programa para 1966

O programa de obras do grupo CAEEB para 1966 inclui, além dos trabalhos já mencionados e do melhoramento e expansão das redes de distribuição nas zonas urbanas das respectivas concessões, a continuação da tarefa de construção da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas (Estado do Espírito Santo) e das obras de ampliação da Usina de Peixoto. Nesta última, prevê-se a instalação de seis novas unidades de 53 MW cada, com a montagem das primeiras máquinas programada para fins de 1966 e a entrada em operação da primeira unidade no primeiro semestre de 1967.

PETRÓLEO

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Como decorrência do Decreto nº 54.238, de 2 de setembro de 1964, foi designada uma Comissão Especial com a incumbência de realizar, em todos os seus aspectos, o reexame do decreto que desapropriou as refinarias particulares. As conclusões do relatório da comissão foram encaminhadas à Presidência da República, que baixou o Decreto nº 56.570, de 9 de julho de 1965, revogando a medida desapropriadora. O referido diploma legal determinou também a uniformização do regime financeiro das empresas privadas que operam na refinação do petróleo, e estabeleceu limites máximos de remuneração dos investimentos respectivos. Para cumprir estas duas últimas disposições, o CNP designou um grupo de trabalho cujo relatório se acha em discussão no Plenário, para decisão final.

Ainda em 9 de julho de 1965, foi baixado o Decreto nº 56.571, no qual foram fixadas as diretrizes e bases para a expansão da indústria petroquímica. Em consequência, aumentaram os pedidos de autorização governamental para instalação dessa indústria no País, particularmente no tocante aos fertilizantes e plastificantes, cujos processos em andamento levam a prever investimentos superiores a 300 milhões de dólares, além de vultosa soma de capital nacional.

O Conselho e todas as permissionárias celebraram, também, termo para aplicação de 50% do montante correspondente a 30% do lucro líquido destinado à formação das reservas legais e estatutárias, para investimento na indústria petroquímica ou obrigações do Tesouro Nacional, ou títulos equivalentes da União.

Em 1º de outubro de 1965, foi baixado o Decreto nº 56.980, excluindo o xisto do monopólio estatal e estabelecendo as normas para a exploração e industrialização das rochas betuminosas e pirobetuminosas pela iniciativa privada. O referido decreto impõe

a simultaneidade de apresentação de anteprojetos de instalações industriais para a exploração das jazidas, evitando-se com isso que o beneficiário proteja a exploração industrial das jazidas, ou use a autorização para outros fins. O decreto assegurou à PETROBRÁS uma área de cerca de 200 km² e a possibilidade de requerer outras áreas do País.

As tarefas que avultam para execução em 1966 são as seguintes:

- prosseguimento da reforma estrutural do CNP;
- aplicação dos critérios de seleção de investimentos na indústria petroquímica, e estímulo à execução dos projetos já apreciados;
- aperfeiçoamento do sistema distribuidor, particularmente do Gás Liquefeito do Petróleo;
- adequação do sistema de transporte aquaviário, principalmente da frota de pequena cabotagem;
- imposição de maior disciplina aos transportes rodoviários, no sentido de evitar irregularidade e falta de controle no fluxo de derivados;
- ampliação do sistema de oleodutos do Planalto Paulista;
- melhor adequação dos esquemas do refino à demanda.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. — PETROBRÁS

Atividades Desenvolvidas em 1965

A PETROBRÁS, principal instrumento de execução da política do petróleo, prosseguiu, em 1965, obras básicas para a expansão da indústria petrolífera. Nesse sentido foram realizados numerosos investimentos e concluídos diversos projetos relacionados em

seguida. O investimento total atingiu a cifra de Cr\$ 261 bilhões, sendo a seguinte a sua distribuição por atividade:

(Em Cr\$ milhões)

Exploração	84.729
Produção	47.606
Refinação	50.406
Petroquímica	23.113
Transporte Marítimo	15.403
Terminais e Oleodutos	30.659
Indústria de Xisto	5.438
Aperfeiçoamento do Pessoal	3.833
Comercialização	50
Outros	89
TOTAL	261.326

No que se refere à extração de óleo, cessou o declínio de produção que se vinha registrando a partir dos três últimos meses de 1963.

Em 1965, a produção de petróleo alcançou 5.460.354 metros cúbicos, registrando ligeiro acréscimo em relação ao ano anterior (5.296.229m³), o que se deveu ao melhor aproveitamento dos atuais campos produtores do Recôncavo Baiano, com o aprimoramento das técnicas de produção, inclusive a intensificação das tarefas de recuperação secundária.

A propósito, cumpre, ainda, assinalar a descoberta, na Bahia, de novas áreas produtoras como Imbé, Massui, Araçás e Miranga, além de outras. Registrou-se, também, o início do desenvolvimento do campo de Carmópolis, em Sergipe. Essas novas áreas produtoras possibilitarão, em fins de 1966, um aumento na produção total de petróleo da ordem de 50%.

Simultaneamente, a PETROBRÁS procedeu a estudos para equacionar a melhor forma do aproveitamento econômico das jazidas de salgema e de sais de potássio, descobertas no campo de Carmópolis e na área de Taquari-Siriri, no Estado de Sergipe.

Satisfatórios foram, também, os resultados da PETROBRÁS na área do refino de petróleo e da petroquímica. Os registros técnicos dessa Empresa acusam a capacidade diária de produção das refinarias, que operam no País, como sendo de 58.108 metros cúbicos, por dia de operação, portanto, com pleno atendimento das necessidades atuais do consumo de derivados, excetuando-se os combustíveis para aviação, parte do consumo de gás liquefeito e lubrificantes. As refinarias da PETROBRÁS participam com o processamento de 49.268m³, enquanto que as refinarias particulares com 8.840,4m³.

Além de haver prosseguido a construção de duas novas refinarias, a Alberto Pasqualini, em Canoas, no Rio Grande do Sul, e a Gabriel Passos, em Betim, Minas Gerais, cada uma com capacidade para processar 7.150 m³, foi concluída a expansão da Refinaria Duque de Caxias, que elevou a sua capacidade efetiva de 18.500m³/dia, para 24.000m³, além de se haver planejado, ainda, a produção de lubrificantes nessa Unidade industrial. Por seu turno, a capacidade de processamento da Refinaria Landulpho Alves, que é de 7.150m³/dia, está sendo ampliada para 10.300m³/dia, o que permitirá atender ao mercado consumidor de derivados, no Nordeste, até o ano de 1970.

Prosseguiram, ainda, os trabalhos de construção das duas Fábricas de Asfalto, uma na Bahia e outra no Ceará, ambas com uma capacidade de 80.000 toneladas por ano, com conclusão prevista para meados de 1966.

No setor da Petroquímica foram apresentados elevados índices de produção, em relação ao ano anterior, com as atividades desenvolvidas pelas unidades de fertilizantes e de demais produtos petroquímicos da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, São Paulo. Prossegue a montagem de novas unidades petroquímicas naquela Refinaria.

Quanto ao Conjunto Petroquímico Presidente Vargas, em Duque de Caxias, no Estado do Rio, há que se assinalar que essa unidade teve normalizada sua operação acima da capacidade nominal. A produção de borracha sintética permitiu atender às

necessidades do consumo interno e possibilitar, também, a exportação de 7.000 toneladas a países da América Latina. Nesse Conjunto Petroquímico está sendo construída a fábrica de Butadieno para produção de matéria-prima utilizada na fabricação de borracha sintética, com as obras adiantadas, em fase de montagem. Acha-se em fase de elaboração o projeto da unidade de estireno.

Finalmente, cumpre ressaltar que a direção da PETROBRÁS reativou as medidas necessárias à construção do Conjunto Petroquímico da Bahia, que compreende uma Fábrica de Amônia e outra de Uréia. Tal empreendimento abre maior campo de possibilidades para o aproveitamento do gás natural produzido nos campos da Bahia, de vez que lhe empresta o caráter de matéria-prima para um dos mais ponderáveis setores da economia brasileira. Foram já assinados os contratos para execução dos projetos que contemplam a produção de 200 toneladas diárias de amônia e 250 de uréia. 1

No que tange ao transporte marítimo, conseguiu-se elevar a capacidade operacional da Frota Nacional de Petroleiros para o índice de 82%, colocando-a no nível das grandes companhias internacionais de navegação. Concomitantemente, foram desenvolvidos estudos com o objetivo de não somente renovar as unidades da FRONAPE, notadamente as mais antigas, já inadequadas para um transporte a fretes competitivos, como, também, ampliar sua tonelagem de modo a possibilitar a auto-suficiência do transporte de petróleo.

Com o objetivo de obter elevados índices operacionais a PETROBRÁS deu especial ênfase ao aparelhamento de seu sistema de terminais marítimos, integrantes do monopólio estatal, os quais constituem elos de união entre o transporte marítimo e o terrestre. Esse sistema de terminais e oleodutos está sendo ampliado com a construção dos Terminais de Tramandaí, no Rio Grande do Sul, o de São Sebastião, em São Paulo, e o de Atalaia Velha, em Sergipe.

O Terminal de São Sebastião e o respectivo oleoduto se revestem de particular importância, por permitirem maior rendimento operacional da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, estando sua construção em ritmo acelerado.

Há, ainda, que se destacar a conclusão do Oleoduto Rio-Belo Horizonte que, inicialmente, transportará derivados petrolíferos para a capital mineira. Concluída a Refinaria Gabriel Passos, passará a transportar óleo cru a ser processado por essa Unidade.

Intensificando racionalmente suas atividades em todos os setores, a PETROBRÁS aumentou em novembro passado o seu capital de 60 bilhões de cruzeiros para 345 bilhões. O aumento aprovado deu aos acionistas da Empresa uma bonificação de 800 cruzeiros por ação de 200 cruzeiros possuída.

Para os êxitos alcançados pela PETROBRÁS contribuiu de maneira preponderante sua reorganização administrativa, cuja implantação se efetivou no ano passado. Essa reestruturação, realizada em bases departamentais, criou maior flexibilidade e deu celeridade à ação administrativa e técnica da Empresa.

Política do Petróleo

Merecem ser citados os novos dispositivos legais e regulamentares de importância (vários deles já mencionados anteriormente), que complementaram os até então existentes em matéria de ordenamento jurídico e administrativo das atividades econômicas do setor petróleo e a ele correlato.

Pelo Decreto nº 56.570, de 9 de julho de 1965, o atual Governo determinou a desencampação das permissionárias do refino, revogando o Decreto nº 53.701, baixado pelo Governo anterior.

As bases legais para o desenvolvimento da indústria petroquímica foram objeto de dois decretos executivos. O primeiro, de nº 55.579, de 15 de fevereiro de 1965, que prevê estímulos à

indústria química, incluiu a indústria petroquímica entre os ramos industriais que poderiam gozar dos benefícios instituídos por aquele ato.

O Grupo Executivo da Indústria Química, criado por diploma anterior, foi autorizado a apreciar a concessão de facilidades e isenções tarifárias, bem como concessão de financiamento e redução do imposto de renda, no caso de projetos de implantação de indústrias petroquímicas, já aprovadas pelo Conselho Nacional do Petróleo.

O Decreto nº 56.571, também de 1965, complementou os dispositivos já estabelecidos, reproduzindo basicamente os termos da Resolução nº 5/65, que havia sido adotada pelo Conselho Nacional do Petróleo, com data de 20 de maio de 1965. Tendo em vista que a fabricação de produtos petroquímicos pode dar origem a subprodutos, objeto do monopólio estatal, firmou o decreto o princípio de que o lucro, porventura resultante da comercialização de tais subprodutos, deverá ser creditado à PETROBRAS.

No que se refere às atividades de lavra e industrialização do xisto betuminoso, passou o Governo a considerar, pelo Decreto nº 56.980, de 1º de outubro de 1965, não estarem as mesmas incluídas no monopólio da União estabelecido pela Lei nº 2.004, tendo, assim, sido abertas à participação da iniciativa privada, sob o controle e fiscalização do Conselho Nacional do Petróleo, reservando-se à PETROBRAS, contudo, uma área exclusiva para a exploração e industrialização, no sul do País.

Programa de Atividades da PETROBRAS para 1966

A totalidade dos recursos previstos para 1966 monta a Cr\$ 643.590 milhões. De fontes internas, a PETROBRAS deverá obter Cr\$ 459.451 milhões que representam 71,3% dos recursos totais prováveis.

A distribuição dos recursos globais previstos, segundo setores de aplicações, apresenta-se com os seguintes valores: Cr\$ 98.432 milhões para Encargos Financeiros; Cr\$ 134.153

milhões para aumento de capital circulante; Cr\$ 409.705 milhões para investimentos em capital fixo e amortizáveis (inclusive provisão específica).

Investimentos

O investimento global previsto em capital fixo e amortizável atinge a cifra de Cr\$ 409.705 milhões. A distribuição por atividades do investimento proposto é a seguinte:

Exploração	Cr\$	106.337 milhões
Produção	Cr\$	99.285 milhões
Refinação	Cr\$	52.666 milhões
Petroquímica	Cr\$	32.193 milhões
Transporte Marítimo	Cr\$	12.280 milhões
Terminais e Oleodutos	Cr\$	44.296 milhões
Indústria do Xisto	Cr\$	6.408 milhões
Aperfeiçoamento de Pessoal	Cr\$	6.142 milhões
Comercialização	Cr\$	4.384 milhões
Outros	Cr\$	45.714 milhões
TOTAL	Cr\$	409.705 milhões

A realização de tais investimentos e a recente descoberta de novos campos petrolíferos, permite seja estimada, para 1966, uma produção de 6.372 mil metros cúbicos de petróleo bruto. Como fato a destacar, teremos o início da produção do campo de Carmópolis, o que deverá ocorrer no terceiro trimestre do ano. Cumpre ainda assinalar que a produção do Recôncavo Baiano poderá vir a ser substancialmente ampliada, face à contribuição do campo de Miranga, que não foi incluído na estimativa acima da produção de petróleo.

A capacidade do parque nacional de refinação deverá ser suficiente para atender a todo o consumo dos principais derivados previsto para 1966, à exceção do GLP, dos óleos lubrificantes e dos combustíveis para aviação. No que se refere ao querosene para aviação, todavia, os planos existentes contemplam o início, em 1966, de sua produção efetiva, devendo o mercado ser atendido pelo menos parcialmente.

CARVÃO

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 1965

Pesquisa

Realizaram-se em 1965 diversos estudos no sentido de se obter os elementos necessários à elaboração de um Plano Global de Pesquisa de carvão mineral, em todo o território nacional. O Plano de Pesquisa do carvão resultante desses estudos e já pôsto em execução pela Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN), cobre os seguintes itens:

- 1º) Pesquisas geológicas no município de Cachoeira (RGS).
- 2º) Pesquisas de carvão na região oeste do RGS.
- 3º) Pesquisa geológica das bacias carboníferas paranaenses.
- 4º) Pesquisa de carvão na região amazônica.

Beneficiamento

Constitui premissa de capital importância a utilização de uma técnica de beneficiamento convenientemente escolhida e o estabelecimento de condições que possibilitem o consumo das frações resultantes dêsse tratamento que são: carvão metalúrgico, carvão vapor e rejeito piritoso.

Carvão Metalúrgico

Os consumidores de carvão metalúrgico nacional são as usinas de gás e as companhias siderúrgicas.

A CPCAN, em colaboração com firmas estrangeiras, vem realizando estudos para montagem de uma coqueria no litoral paulista para, com a participação de nosso carvão, produzir coque para siderurgia e metalurgia; também vem sendo investigada a possibilidade da adoção do processo de injeção de carvão em pó nos tubos condutores de ar dos altos fornos. Por êste processo,

até 20% do coque pode ser substituído por carvão pulverizado de características semelhantes às do nosso carvão metalúrgico.

Quanto às companhias de gás, vêm sendo realizados estudos no sentido de definir a taxa máxima de consumo de carvão metalúrgico nacional pelas três companhias em funcionamento no País.

Carvão Vapor

O consumo de carvão vapor vem sofrendo sérias limitações, restringindo-se quase que exclusivamente às usinas termelétricas. Estão sendo conduzidos estudos no sentido de serem abertas novas frentes para recuperação do mercado perdido.

Carboquímica

Foram realizados os estudos iniciais para instalação de um conjunto industrial em Charqueadas, no RGS, para fabricação de amônia, ácido nítrico e fertilizantes, partindo-se de ar liquefeito e de gaseificação do carvão.

Outro empreendimento que está sendo estudado diz respeito ao emprêgo do carvão na complementação da evaporação de salmônia para extrair o sal.

Investigou-se ainda a participação das cinzas, juntamente com o cimento, no concreto destinado em particular às obras portuárias e barragens.

Também foram mantidos entendimentos com algumas firmas para o estabelecimento, no sul do País, de fábricas que, consumindo as piritas de carvão, possam produzir não só ácido sulfúrico, mas também enxôfre elementar.

Visando ainda manter o ritmo de desenvolvimento da indústria carbonífera nacional, foram aplicados pela CPCAN, durante o ano, Cr\$ 15.461 milhões, sendo Cr\$ 534 milhões em pessoal e material, Cr\$ 1.574 milhões em atividades de produção (pesquisas, lavra e financiamento de estoques), Cr\$ 1.029 milhões para melhoria do transporte (ferroviário e rodoviário), Cr\$ 11.843 milhões nos setores de consumo, (ou seja, amparo às seguintes

empresas: Aços Finos Piratini, Siderúrgica de Santa Catarina, Usina Termelétrica de Figueira e Sociedade Termelétrica de Capivari), e Cr\$ 481 milhões no setor de assistência social (escolas, hospitais, saneamento, abastecimento e vilas operárias).

Além destas realizações, está em estudo o estabelecimento de convênios de aquisição e fornecimento, elaborados entre os consumidores e a CPCAN e entre esta e os fornecedores, o que permitirá à CPCAN evitar o acúmulo de estoques ou incapacidade de atendimentos.

Outra medida tomada e digna de realce, foi a racionalização da produção, através da concentração das empresas mineradoras.

Programa de Ação para 1966

Em linhas gerais, a política do carvão veiculada através da CPCAN está assim formulada:

- Incentivar o consumo do carvão nacional no setor de siderurgia, termelétricidade e carboquímica, para que se possa reduzir o dispêndio de divisas com a importação de similares estrangeiros.
- Fomentar a produção, de forma a atender à demanda crescente e também absorver mão-de-obra não qualificada.
- Incrementar a pesquisa em regiões indicadas e ainda não exploradas.
- Fomentar a utilização integral do carvão, amparando e estimulando convenientemente a instalação de complexo fabril que aproveite tôdas as frações resultantes de extração e beneficiamento.

TRANSPORTES

A Política de Transportes

Na definição e execução de políticas sadias, quanto a vias e transportes terrestres e hidroviários, está o Governo encarando êsses problemas nos seus aspectos globais.

Procura-se não somente atender às exigências de melhoria dos equipamentos e instalações, mas também reformular as relações de trabalho do pessoal.

Por outro lado, objetiva-se condicionar o desenvolvimento de cada tipo de transportes, por forma a encontrar o equilíbrio econômico e operacional dentro do conjunto.

Para fazer face à situação difícil em que se encontrava o Ministério da Viação, vêm sendo tomadas medidas no sentido de corrigir as distorções e tornar possível a consecução de objetivos a curto e a longo prazo.

Tais medidas estão produzindo os efeitos esperados e os objetivos visados vão sendo atingidos, esperando-se a consolidação desejada no correr do presente exercício.

Providências complementares nesse sentido continuam sendo adotadas, tais como a recente Portaria (29-12-65) baixada por aquêlê Ministério dando início ao processo de racionalização do transporte de sal das fontes produtoras do Nordeste para os centros de consumo, tendente a aumentar a capacidade anual de transporte e a baixar o preço do produto no destino. Trata-se de instalações, em Macáu e Areia Branca, de transportes terrestres altamente mecanizados e automatizados (teleféricos); bem como adequação das instalações de armazenamento nos pontos de destino.

A criação do Grupo Executivo da Integração da Política de Transporte, por outro lado, visa ao equacionamento dos problemas de transporte, de maneira integrado e a longo prazo.

Esse Grupo, constituído por engenheiros e economistas de 4 firmas estrangeiras e técnicos nacionais, trabalha ativamente desde novembro do ano passado e realiza o maior estudo global de transporte já empreendido no mundo e conta com o mais vultoso financiamento até aqui concedido pelo BIRD para estudos.

Convém notar que, apesar das dimensões desse estudo, êle é atinente apenas a uma parte do território brasileiro.

Espera-se estendê-lo a todo o País mediante o trabalho principalmente dos técnicos nacionais.

Descrição e análise dos principais programas e projetos executados em 1965

Os principais programas e projetos, no campo dos Transportes, executados em 1965, objetivaram no seu conjunto:

- Melhor relacionamento desses serviços com as necessidades do País.
- Aperfeiçoamentos estruturais, operacionais e econômicos para redução dos custos totais e unitários.
- Gradativa redução dos *deficits*.
- Adequação dos sistemas, em caráter permanente, às necessidades nacionais.

Assim, prioridades foram estabelecidas e medidas adotadas para a consecução de tais objetivos:

Setor Rodoviário

- Amplo programa de pavimentação.
- Melhoria de rodovias sem condições técnicas aceitáveis.
- Construção de rodovias para substituição de trechos ferroviários antieconômicos.
- Início e prosseguimento de obras rodoviárias cuja frequência de trânsito observada ou inferida o justificasse.
- Programação das frentes de trabalho a partir dos principais centros geradores de tráfego.

Setor Ferroviário

- Concentração dos investimentos infraestruturais.
- Adequação gradativa do material rodante aos traçados.
- Aumento da oferta de transporte de cargas pesadas.
- Supressão de ramais antieconômicos.
- Dinamização do processo de adequação dos quadros de pessoal e vencimentos.
- Obtenção de maior produtividade *per capita*.

Setor Marítimo e Fluvial

- Recuperação e ampliação da frota mercante nacional.
- Redução da tonelage fretada.
- Redução dos deficits operacionais.
- Desenvolvimento da navegação interior e aproveitamento múltiplo dos principais cursos d'água.
- Aperfeiçoamento do sistema portuário.

Dentro dessas prioridades e com vistas aos objetivos colimados foram as seguintes as principais realizações no ano findo:

O DNER executou 1.430km de terraplenagem, 5.000m de obras de arte especiais, restauração de rodovias numa área de 2.100.000 metros quadrados, pavimentação em centenas de quilômetros de estradas e deu grande impulso às obras de duplicação da «Rodovia Presidente Dutra».

Foram concluídas e inauguradas obras de grande porte, como:

- «Ponte da Amizade» e «Ponte Prof. Mauricio Joppert».
- Pavimentação do trecho Uberaba-Uberlândia da BR-050 com 110 quilômetros de extensão.

O DNER executou trabalhos de terraplenagem que atingiram um volume de 7.390.000m³ numa extensão de 1.446km de leito, dos quais deixou prontos 458km; concluiu 5.164m de túneis, 8.230 metros de obras de arte correntes, 1.927m de obras de arte especiais, entregando prontos ao tráfego 304km de linhas.

Dentre as obras atacadas prioritariamente, merecem destaque os trechos do Tronco Sul, objetivando integrar a Capital Federal ao sistema ferroviário nacional.

A RFFSA intensificou as obras de eletrificação dos transportes suburbanos da E.F. Leopoldina, inaugurando o tráfego elétrico no trecho Triagem-Penha Circular, suprimiu 3.643km de ramais antieconômicos, conseguiu a integração tarifária que já surtiu benéficos resultados permitindo a E.F.S.J. ultrapassar o regime deficitário. A aplicação do sistema rodotrem permitiu um rendimento dos transportes jamais alcançado.

Na área do pessoal, conseguiu a Rêde progressiva redução do efetivo, fazendo cair os gastos com pessoal, intensificou os programas de treinamento e propiciou maior assistência social aos seus servidores.

A Comissão de Marinha Mercante intensificou o programa de construção naval atingindo êsse ramo da nossa indústria um índice de 90% de nacionalização.

O Lloyd Brasileiro executou um programa de recuperação de suas unidades tendo colocado em serviço 11 navios de longo curso, devendo recuperar mais um nos primeiros meses dêste ano.

Realizou acôrdos na área da Europa melhorando consideravelmente a sua penetração naquela região e logrou alcançar total recuperação do ponto de vista financeiro com a liquidação de suas dívidas em atraso e ainda realizando no exercício um superavit estimado em Cr\$ 4 bilhões.

A CNNC conseguiu igualmente a liquidação de suas dívidas atrasadas da ordem de Cr\$ 1,5 bilhões, aumentou para Cr\$ 12 bilhões a receita com a exploração do transporte de carga e passageiros e recuperou dois navios do tipo «Princesa» — o Ana Nery e o Princesa Leopoldina.

O STBG melhorou o serviço de transporte de veículos e passageiros, mantendo em tráfego suas embarcações e realizando melhoramentos nas estações hidroviárias.

O SNBP promoveu a recuperação geral de sua frota colocando em tráfego 95% de suas unidades, aumentou consideravelmente o transporte de passageiros, gado, minério, trigo e cereais. Além da construção de embarcações obteve sensível economia nas despesas de custeio, que permitiu um saldo líquido de Cr\$ 350 milhões.

O DNPVN implantou e instalou a Cia. Docas do Ceará, recuperou dragas de propriedade do Departamento, colocando-as em serviço, realizou obras de melhoramentos e complementação de portos e prosseguiu as obras de construção de molhe de proteção da enseada do Malhado, para implantação do futuro porto de Ilhéus.

A APRJ recuperou o principal equipamento mecânico do pórto elevando de 35% para 95% a sua eficiência, logrou reduzir o tempo de operação dos navios no pórto e encerrou o exercício financeiro com saldo em caixa equivalente à subvenção recebida do Tesouro para custeio de despesas.

Sumário dos principais programas e projetos para o ano de 1966

— *No Setor dos Transportes Terrestres:*

Prosseguimento da construção dos trechos ferroviários integrantes do TS objetivando a integração da Capital Federal ao sistema ferroviário nacional, a unificação de bitolas e encurtamento das distâncias ferroviárias entre o Centro e o Sul do País.

Prosseguimento da eletrificação dos transportes ferroviários dos subúrbios do Rio e São Paulo, reequipamento das Estradas de Ferro e continuação da supressão de ramais antieconômicos, substituindo-os por rodovias.

Prosseguimento em ritmo acelerado da duplicação da «Rodovia Presidente Dutra».

Restauração, Implantação e Pavimentação de rodovias em todo o território nacional, dentro do Programa de Ação.

— *No Setor dos Transportes Marítimos, Fluviais, e Instalações Portuárias :*

Entrega ao tráfego de 22 novas unidades pela CMM.

Prosseguimento da construção e recuperação de outros navios; recuperação e melhoramento de cais, instalações portuárias, aquisição de equipamentos e dragagem de portos e vias navegáveis.

Obras de abastecimento d'água e rêde de esgotos, incluindo barragens, estações de tratamento, adutoras, reservatórios em numerosos Estados e Territórios.

Assim, prioridades foram estabelecidas e adotadas medidas para a consecução de tais objetivos, que conduziram a resultados animadores nos setores do saneamento e do combate a sêcas.

COMUNICAÇÕES

Política de Comunicações

A deficiência em serviços públicos de comunicações ainda constitui um fator de estrangulamento de nossa economia. Visando sanar tal deficiência, o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), em 1965, manteve entendimento com o FINEP e as autoridades da USAID, a fim de obter financiamento para a elaboração dos seguintes trabalhos:

- Estudo Preliminar das Demandas — Capacidade de Tráfego;
- Levantamento da Situação Atual das Telecomunicações;
- Estabelecimento no Brasil do Plano Diretor do Sistema Nacional de Telecomunicações;
- Estabelecimento do Plano Decenal de Telecomunicações.

Ainda no exercício de 1965 foram elaborados os atos constitutivos de uma nova entidade, a EMBRATEL, que sob a forma empresarial deverá explorar os serviços dos troncos constitutivos do sistema de comunicações, postos sob a competência direta da União. O programa da Empresa para 1966 também foi apreciado e aprovado.

Cumpre ressaltar, também, a manutenção dos entendimentos necessários para a aquisição da Companhia Telefônica Brasileira e suas subsidiárias.

O Governo espera, com a concretização dessas duas medidas, poder proporcionar, em curto prazo, substancial melhoria nos serviços de telecomunicações do País,

Convém considerar ainda, o início dos trabalhos de Planejamento do Tronco Sul de Telecomunicações, para ligação do Rio de Janeiro a Pôrto Alegre, com a possível extensão até a fronteira do Uruguai, e a adesão do Brasil ao grupo de países que, através de acôrdo internacional, decidiram explorar as telecomunicações através de satélites. Para êste fim, foram realizados estudos sôbre a forma de explorar a estação terrena de satélite a ser construída no Brasil.

Visando permitir maior flexibilidade ao CONTEL para o desempenho de suas atividades de fiscalização, enviou-se ao Congresso Nacional o anteprojeto de lei que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

Dentre as medidas legislativas aprovadas, tivemos o regulamento para concessão de estações com finalidade puramente educativa e o regulamento dos serviços de telefonia. Foram baixadas, ainda, normas para a outorga de permissão para estações retransmissoras de televisão, para aprovação de local e Sistema Irradiante das emissoras de televisão e de radiodifusão em onda média, e para o processamento dos pedidos de revisão das companhias telefônicas.

Do programa de atividades para 1966, constam as seguintes realizações principais:

- Estabelecimento da infra-estrutura da EMBRATEL;
- Projeto e início das obras de implantação do Tronco-Sul de telecomunicações;
- Recebimento e operação do enlace de micro-ondas entre Rio e Brasília;
- Estudos, projeto e instalação de estação terrena de telecomunicações por satélite;
- Estudo do emprêgo da técnica da tropodifusão para ligações de emergência;
- Dimensionamento da ligação de alta capacidade entre Belo Horizonte e Recife;

- Estudo da oportunidade da ligação São Paulo-Campo Grande;
- Estudo do sistema auxiliar do Plano Nacional de Telecomunicações.

Correios e Telégrafos

No que diz respeito a serviços postais e telegráficos, os principais programas e projetos executados em 1965, objetivaram:

- Recuperação da imensa rede de condutores telegráficos (180 mil quilômetros);
- Ampliação das instalações de serviços;
- Modernização das instalações postais;
- Redução dos *deficits* e restituição da confiança do público usuário.

O estabelecimento de prioridades e as medidas adotadas para a consecução desses objetivos conduziram aos seguintes resultados no ano findo:

— No Setor do Correio

Transporte de 8,5 milhões de malas postais, distribuição domiciliar duas vezes por dia nas grandes cidades, aumentou considerável da extensão das linhas de correio.

A implantação do serviço de correio rodoviário produziu, no Paraná onde foi experimentado, surpreendente êxito.

— No Setor de Telecomunicações

Construção de linhas telegráficas de ondas portadoras, entre São Paulo e Curitiba, reconstrução de 5.087km de linhas telegráficas. Melhoramento na sala de aparelhos no Rio de modo a comportar movimento de 58 mil telegramas diariamente.

AGRICULTURA

Produção Agrícola

O setor agrícola recuperou-se, em 1965, das vicissitudes sofridas nos anos de 1962 e 1963, graças à normalização da vida política nacional, às condições climáticas favoráveis e às medidas de estímulo proporcionadas pelo Governo.

Estima-se que a produção relativa à safra 1964-1965 tenha aumentado de entre 10 a 15% sobre a do ano agrícola anterior, contribuindo substancialmente para a elevação do produto e retomada do desenvolvimento econômico do País.

A previsão de safra, para 1966, fornecida pelos órgãos oficiais, prevê um decréscimo na quantidade produzida de alguns produtos. Em contrapartida, estima-se um pequeno aumento na produção de feijão e arroz e um incremento muito significativo na produção de amendoim.

Apesar da mencionada previsão da queda de produção de alguns produtos, a estimativa de excedentes exportáveis, expressos em termos de dólares, é maior do que a da safra anterior. Com efeito, a estimativa de exportação de excedentes agrícolas em 1964-1965 montou a 168,7 milhões de dólares e em 1965-1966, ascende a 203,0 milhões de dólares. A maior parte desta diferença é devida ao grande acréscimo da exportação de amendoim.

Atividades em 1965

O Ministério da Agricultura aplicou, em 1965, aproximadamente, 15 bilhões de cruzeiros em atividades de formação e extensão agropecuária.

Além de projetos visando ao incremento da produção vegetal e animal, bem como à manutenção e funcionamento das fazendas de criação e postos disseminados nas diferentes áreas do País, há que destacar, no setor da *promoção e extensão*:

a) os trabalhos de multiplicação e aquisição de sementes e mudas, nos quais foram aplicados recursos superiores a 2 bilhões de cruzeiros;

- b) as atividades de revenda de máquinas e implementos para a lavoura, que contaram com mais de 2 bilhões de cruzeiros;
- c) os trabalhos visando a desenvolver a mecanização agrícola, através de patrulhas motomecanizadas, nos quais foram invertidos 2 bilhões de cruzeiros.

Especificamente na área da produção vegetal, foram desenvolvidos, entre outros, os seguintes trabalhos:

- a) melhoria e expansão das culturas de milho, arroz, batatinha, soja e amendoim, bem como das leguminosas para adubação verde;
- b) incremento da viticultura, citricultura e de outras plantas frutícolas, industriais e medicinais;
- c) intensificação dos trabalhos sobre adubação;
- d) aperfeiçoamento e ampliação das atividades de extensão rural, em colaboração com a ABCAR.

Na área da produção animal, destacam-se:

- a) a campanha visando à expansão da suinocultura;
- b) a intensificação dos trabalhos de seleção do gado de corte e leiteiro e ampliação dos serviços de registro genealógico;
- c) aumento da produção de sementes e mudas de forrageiras e intensificação das práticas de ensilagem e forração.

Há que ressaltar os principais trabalhos realizados em convênio com a Comissão do Vale do São Francisco, com o objetivo de desenvolver naquela região a avicultura, a pecuária leiteira e de corte e a cultura do arroz irrigado.

Pesquisas e Experimentação

Contando o Ministério da Agricultura com um órgão central e seis Institutos Regionais, pôde o mesmo apresentar significativa soma de trabalhos nessa área, aplicando recursos da ordem de 7 bilhões de cruzeiros em pesquisas e trabalhos experimentais.

Defesa e Inspeção Sanitária

O total de recursos aplicados no setor de defesa e inspeção sanitária alcançou a cifra de 5 bilhões de cruzeiros, dos quais 3 bilhões provieram da dotação orçamentária e o restante, do Fundo Federal Agropecuário.

Ênfase especial foi dada ao combate das doenças que grassam no rebanho nacional, especialmente a febre aftosa e a brucelose, em que se aplicaram cerca de 1,5 bilhões de cruzeiros.

Reforma Agrária

Dando cumprimento ao que determina o Estatuto da Terra, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) deu início este ano, ao Cadastramento Rural, trabalho que implicava na necessidade de cobrir perto de 4 mil municípios e 4 milhões de propriedades. A magnitude e especialização desta tarefa exigiu a seleção e treinamento do pessoal destinado a orientar tôdas as fases do Cadastramento.

Na fase que antecedeu à implantação do Cadastramento, o IBRA realizou uma série de convenções com as Prefeituras Municipais, a fim de explicar-lhes a finalidade do levantamento das propriedades rurais.

Os primeiros mapas sobre as propriedades rurais do Estado do Espírito Santo indicam uma proporção de comparecimento por parte dos lavradores superior às previsões; registrando-se, assim, êxito total nos trabalhos nessa área.

Os cadastros serão permanentemente atualizados, com a inclusão das novas propriedades que forem sendo constituídas e, no mínimo de 5 em 5 anos, serão feitas revisões gerais para atualização das fichas já levantadas.

Dentro dos trabalhos realizados pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), devemos destacar os estudos para a aquisição de máquinas agrícolas, estabelecimento de núcleos coloniais nos Estados e celebração de convênios com entidades

públicas e particulares, visando à realização de cursos de cooperativismo, treinamento de estudantes concluintes de agronomia e veterinária e, bem assim, os destinados à eletrificação rural. Além disso, foram promovidos encontros regionais e concretizada a idéia da seleção de municípios modelos, a fim de que nêles sejam testados programas específicos, relativos ao desenvolvimento agrário.

Pesca

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) investiu, em 1965, Cr\$ 1,2 bilhões na revenda de material a pescadores, principalmente motores diesel. Destacam-se, ainda, o convênio efetuado com o Banco do Brasil, no montante de 3 bilhões de cruzeiros destinados à concessão de financiamento a pescadores, e os estudos para a reformulação do Código de Pesca.

Seguro Agrícola

A Companhia Nacional de Seguro Agrícola destinou 1 bilhão de cruzeiros ao Fundo de Estabilização para ocorrer às eventualidades advindas de sinistros.

Essa entidade elaborou planos técnicos de seguro agrícola e estudos para os convênios com o Banco do Brasil e com as Secretarias de Agricultura dos Estados. Prosseguiram, também, os estudos para a organização de cooperativas de seguro agrícola, visando à entrega das responsabilidades assecuratórias aos próprios lavradores e criadores, os quais preencherão, ao mesmo tempo, as funções de seguradores e segurados.

Abastecimento

Os problemas de abastecimento já foram amplamente discutidos na parte I desta mensagem. O Governo vem elaborando um programa coordenado, abrangendo desde a seleção de sementes, até a colocação dos produtos ao alcance dos consumidores.

A SUNAB, através da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) e da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), vem assegurando ao produtor a compra de produtos a preços mínimos estabelecidos com antecedência, reajustados na véspera da colheita e válidos nos centros de convergência da produção. A COBAL mantém estoques reguladores, de modo a evitar as especulações no mercado de produtos agrícolas.

No que diz respeito a armazenagem e silos, as providências adotadas têm por fim não apenas a recuperação da capacidade estática dos armazéns e silos da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), como também o treinamento de agricultores na construção de silos de baixo custo nas próprias fazendas, por exemplo, o tipo «paiol de tela», do qual se construíram, aproximadamente, 10.000 unidades em 1965.

Crédito Agrícola

O crédito agrícola desempenha um importante papel na consecução da política agrícola. Até recentemente, porém, não vinha êle contribuindo de maneira marcada para o desenvolvimento da agricultura brasileira devido a dois motivos principais: inexistência de fontes específicas de capital e falta de coordenação das atividades das instituições financiadoras.

As medidas adotadas pelo Governo, no ano de 1965, visaram a superar estas dificuldades. O Decreto nº 56.835, de 3-9-65 criou o Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (FUNAGRI), com o objetivo de reunir sob uma única administração os vários fundos destinados ao financiamento da agricultura e indústria, bem como criar a possibilidade de obtenção de novas fontes de recursos internos e externos.

Para resolver o problema de coordenação, votou-se a Lei nº 4.829, de 5-11-65, que institucionalizou o crédito rural no Brasil e pelo qual se atribuiu ao Banco Central da República a tarefa de dirigir, coordenar e fiscalizar as atividades das unidades pertencentes ao sistema de financiamento agrícola no Brasil.

Foi substancial o montante de financiamentos concedidos à agricultura pelas instituições federais. O FUNAGRI deferiu operações de cerca de Cr\$ 35 bilhões e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo ofereceram recursos da ordem de Cr\$ 585 bilhões e Cr\$ 46 bilhões, respectivamente.

Programa para 1966

Em 1966 e anos próximos, uma árdua tarefa deverá ser realizada. A agricultura brasileira engloba todos os diferentes tipos de empresas, dos mais primitivos aos mais modernos. Dêsse modo os problemas a serem solucionados vão desde as necessidades básicas da educação e saúde, até os intrincados problemas de desenvolvimento de mercados e mobilização de capital. As inadequadas instalações portuárias e os altos fretes marítimos limitaram de algum modo as possibilidades de exportação dos excedentes agrícolas, assim como também isolaram e retardaram o desenvolvimento de áreas como o Nordeste.

O alto custo de certos fatores de produção, em relação aos preços recebidos pela agricultura, tornou antieconômica a adoção de tecnologias modernas.

Ao lado destes, existe o problema social representado pela inaptidão da mão-de-obra e existência de minifúndios. Isto exigirá um programa a ser executado a longo prazo, baseado no conhecimento profundo desses complexos problemas.

Neste ano, o Governo fixará programas racionais para reduzir o custo dos fatores agrícolas, aumentar a disponibilidade de recursos para crédito a curto e longo prazo, oferecer incentivos para estimular a adoção de tecnologias modernas, melhorar a capacidade da população rural e modernizar o sistema de comercialização dos produtos agrícolas.

Para este fim, a Reforma Administrativa a ser aprovada em 1966, deverá dar ao Governo as condições para acelerar o processo de modernização e reequipamento dos órgãos do Ministério.

da Agricultura, adequando-os à dinâmica do desenvolvimento sócio-econômico do País. Neste sentido, o Plano Diretor deste Ministério fixou as seguintes atividades para 1966:

Sementes Melhoradas

Ampliação e consolidação dos programas de produção e distribuição de sementes melhoradas, mediante ação integrada dos órgãos de pesquisa, experimentação e fomento, e extensão dos órgãos federais e estaduais, visando à produção de sementes básicas das variedades mais produtivas e mais resistentes às pragas e doenças; estímulos oficiais às entidades privadas produtoras de sementes básicas, selecionadas e certificadas.

Adubos e Corretivos

Incentivo à expansão da indústria nacional de fertilizantes; difusão das práticas de adubação e correção dos solos pela intensificação dos serviços de extensão rural (realização de experimentos nos próprios estabelecimentos produtores); ampliação dos trabalhos de correção dos solos visando a reduzir o grau de acidez, facilitando a aquisição de calcário e difundindo essa prática por intermédio do Serviço de Extensão Rural.

Para atendimento do programa especial de fertilizantes contar-se-á com recursos concedidos pela Aliança para o Progresso.

Frentes Pioneiras para Expansão das Culturas Alimentares

Incentivo a novas áreas de produção, próximas aos mercados consumidores, com emprêgo de técnicas modernas. O IBRA e o INDA, em colaboração com o Ministério da Agricultura, programaram a realização, até o fim de 1966, de um programa de melhoramento das condições agrícolas, principalmente nas áreas superpopulosas do Leste e Nordeste. Através da tributação progressiva da terra, espera-se conseguir uma melhoria de produtividade. O programa visa, também, à melhoria dos sistemas de transportes, armazenamento e comercialização, e a fixação da política de preços racional, para estimular a produção agrícola.

Expansão Pecuária

Ampliação das pesquisas e experimentos zootécnicos, veterinários e agrostológicos, diretamente pelos órgãos do Ministério da Agricultura, ou por meio de convênio com instituições científicas e serviços estaduais; desenvolvimento da avicultura; ampliação do programa de melhoria dos rebanhos bovino e suíno, aquisição e revenda de espécimes de raça para melhoria de plantéis; desenvolvimento da inseminação artificial e dos estudos sobre nutrição animal; desenvolvimento dos trabalhos sobre forrageiras; aperfeiçoamento e desenvolvimento da produção animal; fomento do rebanho leiteiro e do gado de corte; modernização e reaparelhamento das fazendas regionais de criação; melhoramento e formação de pastagens.

Mecanização

Prosseguimento do plano de mecanização visando, fundamentalmente, a mobilizar ao máximo os equipamentos das patrulhas mecanizadas; revenda de tratores de roda e seus implementos, mediante financiamento; intensificação dos trabalhos de desbravamento e preparo do solo, com utilização das patrulhas constituídas por tratores de esteira do tipo pesado. Já se encontram praticamente criadas 21 patrulhas com 300 tratores, dos quais o primeiro lote de 50 chegará nos primeiros meses de 1966, importados da Iugoslávia. Essa primeira leva é destinada a Recife. Esses tratores são equipados com oficinas volantes, para prestação de pronta e eficiente assistência técnica.

Pretende-se, também, fazer em cada região do país, cursos de treinamento para os operadores dos tratores das patrulhas pesadas no sentido de obter maior rendimento, menor despesa e maior conservação das unidades.

Conservação do Solo

Ampliação dos trabalhos de levantamento agrológico do território nacional e confecção da respectiva carta; pesquisa sobre a fertilidade do solo; estudo de métodos de conservação e manejo

do solo no território nacional; execução de práticas conservacionistas; mapeamento e classificação de solos; ampliação da campanha nacional do solo; combate à erosão. Expansão de programa experimental de demonstração de prática de irrigação e drenagem, ampliação dos programas de trabalho de irrigação, especialmente nas áreas do Nordeste.

Para a consecução das atividades acima mencionadas, a agropecuária contará em 1966 com recursos da ordem de 282,1 bilhões de cruzeiros. Dentro desse total de recursos, as dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Agricultura, representam cerca de 147 bilhões de cruzeiros, sendo a diferença coberta pelos recursos originados de outros órgãos.

Essas verbas serão aplicadas nos trabalhos dos diversos setores agropecuários, segundo se vê na Tabela III.

TABELA III
DISTRIBUIÇÃO DAS VERBAS ORÇAMENTÁRIAS PROGRAMADAS
PARA A AGROPECUÁRIA — BRASIL — 1966

(em bilhões de cruzeiros)

PROGRAMAS	1966	PERCENTAGEM (%)
Administração.....	45,0	16
Pesquisas, Experimentação e Tecnologia.....	23,6	8
Prorrogação e Extensão Agropecuária.....	81,7	29
Engenharia Rural.....	40,3	14
Mecanização.....	2,2	1
Defesa Sanitária.....	6,4	2
Inspeção Agropecuária.....	5,2	2
Recursos Naturais Renováveis.....	17,2	6
Meteorologia e Climatologia.....	1,7	1
Reforma Agrária.....	61,5	18
Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal.....	0,3	—
Estudos e Pesquisas.....	7,1	3
TOTAL.....	282,1	100

POLÍTICA CAFEEIRA

Política Externa

A política brasileira do café, conforme dissemos, depende, no âmbito externo, da perfeita consonância com o espírito e a letra do Convênio Internacional do Café.

A preservação do Convênio Internacional do Café, fundamental para a estabilidade dos países produtores e para a definição de políticas de organização de mercados para outros produtos primários, até mesmo para a continuação do esforço de cooperação internacional no campo econômico entre países em diferentes estágios de desenvolvimento, depende hoje basicamente da capacidade de ação das principais nações produtoras e consumidoras.

Entende o Brasil que, ao serem criadas, através dos mecanismos do próprio Convênio, entradas adicionais líquidas de recursos cambiais de grande vulto, todo o esforço deve ser feito no sentido de impedir que tais melhorias representem estímulo a novos plantios, pois, ao contrário, a sua utilização racional deve conduzir à solução total do problema cafeeiro, problema típico de todos os produtos primários. Pensa, assim, o Governo brasileiro, que a imobilização de uma parcela desses recursos, para aplicação através de órgãos de financiamento e desenvolvimento em programas de diversificação econômica, poderá constituir o ponto de partida no sentido de impor disciplina e controle aos países produtores e orientar os recursos adicionais no sentido de efetivo desenvolvimento econômico.

Nessas condições, o Brasil, que no momento programa ampla política de diversificação da lavoura cafeeira, tem perfeita consciência de que somente uma ação de âmbito internacional, envolvendo o conjunto dos produtores, poderá resultar em solução do problema cafeeiro, isto é, em que a solução se encontra exclusivamente em combinar disciplina de mercado, vendas a preços estabilizados e orientação de recursos internacionais para diversificação.

A análise da conjuntura do café durante o ano de 1965 evidencia dois períodos básicos. Durante o primeiro semestre, que corresponde ao último do ano-safra 1964-1965, a retração dos principais centros consumidores, através da utilização de estoques, a política de vendas a preços reduzidos adotada pelos concorrentes e as quotas globais excessivas fixadas pelo Conselho da Organização Internacional do Café para o ano-convênio 1964-1965, foram os principais fatos que caracterizaram a fragilidade dos negócios de café. A razão principal dessa política nos

centros consumidores foi, sem dúvida, a falta de confiança do comércio e da indústria do café na capacidade do Brasil de manter os preços vigentes na época. Receavam os importadores que a diminuição das exportações brasileiras induzisse à modificação da política adotada de sustentação dos preços internacionais em níveis razoáveis.

Todavia, durante o segundo semestre de 1965 verificou-se uma reversão no panorama apresentado desde o início do ano. As exportações brasileiras elevaram-se a 8,5 milhões de sacas, representando a média mensal de, aproximadamente 1,4 milhões de sacas ou seja, praticamente o retôrno aos níveis considerados normais.

É de notar que a obtenção dos resultados favoráveis nos últimos seis meses do ano somente foi possível em decorrência do mecanismo de comercialização do café, desde as fontes produtoras até a exportação.

Entre os fatores condicionantes da reversão ocorrida no segundo semestre, podemos evidenciar:

1º) a aprovação, em março de 1965, pela Organização Internacional do Café, do «Sistema Quota-Preço» (Resolução nº 67), proporcionando o ajustamento semi-automático da oferta em função das variações de preços;

2º) a fixação das quotas para o ano-convênio 1965-1966 em níveis compatíveis com o consumo mundial e o seu simultâneo ajustamento em função do comportamento dos preços;

3º) a adoção, por parte do Governô brasileiro, de mecanismos de comercialização, traduzidos pelas Resoluções ns. 341 e 346, do IBC, possibilitando aos compradores do exterior a garantia por eventuais prejuízos decorrentes não só de modificações na conduta da política brasileira de preços, como também por possíveis alterações nos níveis de preços, provocadas por iniciativa dos nossos concorrentes.

Apesar de nos defrontarmos com uma conjuntura desfavorável na primeira metade do ano de 1965, conforme antes mencionado, a recuperação verificada no segundo semestre possibilitou uma receita cambial da ordem de US\$ 710 milhões, aproximadamente idêntica ao do exercício de 1964 e dentro dos limites da programação governamental.

A Atuação no Âmbito da Organização Internacional do Café

No âmbito da Organização Internacional do Café, os resultados obtidos, graças às negociações desenvolvidas pelo Brasil, marcaram o início de uma nova fase, de maior significação na história dos esforços conjuntos para estabilizar os preços do café, visando à construção de um sistema geral de proteção ao comércio de produtos de base como instrumento de desenvolvimento econômico.

O fato marcante das atividades desenvolvidas pelo Brasil foi, sem dúvida, a aprovação das Resoluções ns. 67 e 68 do Convênio; a primeira, instituindo um mecanismo de ajuste semi-automático de quotas em função do nível geral de preços (Sistema Quota-Preço); a segunda, constituindo as bases do Fundo Internacional do Café, destinado, inicialmente, a prestar assistência aos membros exportadores que devem reter uma percentagem de seus cafés exportáveis e, posteriormente, fornecer recursos para programas de ajustamento da produção ao consumo.

A sessão do Conselho, de agosto de 1965, teve importância fundamental na consecução de um objetivo há longo tempo perseguido pela política internacional brasileira de café, representado pela fixação de uma quota global realista para o ano-convênio 1965-1966, vinculada à manutenção de cotações internacionais. A fixação das quotas para 1965-1966, dentro deste novo sistema, representa o abandono dos mitos estatísticos e das conotações políticas, por parte dos importadores.

Os resultados dessas negociações cedo se fizeram apresentar, pois logo no primeiro trimestre do ano-convênio 1965-1966 (outubro-dezembro) as cotações dos concorrentes africanos começaram

a subir, as posições dos diferenciais de preços restabeleceram-se favoravelmente aos cafés brasileiros e o Brasil preencheu integralmente sua quota.

Na sessão seguinte, ao vincular-se a concessão de quotas complementares a um preço mínimo, conseguiu o Brasil dos países beneficiados não apenas o compromisso de sustentar e manter o equilíbrio nas cotações internacionais do café, como, também, coobrigá-los na aplicação dos mecanismos em defesa de preços.

A Política Interna

No terreno específico da política interna, deformações antigas foram corrigidas, apesar de toda a resistência de setores interessados em manter arcaicos sistemas de garantia que, paulatinamente, estavam conduzindo ao estrangulamento os negócios da exportação. Teorias sobre os níveis e a oportunidade de alteração dos preços de exportação, sobre o centro de gravidade de comercialização, sobre o fluxo do café do interior para os portos, sobre preços de garantia e padrões de classificação foram colocados em seus devidos termos, deixando à mostra, muitas vezes, apenas a defesa do interesse individual.

No setor da comercialização interna, procurou o IBC formular uma política de bases realistas, evitando as distorções do passado, quando as bruscas oscilações das cotações do nosso café, na área internacional, determinavam, em momentos de baixa, o encaminhamento de grande parte da safra para os estoques governamentais, e em períodos de alta, a injeção maciça de cafés brasileiros no exterior.

No campo da assistência à cafeicultura, a ação do IBC tem contribuído para a melhoria da produtividade em diversas zonas cafeeiras, através da exigência de apresentação de projetos técnicos que vinculam a liberação das parcelas dos financiamentos concedidos às etapas físicas do investimento. Este critério simboliza algo de novo, pois o procedimento tradicional consistia na liberação integral dos recursos sem qualquer fiscalização posterior por

parte da Autarquia. Outrossim, a concessão de financiamentos a cooperativas está condicionada à ampliação do número de cooperados, objetivando-se difundir a organização cooperativista e eliminar paulatinamente aquelas que se caracterizam por objetivos restritos.

O programa brasileiro de racionalização e diversificação econômica das zonas cafeeiras foi reformulado e está em discussão nos órgãos do Governo que dêle devem participar. O relatório do Grupo de Trabalho define as linhas gerais da política de diversificação, dando ênfase à reorientação dos fatores produtivos. O programa é amplo e certamente não se completará em curto prazo; todavia, o início dos trabalhos ainda antes da próxima safra permite afirmar que resultados positivos poderão ser atingidos antes dos prazos que estão sendo estabelecidos pela Organização Internacional do Café, de cerca de 10 anos.

A política adotada pelo IBC no setor de armazenagem tem seguido uma orientação baseada em programas e planos técnicos, objetivando a funcionalidade do sistema, o atendimento dos centros produtores e a estocagem adequada dos cafés.

Neste sentido, a opção governamental foi a de execução de um plano de construção de armazéns próprios no interior, dentro de normas racionais, eliminando os erros ocorridos no passado, quando os cafés do IBC, armazenados nos portos, sofriram o desmerecimento da qualidade em decorrência de condições inadequadas de clima.

O Brasil tem hoje uma política global de café, integrada na política econômico-financeira do Governo, tecnicamente planejada e executada com racionalidade e persistência para atingir seus altos objetivos.

INDÚSTRIA

Ao longo da Parte I desta Mensagem os aspectos gerais do desenvolvimento industrial em 1965 foram focalizados. Os comentários seguintes referem-se aos diversos ramos industriais que ali não tiveram tratamento específico.

INDÚSTRIA SIDERÚRGICA

Dando prosseguimento à sua política de expansão e consolidação deste setor básico para a economia nacional, o Governo estendeu às empresas siderúrgicas por ele apoiadas, por intermédio do BNDE, recursos superiores a Cr\$ 130 bilhões, enquanto promoveu, junto ao BID e à AID, financiamentos externos equivalentes a Cr\$ 42 bilhões. A aplicação destes recursos no decorrer do ano assegurara a continuidade dos projetos em andamento e, em particular, a obtenção de dois grandes sucessos, quais sejam, o término das obras fundamentais das usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, respectivamente da USIMINAS e da COSIPA.

De fato, a USIMINAS, com a entrada em operação da segunda unidade das baterias da coqueria, do segundo alto forno e das instalações de laminação de tiras a quente e tiras a frio, não só completou a primeira fase do seu projeto original como, também, estabeleceu as bases da próxima etapa de expansão para 1.000.000 de toneladas anuais de aço em lingotes.

A COSIPA, inaugurando o alto forno, a aciaria e a coqueria previstos no seu projeto, integrou finalmente a sua estrutura de produção e adicionou 550.000 toneladas anuais à capacidade brasileira de produção de aço em lingotes, o que possibilitará a sua participação efetiva no abastecimento do mercado nacional de chapas de aço, bem como no esforço pela exportação desses produtos.

Enquanto isso, a CSN promoveu ativamente a implantação do seu Plano Intermediário destinado a aumentar a sua capacidade de produção em 300.000 toneladas anuais de aço em lingotes e a assegurar o suprimento das necessidades nacionais de folha-de-flandres nos próximos anos. Para tanto, aplicou Cr\$ 43 bilhões de recursos próprios, somados a Cr\$ 14 bilhões advindos da AID.

O ano de 1965 tornou-se um marco da siderurgia brasileira pelo esforço de exportação realizado, liderado pelas empresas estatais, que resultou na colocação de mais de 300.000 toneladas de laminados de aço nacional no exterior, correspondendo a mais de

13 % da produção nacional e a um rendimento em divisas superior a US\$ 30 milhões. O aço despontou neste ano como nosso principal produto manufaturado de exportação.

Cuidou o Governo, também, dos problemas da futura expansão do setor. Neste sentido, dois fatos significativos ocorreram em 1965, quais sejam:

a) A assinatura de um contrato entre a Companhia Ferro e Aço de Vitória e o BID, para o financiamento da elaboração do projeto de expansão e integração da produção da empresa, por meio de novas instalações vizinhas ao pórtico da Companhia Vale do Rio Doce em Ponta do Tubarão — ora em construção — do qual resultou um anteprojeto, que se encontra em fase de apreciação pelos órgãos competentes; e

b) A assinatura de um acordo entre o BNDE, o Ministério do Planejamento e o BIRD para elaboração de um estudo aprofundado da siderurgia brasileira, que permita estabelecer bases sólidas para a análise dos diversos projetos de expansão ou implantação de usinas ora em consideração.

A ação do Governo no setor siderúrgico em 1966 será regida pelos seguintes propósitos:

a) Consolidar a posição das usinas recém-terminadas, facultando-lhes, no mais curto prazo possível, o total aproveitamento de sua capacidade produtora;

b) Promover a eliminação de pontos de estrangulamento existentes no setor e a adequação das economias externas, bem como incentivos à melhoria dos métodos e processos de produção e gerência, visando baixar o custo de produção, de forma a tornar o aço brasileiro plenamente competitivo nos mercados interno e externo;

c) Facilitar a exportação dos excedentes previstos de produção; e

d) Estabelecer, com base nos estudos em andamento, uma política a longo prazo do Governo no setor, que assegure a expansão necessária nos próximos anos, dentro das condições impostas pelas necessidades nacionais.

INDÚSTRIA MECÂNICA E ELÉTRICA

A produção em 1965 e tendências para 1966 dos seguintes ramos industriais: maquinaria mecânica e elétrica, equipamentos industriais, material ferroviário, construção naval, máquinas rodoviárias, veículos (caminhões e ônibus, automóveis e utilitários), tratores agrícolas, utilidades domésticas.

Nas indústrias de transformação o setor mecânico e elétrico, abrangendo os ramos acima indicados, representa uma importante parcela do Produto Interno Bruto. Em 1962 e 1963 essa participação caiu de 6,90 % para 6,75 %, reagindo em 1964 para 7,0 % e passando em 1965 para cerca de 7,4 %.

Caracterizou-se a produção do setor, em 1965, pelo início das modificações profundas em seu sistema operacional para atender ao aumento imperativo da produtividade em face da necessidade de cobrir maior parcela do mercado interno — que passava de vendedor a comprador — e também concorrer nos mercados de exportação.

Da fase corretiva atravessada em 1964 passou-se em 1965 à chamada «reversão de expectativas» que se caracterizou pelas seguintes etapas:

1.ª) redução dos estoques exagerados de matérias-primas, que na época da inflação descontrolada eram acumulados com fins especulativos e como tentativa de conservação dos capitais de giro das empresas;

2.ª) redução da mão-de-obra inoperante, melhorando-se o nível de qualificação, com o conseqüente aumento da produtividade;

3.ª) melhor utilização de matérias-primas, com programação mais eficiente das aquisições para conseguir minimizar os imprevistos que pesavam sobre os custos, os quais eram correntemente aceitos e transferidos ao consumidor.

Essas três etapas sucessivas, auxiliadas pelo financiamento das vendas através do FINAME ou de organismos internacionais como a Aliança para o Progresso, Banco Interamericano ou Banco

Mundial, levaram à expansão segura do setor mecânico e elétrico, cujas cifras mais expressivas demonstram o dinamismo e confiança das indústrias na política do Governo.

Os ramos industriais dedicados à produção de bens de capital, que em 1963 haviam fabricado cerca de 323.000 toneladas, atingiram em 1964 a 344.000, e 360.000 em 1965. É importante que se saliente o índice de crescimento desses ramos, todos responsáveis pela criação de novas riquezas, pois representa investimentos em obras de infra-estrutura e de indústrias de base. Assim, o acréscimo, em relação a 1963, foi em 1964 de 6,5 % e de 11,1 % em 1965.

A indústria automobilística, que havia atingido o máximo de sua produção em 1962, com cerca de 190 mil unidades, atravessando 1963 com apenas 174 mil, elevou-se em 1964 para 184 mil e em 1965 para 185 mil, já agora produzindo em condições mais racionalizadas e não influenciada por fatores especulativos.

Para permitir que este tão importante ramo do setor mecânico atinja rapidamente um nível operacional compatível com a real demanda do mercado, foram concedidos, por lei específica, estímulos que permitissem às empresas reverem seus programas iniciais de investimento e terminarem o reequipamento de suas instalações fabris.

A produção de tratores, graças à política de financiamento operada pelo CREAM, pôde recuperar seus níveis de venda; assim, embora fossem produzidas apenas 8.500 unidades, a média dos últimos quatro meses do período superou as registradas em períodos anteriores.

O programa de construção naval foi dos mais significativos. Produziu-se nesse ramo, em 1965, 11,2% mais que em 1963. Recuperaram-se 11 navios de longo curso, parte importante da frota mercante do Lóide Brasileiro e dois navios mistos do tipo Princesa, da Costeira.

Foram encomendados aos estaleiros nacionais, através da Comissão de Marinha Mercante, para entregas em 1966 e 1967, cerca de 97.000 TDW e acham-se em andamento nesses estaleiros encomendas num total de 263.000 TDW, aproximadamente.

No ramo de utilidades domésticas, onde a fase de reversão de expectativas se mostrou com efeitos mais pronunciados, os resultados globais não se apresentaram tão favoráveis. Entretanto, o movimento de vendas que caracterizou o quarto trimestre de 1965 mostra que as perspectivas são promissoras.

Para 1966 tem o setor mecânico uma importante tarefa a cumprir. Se, por um lado, os investimentos em energia elétrica, petróleo, petroquímicas, siderurgia, cimento e outras indústrias básicas conclamam os fabricantes de máquinas e equipamentos para atender a essa demanda, por outro lado faz-se necessário que sejam melhorados os métodos de fabricação e a produtividade das empresas.

É essencial que essa indústria acompanhe, em nível tecnológico e em preços, a oferta no mercado internacional, não apenas para garantir sua posição nos investimentos internos mas também para poder competir, no estrangeiro, na implantação dos complexos industriais previstos pela dinamização da ALALC.

Os investimentos privados já programados e diversos em franca concretização asseveram a disposição das classes empresariais em atender ao crescimento da demanda, cientes de que a expansão se fará sem inflação, com a racionalização dos métodos de produção para maximizar os benefícios provenientes das economias de escala, com que estes ramos industriais estão intimamente relacionados.

Como essencialmente dinâmico que é, o desenvolvimento do setor promoverá um aumento considerável do nível de emprego, cujo número de operários já ultrapassa a casa dos 450.000, com um índice de qualificação dos mais elevados.

O Governo Federal, consciente dos problemas que preocupam o setor mecânico e elétrico, não poupa esforços em atender os legítimos reclamos dos produtores e mantém diálogo permanente com as Associações de classe a fim de acompanhar de perto todas as etapas do seu desenvolvimento.

Desde o início de 1965 especial atenção lhe foi dispensada resolvendo-se problemas que de há muito preocupavam os industriais brasileiros. Os financiamentos internos, a política da utiliza-

ção parcial de recursos externos para compras de equipamento nacional, a regulamentação da comparação de preços em concorrências internacionais, o financiamento de projetos através do FINEP, a dedução do imposto de consumo no caso de vendas internas equiparadas à exportação, e outras diversas medidas demonstram a compreensão dos problemas e o amparo que o Governo tem dedicado ao setor mecânico e elétrico.

ESTÍMULOS A INDÚSTRIAS TRADICIONAIS

Compreendendo a situação com que se defronta a indústria tradicional — especialmente a têxtil —, instituiu o Governo Federal estímulos ao desenvolvimento das indústrias de fiação, tecelagem, couros, calçados e seus artefatos, através do Decreto n.º 57.028, de 11 de outubro de 1965. A coordenação da aplicação desses incentivos está a cargo do Grupo Executivo das Indústrias de Tecidos, Couros e seus Artefatos, de acordo com os programas governamentais e sob a supervisão da Comissão de Desenvolvimento Industrial.

Os incentivos que o Governo Federal procura dar compreendem:

a) a redução no imposto de importação para os equipamentos sem similar nacional;

b) isenção, até maio de 1968, dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro, para importação de equipamentos, conjuntos de equipamentos, peças e acessórios, sem similar nacional, destinados especificamente às indústrias de curtume, artefatos de couro, inclusive calçados;

c) dispensa de pagamento de encargos financeiros na aquisição de divisas destinadas à importação de máquinas e equipamentos ao serviço de financiamentos externos.

d) a redução do imposto de renda no período inicial de operação, pela aplicação dos coeficientes de depreciação acelerada a que se refere o Decreto n.º 54.298, de 23 de setembro de 1964;

e) facilidade para importação de equipamento, sem similar nacional, sob a forma de investimento direto ou sob financiamento do exterior;

f) financiamento, aval ou garantia, por estabelecimentos oficiais de crédito, quando o interesse do projeto para o desenvolvimento econômico assim o justificar e quando a empresa não puder lançar mão de outras fontes de recursos.

Simultaneamente com essas medidas, procurou o Governo Federal reforçar o esquema até então vigente de financiamento a esses setores tradicionais, através do Fundo de Democratização dos Capitais das Empresas (FUNDECE), do FINAME e do FIPEME.

Através do FUNDECE, procura o Governo dar os elementos materiais para que as empresas em geral e as tradicionais, especialmente, democratizem seus capitais, abrindo-os ao público. Particularmente a indústria têxtil beneficiou-se desse esquema de financiamento.

Tanto o FINAME como o FIPEME, especialmente o primeiro, respondem, em grande parte, pelo financiamento das imobilizações técnicas, representadas por equipamentos nacionais, de que necessitam as empresas tradicionais para se modernizarem. Nesse particular, igualmente, tem-se beneficiado o setor têxtil brasileiro ao adquirir o equipamento nacional de que precisa, o que foi feito, no montante de Cr\$ 2,3 bilhões — o setor mais financiado.

Compreendendo a necessidade de um órgão encarregado do financiamento de estudos técnicos para a implantação de projetos e programas, foi criado o FINEP. A esse órgão que, até certo ponto, completa a cadeia de organismos governamentais destinados a assistir a indústria nacional, cabe importante papel na reorganização e reestruturação das empresas nacionais — especialmente as indústrias tradicionais — como fonte de financiamento de estudos de que as mesmas precisam.

INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Estímulos à Construção

Ao reconhecer a importância da edificação de prédios residenciais como finalidade social e meio de desenvolvimento econômico,

o Governo, desde o início da implantação de seu programa, demonstrou o propósito de estimular a indústria de construções.

A Lei n.º 4.864, de 27 de novembro de 1965, criou medidas de estímulo à indústria de construção civil e procurou, também, aprimorar o mecanismo dos instrumentos legais já existentes e introduziu novos elementos que fôsem capazes de acelerar, a curto e médio prazo, a retomada do processo de construção a cargo da iniciativa privada.

A lei do inquilinato havia constituído um passo inicial neste sentido.

Quanto às incorporações imobiliárias, até recentemente alimentadas, com visíveis fins especulativos, pela inflação, foi votada a Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que contém dispositivos de grande alcance. Houve, entretanto, a inserção de requisitos de garantia que dificultaram o registro nos cartórios. Tais exageros foram eliminados na Lei n.º 4.864/65, que previu ainda a possibilidade de ser adotada cláusula de correção monetária para os contratos de alienação de imóveis e de construção, desde que o instrumento de aquisição seja celebrado simultaneamente com o de construção.

Dentro do ponto de vista de ampliar ao máximo as operações da iniciativa privada na construção civil, a lei prevê ainda que o Banco Central autorizará sociedades de crédito e financiamento, ou a se transformarem em sociedades de crédito imobiliário ou a manterem carteira especializada para este ramo de atividades, o que favoreceu consideravelmente a possibilidade de atuação, no mercado imobiliário, das empresas de caráter estritamente financeiro.

De idêntico sentido é a criação, no Banco Central, de um fundo de compensação de variações cambiais e monetárias, a fim de possibilitar a atração para esse setor de financiamentos do exterior.

Ampliou-se a gama dos instrumentos legais utilizados pelas Caixas Econômicas no financiamento de projetos da iniciativa privada para a construção e venda a prazo de unidades habitacionais de interesse social ou destinadas às classes de nível médio de renda.

Sob o ponto de vista fiscal, as modificações que a nova legislação contém visam principalmente a simplificar o sistema de arrecadação, com economia para o fisco e para o contribuinte em seus custos administrativos.

Isenção do imposto de consumo foi concedida para as casas e edificações prefabricadas, desde que, naturalmente, os materiais empregados na sua produção tenham sido regularmente tributados. A redução do custo desse tipo de construção, passível de produção em série, estimulará certamente a sua produção, acelerando a retomada do ritmo que se deseja para a construção civil.

Obras Públicas em 1965

No que concerne à construção de obras públicas, podemos mencionar as principais realizações do ano findo:

Setor rodoviário: o DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) executou a terraplenagem de 1.430 quilômetros de estradas, 5.000 metros de obras de arte especiais, restaurou rodovias numa área cêrca de 2,1 milhões de metros quadrados e pavimentou centenas de quilômetros de estradas. Neste setor foram ainda concluídas e inauguradas obras de grande porte como sejam:

- Ponte da Amizade e Ponte Professor Maurício Joppert.
- Pavimentação do trecho da estrada BR-050, compreendido entre as cidades de Uberaba e Uberlândia, com 110 quilômetros de extensão.

Setor ferroviário: foram construídos 1.446 quilômetros de leitos de ferrovias, correspondendo a um volume de 7.390.000 m³ de terraplenagem, conclusão de 5.164 metros de túneis, 8.230 metros de obras de arte correntes e 1.927 metros de obras de arte especiais, e entregues ao tráfego 304 quilômetros de linhas.

Dentre as obras atacadas, prioritariamente merecem destaque especial os trechos do Tronco-Sul, com o objetivo de integrar a Capital Federal ao sistema ferroviário nacional.

Setor portuário: obras de melhoramento e complementação de portos e prosseguimento de construção do molhe de proteção da enseada do Malhado, com vista à implantação do futuro porto de Ilhéus.

Setor de saneamento: o DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), à base de convênios com órgãos estaduais especializados, executou obras de abastecimento d'água e esgotos sanitários em 91 cidades, com aplicação de verbas superiores a Cr\$ 11 bilhões. Executou o saneamento e defesa contra inundações em 47 cidades, além de obras de regularização de cursos d'água em 137 bacias hidrográficas. Construiu 8 barragens com diversas finalidades (irrigação, abastecimento d'água, etc.) e 6 barragens hidrelétricas. Concluiu as barragens Maria Filho e Laranjeiras no Estado do Rio Grande do Sul, possibilitando a instalação de uma potência hidrelétrica superior a 150.000 HP; nesta obra foram aplicados cerca de Cr\$ 3,5 bilhões.

Setor de obras contra secas: o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) realizou no ano findo as seguintes obras: conclusões de 13 açudes públicos, além de 9 em cooperação; 27 obras de abastecimento d'água em diversas cidades, beneficiando cerca de 220 mil habitantes; construiu 23 aguadas e 18 canais de irrigação, além da perfuração de 475 poços.

Prosseguimento da construção de duas usinas hidrelétricas a serem concluídas em 1966, bem como a construção de 94 quilômetros de linhas de transmissão. Esse Departamento também construiu sete trechos de rodovias numa extensão de 148 quilômetros.

Investimentos Governamentais em Obras Públicas no Ano de 1966

Do total de investimentos governamentais, para o ano de 1966, segundo o orçamento-programa, Cr\$ 1.597,4 bilhões, ou sejam 68,6 % do total, são destinados a construção de obras públicas.

Setorialmente, a maior parcela é destinada ao transporte, na construção de rodovias, obras de arte, ferrovias, obras portuárias,

aeroportos. O valor consignado em orçamento para esse setor é de Cr\$ 1.050,4 bilhões, representando 65,8% do total.

Ao Setor de Energia é destinada a quantia de Cr\$ 184.152,8 milhões para investimentos em construções de hidrelétricas, barragens, linhas de transmissões, edificações, etc., representando 11,5 % do total da dotação orçamentária.

O Setor de Saúde e Saneamento receberá Cr\$ 109.544,8 milhões, ou sejam 6,9 % do total, destinados à construção de hospitais, abastecimentos d'água, rêsdes de esgotos, canalizações, drenagens de cursos d'água, galerias de águas pluviais, etc.

Ao Setor de Educação foram consignados Cr\$ 84.706,9 milhões (3,3 %) e ao de Habitação a verba de Cr\$ 11.637,4 milhões, além de inversões financeiras no valor de Cr\$ 133,3 bilhões, sendo Cr\$ 129,4 bilhões em financiamentos pelos Bancos de Financiamento.

MINERAÇÃO E PESQUISA MINERAL

No setor dos minérios, a política do Governo possibilitou à Companhia Vale do Rio Doce e seus associados resultados jamais atingidos, havendo exportado cêrca de 10 milhões de toneladas em 1965, contra pouco mais de 7 milhões de toneladas no ano anterior.

Ressalte-se também que um dos trabalhos de grande importância para o Brasil teve início no ano findo, com a aprovação do Plano Mestre Decenal de Pesquisas Mineraiis, cujo objetivo é, num decênio, conhecer o que existe no subsolo brasileiro, a fim de prover o atendimento de nossas necessidades em matérias-primas mineraiis.

O impôsto único sôbre mineraiis teve seu Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 55.928, de 14 de abril de 1965.

Da mesma forma, foi aprovada, pelo Decreto n.º 55.928, de 14 de abril de 1965, a regulamentação do Fundo Nacional de Mineração. Durante o ano, foram arrecadados Cr\$ 700 milhões, que se destinaram ao pagamento de despesas realizadas durante o exercício. A arrecadação prevista para o exercício de 1966, é da ordem de Cr\$ 1.700 milhões.

Departamento Nacional da Produção Mineral

Em 1965, a política do Governo no que diz respeito às atividades de mineração, visou propiciar a todos os mineradores iguais oportunidades e facilidades legais. Como consequência imediata dessa nova diretriz, aceleraram-se as atividades no campo da mineração, tendo aumentado de modo sensível os pedidos de pesquisa e lavra. Assim, os Decretos de autorização de pesquisa passaram de 222 em 1964 para 515 em 1965. O número de decretos de concessão de lavra cresceu de 65 em 1964 para 122 em 1965. Em consequência, a produção brasileira de bens primários minerais passou de 30.000.000 de toneladas em 1964 para cerca de 33.500.000 toneladas em 1965. A exportação brasileira de minerais, minérios, combustíveis (exceto petróleo), fertilizantes e metais comuns cresceu de 10.479.740 toneladas em 1964 para cerca de 13.000.000 de toneladas em 1965, nos valores respectivos de US\$ 107.861.000.00 e US\$ 130.000.000.00.

Por sua importância foi dada prioridade aos trabalhos relacionados com a confecção da Carta Geológica do Brasil. Estará concluída ao fim dos próximos quatro anos, sendo a estimativa do custo de Cr\$ 2,76 milhões. Tiveram prosseguimento os trabalhos de mapeamento geológico e prospecção de minerais metálicos não-ferrosos na região central da Bahia. Ampliaram-se os serviços de cobertura fotográfica para todo o Brasil. Os trabalhos de pesquisa de bauxita, na região de Sêrro, permitiram cubar 21.475.000 toneladas do minério. Prosseguiram os trabalhos de sondagem para cobre em diversas regiões do País.

Em 1966, terão prosseguimento os trabalhos de confecção da Carta Geológica. Será terminada a cobertura fotográfica da região centro-oeste e do Vale do Rio Doce. Na região central da Bahia, dar-se-á prosseguimento ao mapeamento e à prospecção, visando a novas ocorrências de minérios não-ferrosos. Estão programadas ainda diversas sondagens exploratórias e trabalhos de pesquisa nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Companhia Vale do Rio Doce

Em 1965, conseguiu-se uma exportação de 10.005.190 toneladas, o que representa um aumento de 27,9% sobre o ano anterior. Ao preço médio de US\$ 8,25 a tonelada, significa uma receita cambial global para o ano de cerca de US\$ 82.500.000.00.

No setor portuário, foram feitas maciças inversões em obras e equipamentos para o novo terminal marítimo da Ponta do Tubarão. A entrada em operação do mesmo em abril de 1966, será mais um fator de estímulo às exportações de minério.

Para 1966, está prevista uma exportação de 12 milhões de toneladas de minério de ferro, com uma receita cambial da ordem de US\$ 100 milhões.

Prevêm-se também inversões, em todos os setores de mineração, de Cr\$ 75 bilhões e US\$ 20 milhões para atingir uma exportação de 20 milhões de toneladas de minério de ferro.

A construção, em Vitória, de uma usina de pelotização de 2.000.000 de toneladas anuais de capacidade, tornará necessária a realização de novos e vultosos investimentos. Os trabalhos deverão ser iniciados ainda este ano, estando previstas inversões de Cr\$ 2.850 milhões e US\$ 930 mil em obras e serviços, e, Cr\$ 2.000 milhões e US\$ 5,4 milhões em equipamentos.

Resultados da Política de Minérios

Como já assinalamos, a política adotada pelo Governo em matéria de exportação de minério de ferro começou a dar os seus primeiros frutos, no sentido de restabelecer o interesse de mineiros privados pela promoção de projetos de exportação. Enquanto a Companhia Vale do Rio Doce continuava a expansão das suas atividades, aumentando de quase 30% as suas vendas no exterior, e ultrapassando 10 milhões de toneladas embarcadas, no Vale do Rio Paropeba duas empresas manifestaram sua disposição de aumentar substancialmente suas exportações: a Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração, controlada por acionistas brasileiros, e a Companhia de Mineração Novalimense, sob o controle de capitais estrangeiros, através da St. John d'el Rey Mining Co.

e da The Hanna Mining Co. Os projetos dessas empresas não chegaram, todavia, a ser apresentados, porque à vista das condições estabelecidas na política do Governo, os dois grupos decidiram rever os seus planos e estudar as possibilidades de sua associação em programa de grande envergadura, objetivando não só a exportação de minério, mas a própria produção siderúrgica no Brasil.

No mês de dezembro o Governo foi oficialmente informado de que os dois grupos haviam chegado a um acordo, em princípio, segundo o qual os seus recursos e esforços serão reunidos em uma única empresa brasileira, cujo capital pertencerá, na percentagem de 51 %, ao grupo brasileiro. A Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração pretende promover um programa de gradativa industrialização do minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, orientado pelo objetivo final da criação de uma indústria siderúrgica para exportação, e do qual a exportação de minério será a primeira etapa. A unificação dos interesses dos dois grupos aumentará a capacidade competitiva de nossas exportações e importará na transferência, para o comando brasileiro, da exploração das propriedades minerais que se acham sob o controle da St. John d'El Rey Mining Co., sem prejuízo da contribuição que a The Hanna Mining Co. trará para o empreendimento, em termos de capital financeiro e técnico, e de experiência comercial no mercado internacional.

O Governo aguarda a apresentação formal dos termos de acordo entre os dois grupos e do projeto que pretendem promover, a fim de examiná-los em todos os seus pormenores e eventualmente autorizar a sua execução.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AÇÃO DO GOVERNO NA ÁREA REGIONAL

A coordenação dos trabalhos dos órgãos federais de desenvolvimento regional é exercida pelo Ministério de Coordenação dos Organismos Regionais, que se estruturou em linhas simples e flexíveis na expectativa da implantação da reforma administrativa, na

qual aquêle órgão passará a Ministério do Interior. Graças a essa flexibilidade, pôde o Ministério, por ocasião de situações de emergência em vários Estados, fixar sede nas próprias áreas atingidas, para melhor levar-lhes a assistência do Governo Federal. Dada a natureza de suas atribuições, grande tem sido a preocupação do Ministério de estar presente às diversas regiões do País, através do seu titular e assessôres mais diretos, a fim de conferir ao trabalho de coordenação a necessária vivência e um sentido dinâmico.

No tocante ao desenvolvimento regional, ao Ministério do Planejamento, em coordenação com o MECOR, vem cabendo principalmente a tarefa de integrar os planos dos diversos órgãos no planejamento nacional, e de cooperar para a instituição de um mecanismo de programação regional em bases modernas. Para efeito, por exemplo, de preparação do Plano de Longo Prazo, já iniciado, criaram-se grupos de coordenação, em bases técnicas, reunindo não apenas os dois Ministérios já citados como também as diversas instituições regionais e estaduais.

Outra importante área a que se vem dedicando o Ministério do Planejamento é a de formulação de uma política nacional para o desenvolvimento urbano e planejamento integrado local. Neste sentido, foi preparado um anteprojeto para reforma constitucional daqueles aspectos relacionados com os Municípios. Um dos tópicos importantes de tal reforma será a introdução do conceito da área metropolitana e área de desenvolvimento, para finalidades planejadoras.

Por outro lado, foi elaborado o Estatuto do Planejamento Integrado Municipal, objetivando a disciplinação dos loteamentos urbanos no País, através de normas e diretrizes técnicas que visam integrar os novos loteamentos em Planos Gerais de Desenvolvimento Urbano. Solicitou-se ao BID o envio de uma missão técnica com o objetivo de elaborar, em conjunto com órgãos brasileiros, um documento básico a respeito do assunto. Finalmente, está o FINEP organizando um sistema de financiamento para planos de desenvolvimento municipal.

ATIVIDADES DO MINISTÉRIO DE COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS

Os principais aspectos da ação do MECOR em 1965 são apreciados a seguir.

SUDENE

Ação Coordenadora

Em março de 1965, foi realizada em Recife, sob a égide do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, uma reunião à qual compareceram os vários organismos que atuam na região. O objetivo principal foi o de analisar os problemas de interesse comum dos vários órgãos, definindo funções e criando condições para uma ação coordenada no futuro.

Dentro desse panorama, a SUDENE pôde definir as linhas gerais para a fixação das metas prioritárias de ação de cada órgão, em função do Plano Regional de Desenvolvimento Econômico Social do Nordeste.

Administração de Incentivos e Orientação ao Setor Privado

A importância da iniciativa privada para o plano global da economia regional levou a atual administração a fortalecer o diálogo com o Setor Privado da economia através de ação direta, promoção e divulgação de oportunidades industriais.

Como fruto dessa atuação a SUDENE aprovou, em 1965, 106 projetos industriais no montante de 142 bilhões de cruzeiros, sendo 34 bilhões provenientes dos Arts. 34/18, da Lei de Incentivos Fiscais para o Nordeste. Para 1966, espera-se que os recursos provenientes dos referidos artigos superem a casa dos 100 bilhões de cruzeiros.

Investimentos da SUDENE em 1965

A SUDENE aplicou na Região Nordeste, no exercício de 1965, o montante de 73.996 milhões de cruzeiros.

Dêsses investimentos, 47.171 milhões foram investidos no setor de infra-estrutura, contemplando o subsetor energia elétrica com 23.051 milhões, saneamento básico com 10.201 milhões e o de transportes com 13.919 milhões.

Deve-se observar que dos investimentos totais da SUDENE, as aplicações diretas corresponderam a apenas 22 %, sendo os 78 % restantes investidos indiretamente através de convênios com entidades públicas atuantes na região.

Tal orientação evidencia a preocupação da SUDENE em obter o máximo de eficácia na sua atuação, descentralizando as funções executivas.

Assistência Internacional

No campo da assistência financeira foram comprometidos recursos da ordem de 6.490 bilhões de cruzeiros e 13.665 milhões de dólares em convênios assinados com a USAID e o BID, respectivamente.

Durante o exercício de 1965 contou a SUDENE com a assistência dos seguintes países e entidades:

França	18 técnicos
Estados Unidos	50 técnicos
ONU	8 técnicos
FAO	2 técnicos

Além dessa assistência técnica direta, a SUDENE promoveu um amplo programa de treinamento de técnicos no Exterior.

III Plano Diretor

Em dezembro de 1965, foi aprovado, através da Lei nº 4.869, o III Plano Diretor da SUDENE, cobrindo o período 1966-68.

Deu-se ênfase ao capítulo referente aos Recursos Humanos, recomendando-se medidas no sentido de solucionar o problema do desemprego na região nordestina.

Outra preocupação registrada, foi a de integrar as comunidades locais, de forma decisiva e consciente, no processo de desenvolvimento. Por outro lado, o III Plano Diretor destaca a participação da iniciativa privada, particularmente no que se refere ao esforço para aumentar os investimentos. No período coberto pelo Plano serão investidos pelo Governo Federal, na região, mais de 1 trilhão de cruzeiros.

Sòmente a SUDENE fará investimentos no montante de 739,1 bilhões de cruzeiros, distribuídos setorialmente da seguinte forma:

INVESTIMENTOS PROGRAMADOS PELA SUDENE PARA O TRIÊNIO 66/68

Milhões de Cruzeiros (Preços de 1966)

SETORES	TOTAL		1966		1967		1968	
	RECURSOS	%	RECURSOS	%	RECURSOS	%	RECURSOS	%
Infra-estrutura.....	370.570	50,1	76.000	53,1	122.100	49,1	172.420	49,8
Recursos Naturais.....	55.000	7,4	12.000	8,4	18.000	7,2	25.000	7,2
Recursos Humanos.....	100.000	13,5	14.000	9,9	35.000	14,1	51.000	14,7
Agricultura e Abastecimento.....	93.200	12,6	17.000	11,9	31.000	12,5	45.000	13,0
Indústria.....	37.850	5,1	4.000	2,8	13.850	5,6	20.000	5,7
Programas Especiais.....	45.000	5,8	10.000	7,0	15.000	6,0	18.000	5,2
Coordenação e Administração Geral.....	39.500	5,4	10.000	7,0	13.800	5,5	18.000	4,6
TOTAL GERAL.....	739.120	100	143.000	100	248.750	100	347.420	100

Fonte: — III Plano Diretor; anexo da Lei n.º 4.860 de dezembro de 1965.

Para a implementação do III Plano Diretor, poderá contar ainda a SUDENE com o apoio do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste — FIDENE, recentemente regulamentado em Decreto presidencial.

SPVEA

A preocupação do Governo Federal com a formulação de uma nova política de valorização econômica para a Amazônia, resultou na constituição de um Grupo de Trabalho incumbido de

propor normas e diretrizes gerais para nortear a ação governamental na área. Foi também devidamente considerada a necessidade de dinamizar as entidades federais atuantes na região, de modo a dotá-las dos meios e instrumentos de ação necessários à execução dos programas futuros.

Cuidou-se, outrossim, de estabelecer condições básicas para atrair o investimento privado, e integrá-lo efetivamente no processo de desenvolvimento da região.

A elaboração de anteprojeto de lei estabelecendo favores fiscais e outros estímulos, cuja concepção em termos flexíveis oferece novas facilidades ao investidor, constitui um primeiro passo nesse sentido. Estão previstos prazos mais longos de vigência objetivando atender de forma mais liberal aos novos setores contemplados, como o da agropecuária e o dos serviços básicos, indispensáveis à criação de condições para o desenvolvimento econômico da região, no ritmo desejado.

A vinculação das dotações orçamentárias a programas específicos de financiamento, objetivando identificação mais profunda dos recursos naturais disponíveis na área, foi outra preocupação presente. Mecanismos de financiamentos de programas e projetos agrícolas e industriais, foram criados, cadastrando-se aqueles capazes de promover a eliminação gradual do caráter extrativista predominante na economia da região.

Convém enfatizar o saldo positivo dos resultados registrados após adoção de providências constantes do Plano de Emergência para 1965, consubstanciando nova política de desenvolvimento, na qual se evidencia uma concentração maciça de recursos, escalonados eficientemente em sua utilização.

Convênios, Investimentos e Participações

Foram assinados cerca de trezentos e oitenta convênios com órgãos federais, estaduais e municipais, entidades eclesiais e de utilidade pública, abrangendo os setores de educação, saúde, agricultura, pecuária, energia elétrica, obra social da Igreja, obras públicas, serviços de água e esgotos e sistema rodoviário da região. O montante dessas inversões foi da ordem de Cr\$ 4,8 bilhões.

Na linha de participações, no período de atuação MECOR/SPVEA, foram aplicados Cr\$ 2.534.500.000, cabendo ao Estado do Pará a maior parcela de capital empregado, atingindo Cr\$ 1.340.000.000.

Relativamente aos financiamentos feitos a empresas industriais da Amazônia, registrou-se a soma de Cr\$ 1.818.700.000.

Dessa forma, no período referido, a SPVEA investiu em convênios, financiamentos e participações a quantia total de Cr\$ 9.168.162.450.

Impulso na Industrialização da Amazônia

Com a dinamização da Comissão Deliberativa, decorrente da reorganização ampla do SPVEA, foi possível o desencadeamento do processo de industrialização da Amazônia.

Foram apresentados àquela Comissão cerca de 40 empreendimentos industriais, em sua maioria em fase definitiva de implantação, cujo valor atinge o montante de Cr\$ 95.299.753.000, sendo que dos incentivos fiscais, propriamente, só serão aplicados Cr\$ 24.047.020.

O confronto dos dados estatísticos indica o acerto da política dos incentivos fiscais, que resultou no encaminhamento de novos recursos para a área.

A participação do setor público na valorização econômica da Amazônia registrou, até setembro de 1965, um montante de aproximadamente 4 bilhões de cruzeiros em investimentos de bens de capital, contemplando preferencialmente setores da Agricultura e Abastecimento, Indústria e Mineração, Educação, e outros não classificados.

A concentração de esforços e recursos no sentido de intensificar e racionalizar a agricultura das principais culturas de subsistência e sustentação industrial absorveram, do montante acima registrado, mais ou menos 55 %, de sorte a proporcionar ao agricultor maior assistência técnica, sementes, mudas, fertilizantes, instrumentos e máquinas agrícolas, etc.

Os investimentos para a implantação de novas indústrias regionais e modernização dos parques já existentes absorveram cerca de 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros, até setembro de 1965, como parte do Programa de Emergência para aquele ano. Foram contempladas indústrias de bens de consumo e de bens de capital, entre elas, as de madeiras, fibras, óleos, pesca, destacando-se o primeiro grande projeto para aproveitamento das jazidas de minério de manganês, com a implantação da Indústria Siderúrgica da Amazônia, empreendimento este considerado prioritário pela SPVEA, que destinou para tal recursos da ordem de 1 bilhão de cruzeiros.

Por outro lado, o quadro desfavorável à economia da borracha silvestre viu-se agravado com a disponibilidade interna da produção sintética.

As conseqüências previsíveis indicaram a necessidade de reexaminar a política nacional da borracha. Foi criado, nesse sentido, um Grupo de Trabalho com o objetivo de atender aos problemas pertinentes à estocagem excessiva da borracha vegetal, por conta da União, e também de examinar a questão legal e técnica da comercialização das borrachas sintéticas.

Como objetivo de longo prazo, dever-se-á adotar uma política de equilíbrio de mercado e de unificação dos preços das borrachas de cultura e extrativa. Necessária se torna a institucionalização, através dos órgãos regionais atuantes na área, do programa básico de diversificação agrícola e de heveacultura mediante assistência técnica e financeira adequadas.

COMISSÃO ESPECIAL DE CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BELÉM-BRASILIA (RODOBRAS)

Principais programas executados :

a) Mensagem do Governo ao Congresso, com o objetivo de obtenção de crédito especial de 10 bilhões de cruzeiros, o que se deu em parcelas mensais a partir de julho de 1965 até fevereiro de 1966 ;

- b) reformulação da RODOBRAS, que se transformou na Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília;
- c) realização de concorrências públicas, relativas a serviços de construções de pontes de concreto e terraplenagem, assim como para a aquisição de máquinas, veículos e viaturas.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO DA FRONTEIRA SUDOESTE DO PAÍS (SPVERFSP)

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, criada pela Lei nº 2.976, de 28 de novembro de 1965, tem a finalidade precípua de promover a elevação do padrão de vida das populações da região em que atua e integrá-las na economia nacional, mediante atividades no campo da educação e cultura, saúde, valorização da terra, incremento da produção, expansão das vias de comunicação, abastecimento, industrialização, eletrificação, pesquisas e exploração geral.

Os recursos utilizados pelo órgão estão vinculados ao Fundo de Valorização Econômica da Região da Fronteira. São constituídos por dotações orçamentárias, suprimentos ou contribuições das demais entidades, juros de depósitos bancários e produto de operações de crédito.

No princípio de 1965, cuidou-se da reorganização e da formulação de novas diretrizes de trabalho para os Departamentos Técnicos da Superintendência. Estudou-se também, nessa época, a divisão da área de jurisdição da Faixa da Fronteira em sub-regiões para efeito de descentralização dos trabalhos do órgão.

Foram efetuados ainda levantamentos estatísticos e pesquisas de caráter sócio-econômico, objetivando obter informações indispensáveis para a execução racional dos diversos itens constantes do Plano de Aplicações daquele ano. A elaboração do orçamento de 1966, dentro de moldes técnicos recomendados, foi outra das preocupações do órgão, visando ao aproveitamento racional das verbas que lhe são destinadas.

A União destinou recursos, de janeiro a setembro de 1965, para a SPVERFSP, sob a forma de dotações orçamentárias, no montante de 665 milhões e 135 mil cruzeiros. Dêsse total, registra-se como despesa de capital a importância de 179 milhões.

O investimento representa menos de um terço dos recursos, o que justifica a preocupação da entidade em levar a cabo estudos de base, a fim de criar condições futuras para o aparecimento de projetos e planos convenientemente integrados, com uma escala de prioridade já definida.

Atendida tal finalidade estará a SPVERFSP capacitada a coordenar efetivamente os empreendimentos mais aconselháveis para a área sob sua ação.

Programa para 1966

São três as características principais do programa da Superintendência para 1966 :

- 1º) Procura dar continuidade ao Plano de 1965 ;
- 2º) Enfatiza a necessidade de estudos e pesquisas básicas necessárias para o planejamento sócio-econômico da região ;
- 3º) Dá prioridade aos aspectos relacionados com os setores da educação e saúde da região.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS — DNOCS

Embora atuando em todo o território nacional, parte substancial dos investimentos do DNOCS são efetuados na região Nordeste. Nesta área seu esforço tem se desenvolvido de forma coordenada e complementária ao da SUDENE.

Sua atuação tem se dirigido principalmente para os setores de Abastecimento d'Água, Esgotos Sanitários, Saneamento Geral, Barragens de finalidades múltiplas (irrigação, piscicultura, abastecimento d'água, etc.) e Barragens Hidrelétricas.

Os investimentos realizados pelo DNOCS em todo o território nacional até setembro de 1965 montaram a 44,3 bilhões de cruzeiros e se distribuíram da seguinte forma:

Abastecimento água	11.455.637
Açudagem em Cooperação	325.477
Açudagem Pública	21.191.747
Engenharia Rural	700.206
Fomento e Produção	4.970.254
Poços Tubulares	1.733.383
Diversos	3.963.818
Total	44.340.522

Para o exercício de 1966, dando prosseguimento aos investimentos destinados à constituição de uma infra-estrutura básica para o desenvolvimento mais eficaz da região, o DNOCS aplicará um total de 105,2 bilhões, nos seguintes setores:

INVESTIMENTOS PROGRAMADOS — DNOCS — 1966

Bilhões de Cruzeiros

SETORES	RECURSOS
Infra-estrutura.....	85.620
Agropecuária.....	10.987
Incentivos à Indústria Pesqueira.....	3.120
Saúde.....	0.310
Estudos e Pesquisas.....	2.385
Treinamento e Aperfeiçoamento.....	0.130
Diversos.....	2.973
TOTAL.....	105.426

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

O Vale do São Francisco, cobrindo, aproximadamente, 600.000 km² e estendendo-se por 6 Estados da Federação, não poderia deixar de merecer a atenção do Governo Federal, que reconhece, no desenvolvimento integrado dos Vales e Bacias, elementos básicos para a constituição de pólos de crescimento.

Os investimentos efetuados pela Comissão do Vale, de janeiro a setembro de 1965, alcançaram 6,5 bilhões de cruzeiros, distribuindo-se setorialmente da seguinte forma :

INVESTIMENTOS REALIZADOS PELA COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO
JANEIRO/SETEMBRO DE 1965
Bilhões de Cruzeiros

SETORES	RECURSOS
Infra-estrutura.....	2,192
Agricultura.....	1,785
Saúde e Saneamento.....	2,175
Educação.....	0,300
Administração.....	0,067
TOTAL.....	6,517

Para o exercício corrente, visando atender às despesas de desenvolvimento econômico e social da região do Vale do São Francisco, reservou o Governo Federal o montante de 28 bilhões de cruzeiros para serem investidos pela Comissão do Vale do São Francisco, quer diretamente ou através de convênios com outras entidades.

INVESTIMENTOS PARCIAIS PROGRAMADOS PELA COMISSÃO
DO VALE DO SÃO FRANCISCO — 1966
Bilhões de Cruzeiros

SETORES	RECURSOS
Infra-estrutura.....	12,60
Estudos e Pesquisas.....	0,48
Saúde.....	5,10
TOTAL.....	18,18

OUTROS ÓRGÃOS

Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim

Esta Comissão passou para a órbita do MECOR somente em 1965. Em agosto daquele ano foi aprovado o Plano de Operação do Órgão, que funcionará com a colaboração das Nações Unidas.

Fundação Brasil-Central

Em 1965, processou-se uma reorganização ampla do órgão e promoveram-se algumas atividades importantes no campo do desbravamento e da colonização. Para 1966, um dos principais programas será realizado na rodovia Aragarças-Xavantina-Cachimbo.

Parque Nacional do Xingu

Este órgão aplicou em 1965 importantes verbas em vários setores relacionados com o desenvolvimento sócio-cultural dos índios da região, e em pesquisas etnográficas.

Territórios Federais

A ação do Governo Federal, através do MECOR, nos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima teve resultados compensadores nos vários setores que foram atacados.

De janeiro a setembro de 1965, foram investidos nos três Territórios, as seguintes parcelas (em Cr\$ 1.000):

Território do Amapá	657.743
Território de Rondônia	154.263
Território de Roraima	570.456
Total	<u>1.382.462</u>

Neste total, predominaram os investimentos realizados nos setores de infra-estrutura, agricultura e de desenvolvimento social (educação, saúde, habitação, etc.).

BRASILIA

Além dos organismos regionais que atuam sob a coordenação do MECOR, deve-se mencionar também a atuação do Go-

vêrno Federal em Brasília, através de duas instituições que lhe são subordinadas, a saber :

1ª) Prefeitura do Distrito Federal, que registrou em seu acervo de 1965 um saldo positivo de realizações, dentre as quais podem ser destacadas :

a) ampla reforma administrativa, realizada pela Secretaria de Administração, que resultou na constituição de um órgão local de planejamento (Coordenação de Planos e Recursos) e na elaboração do orçamento-programa para 1966 ;

b) atualização da arrecadação tributária local, que se viu elevada de 110 % com relação a 1964 ;

c) várias obras e serviços nos setores de educação, saúde, assistência social, agricultura e infra-estrutura urbana ;

2ª) Grupo de Trabalho de Brasília, encarregado de promover a transferência dos diversos setores do Governo para a Capital Federal, e que, através de sua comissão de obras mobilizou recursos da ordem de 3,9 bilhões de cruzeiros. O Grupo de Trabalho ficou sendo o administrador do Fundo Rotativo criado de acôrdo com o Plano Nacional de Habitação. Foi preparadô um relatório justificativo solicitando fundos do BID e da AID para acelerar as tarefas do Grupo em 1966, colocando-se tal empréstimo como operação-chave para a consolidação final de Brasília, como Capital do País.

Senhores Congressistas:

Ao concluir o documento ora submetido à apreciação do Congresso Nacional, posso afirmar que nêle terão Vossas Excelências os elementos necessários para o pleno conhecimento do que realiza o Govêrno dentro dos postulados e aspirações da Revolução, cujos ideais de progresso e bem-estar dos brasileiros são fonte permanente de inspiração e estímulo.

Certamente, é imenso o acervo de trabalhos já efetuados no sentido da recuperação nacional, muitos dêles em plena frutificação. Esta, entretanto, e apesar dos sacrifícios reclamados de tôdas as classes sociais, ainda exige tempo e determinação para alcançar os objetivos derradeiros, cuja consecução significará estar o Brasil em condições de tornar-se, em breve espaço, uma das maiores e mais pujantes nações. Mas, o que foi feito em tão curto tempo, constitui prova eloqüente de que os brasileiros, pela capacidade e pelos recursos de que dispõem, estão realmente em condições de criar uma nova, justa e grande civilização.

Desejo agora manifestar a Vossas Excelências o reconhecimento do Govêrno pela compreensão e colabora-

ção do Congresso Nacional, que possibilitou levar-se a bom termo uma vigorosa obra revolucionária de desenvolvimento e reformas, e manter-se inalterada, nos seus fundamentos, a ordem democrática, ideal e segurança de todos os brasileiros.

Brasília, 1º de março de 1966.

H. CASTELLO BRANCO

ÍNDICE ANALÍTICO

Parte I

A REVOLUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO EM 1965

	<i>Págs.</i>
ASPECTOS ECONÔMICOS	33
<i>O Combate à Inflação</i>	33
Os Resultados do Combate à Inflação	35
O Contrôlo dos Principais Fatores Inflacionários	38
A Política Fiscal e Monetária	38
a) Deficit do Tesouro	38
b) Crédito Público	39
c) Redução do Deficit das Autarquias	42
d) Situação Monetária e Bancária	43
A Política Salarial	44
A Política de Abastecimento	45
As Vantagens do Tratamento Gradualista	48
<i>Retomada do Desenvolvimento</i>	52
O Crescimento do Produto em 1965	52
Organismos Governamentais de Financiamento	54
a) Banco do Brasil	54
b) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ..	56
c) Banco do Nordeste do Brasil	57
d) Comissão de Financiamento da Produção	59
e) Fundos de Desenvolvimento	60
Fipeme	61
Finame	62
Fundec	64
Finep	64
Funagri	66

	<i>Págs.</i>
Incentivos Especiais ao Setor Industrial	66
a) Indústrias Químicas	67
b) Indústria Automobilística e Indústrias Tradicionais	68
c) Indústria de Alimentos	68
Incentivos à Exportação	69
Ação Direta do Governo — O Programa de Investimentos	
Públicos	70
a) Dimensão e Características do Programa	70
b) O Planejamento e o Orçamento-Programa	72
<i>A Política de Desenvolvimento Regional</i>	73
<i>A Política Econômica Internacional</i>	77
Transações Correntes	77
a) Exportações	79
b) Café	80
c) Importações	82
d) Serviços	84
Movimento de Capitais Autônomos	85
Financiamento Compensatório	86
Endividamento Externo	87
ASPECTOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS	88
<i>As Reformas Econômicas e Sociais</i>	88
Reforma Tributária	88
Reforma do Aparelho Fiscal	92
O Estatuto da Terra	94
a) O Cadastro dos Imóveis Rurais	95
b) A Ação do INDA	97
Reforma Habitacional, Lei do Inquilinato, Lei das Incorporações Imobiliárias e Lei de Estímulos à Construção Civil	100
Reforma Bancária	103
O Mercado de Capitais	103
Reforma da Legislação	104
<i>A Democratização de Oportunidades</i>	106
<i>Educação, Saúde, Previdência Social e Habitação</i>	108
<i>Educação</i>	108

	<i>Págs.</i>
<i>Saúde e Saneamento</i>	111
Erradicação da Malária	111
Erradicação da Variola	112
Contrôle da Doença de Chagas	112
Contrôle da Tuberculose	113
Saneamento do Meio	113
Treinamento de Pessoal	114
Estudos e Pesquisas Aplicadas	114
Drogas e Produtos Profiláticos	115
<i>Previdência Social</i>	115
<i>Habitação</i>	119
A Situação Habitacional em 1965	119
Sumários dos Principais Programas e Projetos para 1966 ..	120
Conclusões e Observações	122
AS FORÇAS ARMADAS	124
POLITICA EXTERNA	128

Parte II

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO GOVERNAMENTAL PARA 1966

NA AREA ECONÔMICA E SOCIAL	133
<i>Combate à Inflação</i>	133
Perspectivas para 1966	133
Programação Orçamentária	135
Desinflação e Produtividade	137
<i>Desenvolvimento e Reformas</i>	138
Perspectivas	138
Programa de Investimentos Públicos	139
<i>Projeções do Balanço de Pagamentos para 1966</i>	140
AÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS	142

Parte III

ASPECTOS SETORIAIS E REGIONAIS DO DESENVOLVIMENTO
EM 1965 E SUA PROGRAMAÇÃO PARA 1966

	<i>Págs.</i>
ENERGIA ELÉTRICA	147
<i>Produção, Consumo e Capacidade Instalada</i>	147
<i>Centrais Elétricas Brasileiras S. A., ELETROBRAS</i>	148
Atividades Desenvolvidas em 1965	148
Operação de Compra das Subsidiárias da AMFORP	149
a) Proposta da AMFORP e da BEPCO	150
b) Legislação	151
c) Situação encontrada pelo Governo Revolucionário ..	152
d) A operação realizada	153
e) Conclusão	154
Programa para 1966	155
Central Elétrica de Furnas S. A. — FURNAS	156
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — CHESF	156
Termelétrica de Charqueadas S. A.	157
Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba — CHEVAP	157
<i>Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB</i>	158
Atividades Desenvolvidas em 1965	158
Programa para 1966	158
PETRÓLEO	159
<i>Conselho Nacional do Petróleo</i>	159
<i>Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS</i>	160
Atividades Desenvolvidas em 1965	160
Política do Petróleo	164
Programa de Atividades da PETROBRAS para 1966	165
Investimentos	166
CARVÃO	167
<i>Atividades Desenvolvidas em 1965</i>	167

Págs.

Pesquisa	167
Beneficiamento	167
Carvão Metalúrgico	167
Carvão Vapor	168
Carboquímica	168
Programa de Ação para 1966	169
TRANSPORTES	169
A Política de Transportes	169
Descrição e Análise dos Principais Programas e Projetos Executados em 1965	171
Setor Rodoviário	171
Setor Ferroviário	171
Setor Marítimo e Fluvial	172
Sumário dos Principais Programas e Projetos para 1966	174
COMUNICAÇÕES	175
Política de Comunicações	175
Correios e Telégrafos	177
AGRICULTURA	178
Produção Agrícola	178
Atividades em 1965	178
Pesquisas e Experimentação	179
Defesa e Inspeção Sanitária	180
Reforma Agrária	180
Pesca	181
Seguro Agrícola	181
Abastecimento	181
Crédito Agrícola	182
Programa para 1966	183
Sementes Melhoradas	184
Adubos e Corretivos	184

	<i>Págs.</i>
Frentes Pioneiras para Expansão das Culturas Alimentares	184
Expansão Pecuária	185
Mecanização	185
Conservação do Solo	185
<i>Política Cafeeira</i>	186
<i>Política Externa</i>	186
A Atuação no Âmbito da Organização Internacional do Café	189
A Política Interna	190
INDÚSTRIA	191
<i>Indústria Siderúrgica</i>	192
<i>Indústria Mecânica e Elétrica</i>	194
<i>Estímulos a Indústrias Tradicionais</i>	197
<i>Indústria de Construção Civil</i>	198
Estímulos à Construção	198
Obras Públicas	200
Investimentos Governamentais em Obras Públicas no ano de 1966	201
MINERAÇÃO E PESQUISA MINERAL	202
Departamento Nacional de Produção Mineral	203
Companhia Vale do Rio Doce	204
Resultados da Política de Minérios	204
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	205
<i>Ação do Governo na Área Regional</i>	205
<i>Atividades do Ministério de Coordenação dos Organismos Regionais</i>	207
SUDENE	207
Ação Coordenadora	207
Administração de Incentivos e Orientação ao Setor Privado	207
Investimentos da SUDENE em 1965	208

	<i>Págs.</i>
Assistência Internacional	208
III Plano Diretor	208
SPVEA	209
Convênios, Investimentos e Participações	210
Impulso na Industrialização da Amazônia	211
Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRAS)	212
Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP) ..	213
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)	214
Comissão do Vale do São Francisco (CVSF)	215
Outros Órgãos	216
Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvol- vimento da Lagoa Mirim	216
Fundação Brasil Central	217
Parque Nacional do Xingú	217
Territórios Federais	217
<i>Brasília</i>	217